

BRASIL & CHINA EM DEBATE



Iole Ilíada
Joaquim Soriano
José Eduardo Cardozo
Nilmário Miranda
Ricardo Berzoini
Valter Pomar
Wang Jiarui
Wu Guoyou
Zhang Shujun

BRASIL & CHINA EM DEBATE

BRASIL & CHINA EM DEBATE

Ricardo Berzoini
Wang Jiarui
Zhang Shujun
Wu Guoyou
Iole Ilíada
Valter Pomar
Joaquim Soriano
Nilmário Miranda
José Eduardo Cardozo

1ª edição: janeiro de 2010



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Nilmário Miranda

Vice-presidente: Elói Pietá

Diretores: Iole Ilíada, Flávio Jorge, Paulo Fiorilo, Selma Rocha

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação editorial: Wladimir Pomar

Projeto gráfico: Cláudio Gonzalez

Diagramação e capa: Sandra Luiz Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823 Brasil & China em debate / organizador Wladimir Pomar. –
São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

168 p.

ISBN 978-85-7643-075-9

1. Partidos socialistas - Brasil. 2. Partidos comunistas - China.
 3. Socialismo. 4. Política internacional.
 5. Sustentabilidade. 6. Partido dos Trabalhadores (Brasil).
- I. Pomar, Wladimir.

CDU 327(81:510)

329 (81:510)

CDD 327.81051

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Todos os direitos reservados à Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – 04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

www.fpabramo.org.br www.efpa.com.br

Sumário

Nota do Editor	7
Laços em fortalecimento	15
<i>Ricardo Berzoini</i>	
A árvore da amizade.....	21
<i>Wang Jiarui</i>	
Sistema político e funções do Estado na China	25
<i>Zhang Shujun</i>	
Economia socialista de mercado	39
<i>Wu Guoyou</i>	
Estratos sociais e desigualdades	53
<i>Zhang Qihua</i>	
Socialismo de características chinesas	69
<i>Zhang Qihua</i>	
Influências do neoliberalismo no Brasil	89
<i>Iole Ilíada</i>	
O debate sobre o socialismo	107
<i>Valter Pomar</i>	

As eleições presidenciais de 2010	123
<i>Joaquim Soriano</i>	
Teoria e prática do governo Lula	141
<i>Nilmário Miranda</i>	
O impacto da crise internacional no Brasil	153
<i>José Eduardo Cardozo</i>	
Protocolo de cooperação PT-PCCh	165

Nota do Editor

A Fundação Perseu Abramo e o Partido dos Trabalhadores realizaram, entre 21 e 23 de maio de 2008, em São Paulo, um seminário com três especialistas do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista da China (PCCh), para debater um temário que incluía a estrutura política e o funcionamento do Estado, a configuração das classes sociais e o enfrentamento das desigualdades, e a estrutura da economia socialista de mercado da China, abrangendo o papel que o Estado e o capital privado nacional e estrangeiro jogam nessa economia.

Em maio de 2009, a convite do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista da China, uma delegação da Fundação Perseu Abramo (FPA) e do Partido dos Trabalhadores (PT) participou de idêntico seminário, em Beijing, para debater um temário sobre o Brasil, que incluía a influência do neoliberalismo, o socialismo petista, a estrutura partidária e perspectivas de 2010, teoria e prática do governo Lula e o impacto da crise internacional.

Os textos, ora publicados, são as apresentações realizadas em cada um dos dois seminários.

Textos apresentados pelos especialistas chineses

O primeiro, de autoria de Zhang Shujun, trata do *Sistema político e funções do Estado na China*. Em relação ao Sistema Político, o autor reitera que a China é um país socialista, seguindo um caminho de desenvolvimento com características próprias, que compreende a combinação integral de três princípios e quatro sistemas. Os princípios referem-se à direção do PCCh, ao povo como dono do país e à administração segundo a lei. Os sistemas incluem o regime de poder pelas assembleias populares, regime partidário de cooperação e consultas políticas multipartidárias, sob a direção do PCCh, a autonomia regional, nas zonas habitadas pelas minorias étnicas, e a autonomia das unidades de base, nas comunidades urbanas e rurais. Em relação às funções do Estado, o autor detalha como principais aquelas voltadas para desenvolver as forças produtivas e satisfazer as demandas materiais e culturais do povo, sem prejuízo das funções relacionadas aos assuntos políticos, culturais e sociais.

O segundo, de autoria de Wu Guoyou, trata da *Economia socialista de mercado*. Começa pelo papel do governo como defensor da ordem no mercado, equilibrador macro-econômico, regulador da distribuição, provedor de produtos e serviços públicos, e administrador das relações econômicas com o exterior. Prossegue discutindo o papel da economia privada na economia socialista de mercado, como impulsionadora das forças produtivas nacionais, geradora de empregos, estimuladora do setor de serviços, promotora de reformas nas empresas estatais, geradora de receitas, e principal fornecedora de bens de consumo diário. E detalha o papel dos in-

vestimentos estrangeiros, como fornecedores de recursos para a construção econômica, introdutores de tecnologias e experiências administrativas avançadas, promotores dos reajustamentos estruturais na indústria, contribuintes de receitas públicas, geradores de empregos, impulsionadores do comércio externo e promotores de reformas. Para a leitura deste e dos demais textos, pode ser útil saber a cotação (no dia 12 de janeiro de 2010) da moeda chinesa, a saber: USD 1,00 = RMB 6,828 e R\$ 1,00 = RMB 3,93.

O terceiro, de Zhang Qihua, trata dos *Estratos sociais e desigualdades*. Mostra que a sociedade chinesa permanece com uma estrutura básica de duas classes sociais, mas com a ocorrência de mudanças significativas no seio de cada classe. Durante o processo de reformas, iniciado em 1980, surgiram novos estratos sociais e grupos com diferentes interesses. Afirma que essas mudanças contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas sociais, favorecem a estabilidade social a longo prazo, beneficiam a libertação e o desenvolvimento profissional, mas também produzem uma série de novos problemas, como o deslocamento de empregados de seus postos de trabalho, dificuldades financeiras e disparidades de renda, que precisam de soluções adequadas. Estas consistem em: concentrar esforços no desenvolvimento das forças produtivas; estabelecer mecanismos de regulação dos interesses; aperfeiçoar os sistemas de seguridade social; tratar adequadamente as contradições relacionadas com o enriquecimento desigual, de modo a estabelecer uma competição justa, punir as formas ilegais de enriquecimento e evitar polarizações de renda; resolver bem as questões enfrentadas pelos camponeses, elevando seu padrão de vida, a produtividade agrícola e a urbanização do campo, e reduzindo a desigualdade com as cidades; implementar a estratégia de desenvolvimento do oeste; e, conter as atividades ilegais, como a corrupção, a

aceitação de suborno, a sonegação e o contrabando.

O quarto, *Socialismo de características chinesas*, também apresentado por Zhang Qihua, faz uma explanação do respectivo conceito, referente à teoria e ao caminho socialista elaborados pelo PCCh, em decorrência da impossibilidade de passar, de pronto, de uma sociedade atrasada para uma sociedade econômica e socialmente avançada. Assim, partindo das circunstâncias concretas da realidade chinesa, e aplicando a essa realidade a teoria básica do marxismo, definiram que a China se encontra na fase inicial do socialismo, sendo necessário desenvolver as forças produtivas, através da economia de mercado. No entanto, a adoção dessa economia, com a coexistência de diferentes formas de propriedade, mas tendo como base a posição dominante da propriedade pública (estatal e não-estatal), introduz nessa economia de mercado um componente socialista, permitindo corrigir os desvios do mercado e regular o sistema de distribuição, de modo a manter a diferença de renda em nível razoável e evitar a disparidade em dois extremos opostos. Além disso, é possível ter como objetivo a construção de um moderno país socialista com prosperidade, democracia e civilidade, através dos sistemas de assembleias populares, consultas multipartidárias, autonomia étnica e autonomia das unidades populares de base.

Os quatro textos foram traduzidos para o português pelo Departamento de Relações Internacionais do PCCh.

Textos apresentados pelos dirigentes brasileiros

Os textos apresentados pelos brasileiros começam por *Influência do neoliberalismo no Brasil*, de autoria de Iole Ilíada, que examina os antecedentes históricos, políticos, econômicos e sociais

do neoliberalismo no Brasil, assim como os impactos de sua implantação, em especial durante o governo FHC (1995-2002). A autora frisa que a escalada de implantação do neoliberalismo no Brasil foi, de certo modo, interrompida com a vitória de Lula, em 2002, mas chama a atenção para o fato de que seus efeitos afetaram estruturalmente o país, representando uma herança pesada, com a qual o governo e a sociedade se defrontam cotidianamente. Ela afirma ainda que, se a crise internacional abalou os pressupostos do padrão neoliberal de acumulação do capital, sua influência ainda se faz sentir, sendo necessário persistir no processo de transformação do Brasil, iniciado pelo governo Lula, para superar o neoliberalismo e instaurar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico no país.

Em seguida, há o texto *O debate sobre o socialismo*, de autoria de Valter Pomar, que reafirma o PT como partido socialista, desde sua fundação, dando ênfase ao constante processo de construção do conceito de *socialismo petista* e transcrevendo trechos da resolução aprovada pelo 3º Congresso do PT, em 2007.

Nessa resolução destaca-se: a formulação das origens do socialismo petista, num quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes e de expansão do neoliberalismo; a experiência de haver conquistado o governo, em coalizão com forças políticas de centro-esquerda e centro, num país capitalista; os principais componentes e traços do conceito de socialismo petista, como a democratização profunda, o internacionalismo, o planejamento democrático e ambientalmente orientado e a propriedade pública dos principais meios de produção; o conceito de sustentabilidade; e a estratégia de, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – elevar a disputa pela hegemonia a outro patamar, com a possibilidade de iniciar um acelerado e radical pro-

cesso de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.

O terceiro texto, *As eleições presidenciais de 2010*, apresentado por Joaquim Soriano, teve por base um ensaio de Juarez Guimarães, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado *Os desafios de 2010 e a revolução democrática*. Partindo da dinâmica das mudanças em curso na cultura política brasileira, que se relacionam com as mudanças na estrutura social do país, o autor sustenta que tais mudanças exigem um esclarecimento de qual Estado democrático queremos como alternativa à proposta hoje completamente deslegitimada de um Estado neoliberal. Defende a necessidade de um *Estado da Cidadania Ativa*, capaz de construir uma hegemonia da economia do setor público, a partir das formas da democracia participativa. Uma proposta desse tipo seria capaz de tornar estreita a margem de transformismo das forças de oposição ao governo Lula, embora haja chances não desprezíveis dessas forças a derrotarem em 2010. Por isso, sugere que, para evitar essa derrota, é necessário um processo político, que feche os espaços para o transformismo da oposição liberal-conservadora, force a correlação de forças no sentido da esquerda e das forças progressistas, e construa uma chapa majoritária, na qual a liderança histórica de Lula esteja presente, como a multidão que ele representa.

O quarto texto, *Teoria e prática do governo Lula*, de autoria de Nilmário Miranda, enfatiza a opção do PT pela *revolução democrática*, como um processo de longo prazo, através da socialização da política de incorporação de milhões de trabalhadores da cidade e do campo, em aliança com as classes médias e setores do capital produtivo, tendo como estratégia a chegada ao governo, através do

processo eleitoral, combinado com ações de massas. Esse processo de acumulação de forças, conquista de espaços em parlamentos e governos, disputa pela presidência e lutas sociais, conduziu Lula à vitória nas eleições para a presidência da República, em 2002. Isto teria permitido interromper o processo de contrarreformas neoliberais, de redução do Estado, de desregulamentação do mercado, de retirada de direitos dos trabalhadores e de privatizações, iniciar a reorganização do Estado e do modelo produtivo do país, realizar mudanças profundas nas políticas públicas e na política externa, que são detalhadas ao longo do texto.

O quinto texto, *O impacto da crise internacional no Brasil*, de José Eduardo Cardozo, apresenta um panorama da *crise do sistema capitalista*, na forma neoliberal, iniciada nos países centrais, obrigados a apelar para a intervenção do Estado, mesmo desmoralizando seu discurso. O autor sustenta que há um declínio simultâneo da hegemonia dos EUA e do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que a América Latina e Caribenha vive um momento especial de sua história, com países governados por forças de esquerda e progressistas, criando condições para um desenvolvimento e uma integração de novo tipo. O autor também ressalta os desdobramentos da crise, exigindo que os militantes da esquerda revigorem sua mobilização política e passem à ofensiva contra a ideologia do capital, sendo fundamental que os partidos de esquerda e os movimentos sociais realizem um debate qualificado sobre a crise e, principalmente, sobre as alternativas a ela. Considerando corretas as medidas adotadas pelo governo Lula para enfrentar a crise (mais investimento público, mais mercado interno, mais Estado e mais integração continental), o autor alerta que a disputa, em 2010, será travada entre dois projetos, tendo como centro a continuidade, ou não, da ação do governo Lula.

Dando prosseguimento ao estabelecido no Protocolo de cooperação entre PT e PCCh (ver página 165), o Partido dos Trabalhadores realizará nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2010, em sua sede nacional em Brasília, o seminário sobre "Brasil e China: propostas para uma nova ordem internacional". Neste seminário, na presença de uma delegação de especialistas do Partido Comunista da China, será lançada a primeira edição do presente livro.

Laços em fortalecimento

*Ricardo Berzoini**

Os primeiros contatos entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista da China (PCCh) datam de 1984, quando uma missão do PT visitou a China, chefiada pelo então primeiro-vice-presidente nacional, Jacob Bittar, e estabeleceu relações formais com o PCCh. Depois disso, o PT enviou à China outras três missões oficiais, duas chefiadas por seus presidentes nacionais, José Genoíno e Ricardo Berzoini, e uma chefiada por seu secretário geral, José Eduardo Cardozo, realizada entre 14 a 20 de maio de 2009.

Além disso, várias delegações do PCCh visitaram o Brasil e o PT, ao mesmo tempo em que se intensificaram as visitas mútuas, de âmbito governamental, parlamentar e social, confirmando a importância estratégica das relações entre a China e o Brasil, e a relevância do relacionamento entre os governos e entre o PCCh e o PT.

Em 2008 e 2009, essas relações se aprofundaram, com a realização, tanto no Brasil (São Paulo), quanto na China (Beijing), de seminários reunindo dirigentes, acadêmicos e militantes dos dois

partidos, para debaterem temas relacionados com a fase inicial do socialismo de características chinesas e o socialismo petista. Ambos os partidos deram mais um passo importante para fortalecer seus laços de amizade, entendimento e cooperação.

O PT tem na devida conta a importância atual do PCCh, após 60 anos de fundação da República Popular da China. Avalia devidamente sua experiência acumulada, de mais de 20 anos de guerras civis e de guerra de resistência contra a agressão japonesa, de reconstrução da China, apesar do bloqueio das potências imperialistas e das ameaças de guerra nuclear, e de haver garantido, num primeiro momento, os direitos humanos básicos de alimentação, moradia, educação e saúde para a maioria do povo chinês.

Durante os seminários de 2008 e 2009, o PT obteve uma visão mais abrangente sobre a natureza das reformas iniciadas no final dos anos 1970, que transformaram a China na principal fábrica do mundo, e introduziram uma nova configuração produtiva em sua sociedade socialista de mercado, jogando papel importante em colocar no mercado global cerca de 40% da população do planeta. Também constatamos o reconhecimento dos novos problemas ambientais, de desigualdades regionais e entre pobres e ricos, bem como os relacionados com riscos financeiros e corrupção, causados por essas transformações, e tomamos conhecimentos do trabalho empreendido pelo PCCh para enfrentá-los.

Acompanhamos os esforços para adotar a “construção verde” como centro dos projetos econômicos, fechar empresas e minas poluidoras, obrigar os estudos de impacto ambiental, desenvolver métodos de monitoramento, conservação e recuperação ambiental, impor compensações pelo uso de recursos e por danos causados ao meio ambiente, e reduzir o consumo de energia em 20%, até 2010.

Anotamos as medidas para extinguir os impostos agrícolas, acelerar a universalização do sistema de segurança social e de serviços públicos nas zonas rurais, ampliar os transportes, o abastecimento de água, a educação e o atendimento médico, de modo a reduzir os desequilíbrios regionais e entre as zonas urbanas e rurais.

Seguimos com atenção a política de redistribuição de renda, através dos aumentos salariais, universalização das aposentadorias, pensões e seguros-desemprego, elevação do padrão de vida das 20 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo da linha da pobreza, garantia dos direitos dos trabalhadores migrantes e elevação das taxas pagas pelas classes de renda mais alta, para estender e baratear os serviços públicos.

Também acompanhamos os esforços da China para reduzir os riscos globais, reiterando sua política de coexistência pacífica, aprofundando as reformas de seu sistema financeiro, diminuindo o desequilíbrio no comércio internacional do país, através do aumento das importações, e constituindo fundos financeiros para projetos no exterior.

Congratulamo-nos com a reiteração da vontade de assegurar a constante extensão dos direitos democráticos, reforçando o sistema de congressos populares, ampliando os sistemas de cooperação multipartidária, consulta política e auto-gestão nos níveis primários da sociedade, como parte intrínseca do processo de construção de seu socialismo com características próprias.

De nossa parte, procuramos apresentar ao PCCh nossa visão sobre a situação brasileira e sobre nosso conceito de *socialismo petista*, socialismo cujos principais componentes e traços consistem de uma democratização profunda, internacionalismo, planejamento democrático e ambientalmente orientado, propriedade pública dos principais meios de produção, incluindo ainda o conceito

de sustentabilidade e, com a posse do governo, de uma estratégia que eleve a disputa pela hegemonia a outro patamar, com a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.

Essa estratégia permitiu um processo de lutas sociais e acumulação de forças, a conquista de espaços em parlamentos e governos, e a disputa pela presidência, conduzindo Lula à vitória nas eleições para a presidência da República, em 2002 e 2006. Isto permitiu ao Brasil interromper o processo de contrarreformas neoliberais, de redução do Estado, de desregulamentação do mercado, de retirada de direitos dos trabalhadores e de privatizações, e iniciar a reorganização do Estado e do modelo produtivo do país, assim como realizar mudanças profundas nas políticas públicas e na política externa.

A escalada de implantação do neoliberalismo no Brasil foi, de certo modo, interrompida com a vitória de Lula, em 2002, mas seus efeitos afetaram estruturalmente o país, representando uma herança pesada, com a qual o governo e a sociedade se defrontam cotidianamente. A recente crise internacional abalou os pressupostos do padrão neoliberal de acumulação do capital, mas sua influência ainda se faz sentir, sendo necessário persistir no processo de transformação do Brasil, iniciado pelo governo Lula, para superar o neoliberalismo e instaurar um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico no país. Para isto, o PT trabalha para vencer as próximas eleições presidenciais, elegendo Dilma Roussef presidenta da República em 2010.

Assim, no momento, o PT se vê diante dos desdobramentos da crise econômica mundial e declínio simultâneo da hegemonia dos EUA e do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que a América La-

tina e Caribenha vive um momento especial de sua história. Países governados por forças de esquerda e progressistas criam condições para um desenvolvimento e uma integração de novo tipo, exigindo que os militantes da esquerda revigorem sua mobilização política e passem à ofensiva contra a ideologia do Capital.

Os partidos de esquerda e os movimentos sociais estão sendo levados a realizar um debate qualificado sobre a crise e, principalmente, sobre as alternativas a ela, tendo em conta que as disputas eleitorais de 2010, no caso do Brasil, serão travadas entre dois projetos, tendo como centro a continuidade, ou não, da ação do governo Lula. Nesse sentido, os seminários realizados entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista da China, cujos textos estão nesta publicação, representaram uma contribuição importante para a reflexão sobre a crise e suas alternativas.

**Ricardo Berzoini é presidente nacional do PT*

A árvore da amizade

*Wang Jiarui**

Em setembro de 2007, o presidente Berzoini visitou a China chefiando uma delegação do Partido dos Trabalhadores, e chegou a um consenso com o Sr. Liu Yunshan, membro do Birô Político e do Secretariado do Comitê Central do PCCh, e Ministro de Propaganda do referido comitê, sobre a realização conjunta do seminário teórico do PCCh e PT.

Em maio de 2008, contando com a disposição e a esmerada organização do PT, realizou-se com sucesso, em São Paulo – Brasil, o 1º Seminário Teórico entre os dois partidos, tendo como tema “China – Que tipo de Socialismo”. Deste seminário participou, a convite do PT, a Sra. Zhang Qihua, representante do PCCh e Sub-Diretora Geral do Gabinete de Estudo da História do Comitê Central do PCCh.

Um ano depois, em maio de 2009, realizou-se em Beijing o 2º Seminário Teórico dos dois partidos, contando com a presença do Sr. José Eduardo Cardoso, secretário geral do PT, e de dirigentes e

especialistas do PT. Nos dois seminários, os dirigentes, especialistas e acadêmicos participantes travaram intercâmbios e debates frutíferos a respeito do socialismo com peculiaridades chinesas e do socialismo petista, fomentando a compreensão mútua e a amizade.

O Sr. Deng Xiaoping disse que, sem o desenvolvimento da China, não sealaria do século da Ásia e, sem o desenvolvimento do Brasil, não sealaria do século da América Latina. A China e o Brasil situam-se, respectivamente, nos dois continentes mais dinâmicos do mundo, a Ásia e a América Latina, e são dois grandes países em desenvolvimento.

Os dois países fortalecem a cooperação de benefício mútuo e aspiram a prosperidade conjunta. O que corresponde não só aos interesses fundamentais dos povos de ambos os países, mas também terá uma influência positiva sobre o desenvolvimento da Ásia e da América Latina e desempenhará um papel importante no impulsionamento da cooperação Sul-Sul. Estamos dispostos a nos esforçar, de mãos dadas com os amigos brasileiros, para estabelecer uma relação de cooperação amistosa, de estabilidade e benefício mútuo por longo prazo, e dar novas contribuições à prosperidade dos nossos países e regiões, assim como à paz e ao desenvolvimento mundiais.

O Partido dos Trabalhadores é uma força política importante do Brasil, que vem se dedicando à pesquisa do “socialismo com peculiaridades brasileiras”. Em 1990, o 7º Congresso Nacional do PT aprovou o documento “Socialismo Petista”, demonstrando, de forma concentrada, as reflexões do PT sobre as experiências e as lições do socialismo no século XX.

Em 2003, após chegar ao governo, o PT atribuiu ainda mais importância ao enriquecimento e ao desenvolvimento do socialismo petista, tanto na teoria quanto na prática. Sob a direção do presiden-

te Lula, líder do PT, a economia brasileira tem logrado um desenvolvimento rápido, a causa social consegue progressos óbvios, e a influência brasileira sobre o cenário mundial aumenta a cada dia.

Nos 88 anos desde a sua fundação, 60 anos desde sua chegada ao poder, e 31 anos desde o início de reforma e abertura ao exterior, o PCCh tem persistido em combinar a teoria básica do marxismo com as realidades concretas da China. Ele tem unido e liderado o povo de todas as etnias do país em lutas incansáveis, superando dificuldades e obstáculos, e conquistando grandes e constantes vitórias na revolução, construção e reforma.

Sob a direção do PCCh, a China tem realizado sucessivas transformações históricas. Da sociedade semicolonial e semifeudal à nova sociedade nacionalmente independente, onde o povo se tornou dono do país; da revolução da Nova Democracia à revolução e construção socialistas; do sistema econômico alta e centralmente planejado ao sistema econômico de mercado socialista, cheio de dinamismo. A China de hoje, com um grande salto, tornou-se uma potência, melhorou claramente a vida de seu povo, elevou significativamente sua posição internacional, e segue firmemente o caminho socialista com peculiaridades chinesas, erguendo-se como importante nação do mundo.

“A amizade íntima apaga a distância”. Como grandes países em desenvolvimento, a China e o Brasil enfrentam muitos problemas iguais ou semelhantes, e estão enfrentando as oportunidades e os desafios trazidos pela globalização econômica e pela tendência mundial para a multipolaridade. O PCCh presta muita atenção à amizade tradicional com o PT. Em nossa opinião, como partidos no poder e no governo de seus países, o PCCh e o PT podem aproveitar seus intercâmbios partidários, incluindo o seminário teórico e outras formas, para trocar experiências na gestão e administração

dos assuntos políticos. Podem discutir a fundo os problemas da utilização das oportunidades para enfrentar os desafios, aprendendo reciprocamente. E podem comunicar-se diretamente sobre os problemas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum, ampliando o consenso e orientando o rumo do desenvolvimento das relações sino-brasileiras, tanto do ponto de vista estratégico quanto conjuntural, para promover o desenvolvimento sustentável e estável das relações bilaterais.

Os seminários teóricos entre o PCCh e o PT se realizaram com sucesso em 2008 e 2009. É a primeira vez que nosso partido realiza seminários desse tipo com um partido político latinoamericano. Isto constitui um evento importante nas relações partidárias bilaterais e marca o constante aprofundamento das relações amistosas entre ambos os partidos, logrando resultados frutíferos e representando um significado transcendental.

Por ocasião da publicação das versões chinesa e portuguesa das teses dos seminários, tenho a honra de formular votos para que a árvore da amizade entre o PCCh e o PT esteja profundamente enraizada, densamente coberta de folhas, e produza muitos frutos.

**Wang Jiarui* é ministro do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China

Sistema político e funções do Estado na China

*Zhang Shujun**

O caminho de desenvolvimento e o modelo do sistema político democrático se diferenciam nos diversos países por suas circunstâncias próprias. Desde a proclamação da República Popular da China e, especialmente após a aplicação da política de reforma e abertura do final dos anos 1970 do século XX, o Partido Comunista da China (PCCCh), tendo por base a experiência prática de direção do povo chinês, adotou um sistema político com as características próprias da realidade da fase inicial do socialismo. Com isso, impulsiona positivamente a reforma do sistema político, abrindo um caminho cada vez mais amplo em busca do pleno desenvolvimento político do socialismo com características chinesas e das funções do Estado socialista.

Sistema político da China

A China é um país socialista. Ela segue o caminho do desenvol-

vimento político do socialismo com características próprias. Este caminho reside na combinação integral dos seguintes aspectos: direção do PCCh; povo, dono do país; administração dos assuntos estatais nos termos da lei; sistema de assembleia popular como regime de poder; sistema de cooperação e consultas políticas multipartidárias, sob a direção do PCCh, como regime partidário; sistema de autonomia regional étnica, nas zonas habitadas pelas minorias étnicas; sistema de autonomia das unidades de base da população, nas comunidades urbanas e rurais. Esta “combinação”, incluindo seus “quatro sistemas”, constitui o arranjo do sistema político, o cerne da política democrática e o quadro fundamental da estrutura política, que correspondem à realidade chinesa.

No sistema político chinês, o PCCh é o núcleo dirigente e o partido no poder. Esta situação se forjou gradualmente na prolongada luta e prática do povo chinês pela independência nacional, prosperidade estatal e vida feliz. Trata-se de uma opção da história e do povo. O PCCh exerce a administração sobre o Estado e a sociedade, principalmente através da direção política, ideológica e organizacional. Ou seja, conforme suas teorias, programas e linhas básicas, o Partido elabora as linhas gerais de ação governativa, formula as propostas legislativas, recomenda funcionários importantes, dá instruções ideológicas, e desenvolve o papel e a influência das organizações e militantes do Partido, para concretizarem sua direção.

Na prática, o PCCh persiste na administração com base em conceitos científicos, na democracia e na lei. Empenha-se na reforma e no aperfeiçoamento da estrutura dirigente e do mecanismo funcional. E adota o princípio segundo o qual o partido no poder leva em consideração toda a conjuntura e faz a coordenação dos diversos aspectos, para regularizar as relações entre os Comitês do Partido, Assembleias Populares, Governo, Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e Associações Populares.

Os comitês do Partido desempenham, por um lado, um papel dirigente nuclear nas organizações do mesmo nível. Eles apoiam as diversas partes a trabalhar com independência e responsabilidade, em passos coordenados. E põem em marcha as diretivas e políticas do Partido, assim como suas decisões e planos de trabalho importantes, através das células e militantes do Partido naquelas organizações. Por outro lado, apoiam as Assembleias Populares a exercerem, nos termos da lei, suas funções como órgão do poder estatal. Transformam, por meio de debates democráticos e processos jurídicos, as ideias do Partido na vontade do Estado, e os candidatos recomendados pelas organizações do Partido em dirigentes das instituições governamentais, além de realizarem a supervisão sobre seus trabalhos.

Apoiam o governo a exercer suas funções, determinadas pela lei e conforme a lei. Apoiam os órgãos judiciais e procuradorias a exercer seus poderes com independência e justiça, conforme a lei. Apoiam a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês a aplicar suas funções de consultas políticas, supervisão democrática, participação e avaliação dos assuntos estatais, tendo em vista a unidade e a democracia. Fortalecem a cooperação e a colaboração com os partidos democráticos e apoiam as organizações sindicais, a Liga da Juventude Comunista, as federações das mulheres e outras organizações populares a trabalharem independentemente, conforme a lei e seus estatutos, a participarem da administração social e dos serviços públicos e a protegerem os direitos e interesses legítimos da população.

Na China, persistir na direção do PCCh, em tomar o povo como dono do país e na administração estatal, em conformidade com a lei, combinam-se inerentemente. A direção e governo do PCCh significam, em essência, dirigir, apoiar e garantir ao povo seu direito de ser o dono do país. Todos os poderes da República Popular da China pertencem ao povo, o que é a norma fundamental para a instituição

da política democrática da China e representa o cerne da direção e governo do PCCh.

Para dirigir, apoiar e garantir ao povo seu direito de ser o dono do país, o PCCh tem que persistir na administração do país conforme a lei, construir um Estado socialista de direito e garantir, no sistema e na legislação, a aplicação total e efetiva desta norma na vida estatal e social. Tem que aperfeiçoar seu sistema democrático, enriquecer os meios e os canais democráticos, e realizar de maneira democrática as eleições, a tomada de decisões, a administração e a supervisão, bem como deve garantir ao povo o direito às informações, à participação, à expressão e à supervisão.

O PCCh adota os seguintes meios concretos para alcançar esses objetivos:

- (1) dirige o povo, através do sistema de assembleia popular, a dominar os poderes estatais, garantir que as leis, diretivas e políticas produzidas pelo Estado representem a vontade comum do povo, salvaguardar os seus interesses fundamentais e garantir que o povo é o dono do país;
- (2) dirige o povo, em conformidade com a Constituição e as leis, assim como por diversas vias e formas, a administrar os assuntos estatais e sociais, incluindo os assuntos econômicos e culturais, e a garantir que o desenvolvimento dos diversos setores do Estado correspondam à vontade, aos interesses e às demandas do povo;
- (3) dirige o povo a aplicar a democracia nas unidades organizativas de base, a exercer diretamente seus direitos democráticos, nos termos da lei, a administrar os assuntos públicos e os empreendimentos de assistência social nas unidades de base, a realizar a autoadministração, autoeducação, autosserviço e autosupervisão e a realizar a supervisão democrática dos funcionários públicos;

(4) dirige o povo a observar rigorosamente o princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, a garantir que o povo desfrute realmente de amplas liberdades e direitos, a respeitar e garantir os direitos humanos e a salvaguardar a equidade e a justiça sociais. Através destes sistemas e garantias jurídicas, o povo é o verdadeiro dono do país e exerce seus direitos públicos e cívicos para salvaguardar e realizar seus próprios interesses.

A Assembleia Popular é parte importante do sistema político na China. Ela é o regime político fundamental que garante ao povo ser o dono do país e participar da administração dos assuntos estatais e sociais. Ao invés da “separação dos três poderes” e do “sistema bicameral”, o povo chinês exerce seus direitos políticos de dono do país através da Assembleia Popular Nacional (APN) e das assembleias populares regionais em todos os níveis, que são eleitas democraticamente, assumem a responsabilidade perante o povo e aceitam a supervisão do povo.

A APN é o órgão do poder supremo do país e seu Comitê Permanente funciona exercendo os poderes supremos do Estado durante o recesso da APN. As assembleias populares regionais, desde o nível superior ao nível distrital, também criam seus comitês permanentes. As assembleias populares e seus comitês permanentes têm os poderes de legislação, supervisão, nomeação e exoneração, bem como de decisão sobre os assuntos importantes.

Através dos processos determinados pela lei e do sistema de centralismo democrático, transformam as posições do PCCh na vontade de Estado. Elas elaboram as leis, tomam resoluções e decisões sobre as diretrizes para as ações governativas, selecionam os candidatos recomendados pelo Partido para os cargos dirigentes dos órgãos de poder estatais, supervisionam e apoiam os órgãos adminis-

trativos e judiciais e as procuradorias a funcionar nos termos da lei e da justiça, além de garantir a coordenação dos trabalhos das instituições governamentais.

Os órgãos administrativos, tribunais e procuradorias são criados pela assembleia popular, assumem a responsabilidade perante ela e aceitam a sua supervisão. Os responsáveis dos órgãos administrativos aplicam as leis, resoluções e decisões aprovadas pela assembleia popular, enquanto os tribunais e procuradorias exercem independentemente seus poderes nos termos da lei.

A cooperação multipartidária e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPCh) são também importantes partes integrantes do sistema político chinês. Diferentemente do sistema de concorrência bipartidária ou multipartidária dos países ocidentais e do sistema unipartidário adotado em alguns países, o sistema chinês foi determinado e desenvolvido pela prática prolongada da revolução, construção e reforma da China. Constitui um sistema político-partidário fundamental, que corresponde à realidade do país, na fase inicial do socialismo com características chinesas.

A cooperação multipartidária se refere à cooperação entre o PCCh e outros oito partidos democráticos, a saber: o Comitê Revolucionário do Kuomintang da China, a Liga Democrática da China, a Associação para Construção Nacional Democrática da China, a Associação para Promoção Democrática da China, o Partido Democrático dos Camponeses e Operários da China, o Zhi Gong Dang da China, a Sociedade Jiusan e a Liga de Democracia e Autonomia de Taiwan.

Na atualidade chinesa, os partidos democráticos são alianças políticas que unem parte dos trabalhadores socialistas, construtores do empreendimento socialista, e patriotas. No sistema da cooperação multipartidária, o PCCh e os partidos democráticos mantêm as relações de coexistência duradoura, supervisão mútua, sinceridade re-

cíproca e solidariedade na glória e na miséria. Dedicam-se, conjuntamente, ao empreendimento socialista de características chinesas, sob a “direção do PCCh e cooperação multipartidária, e administração do PCCh com a participação multipartidária”.

O PCCh e todos os partidos democráticos tomam a Constituição como a norma que rege suas ações, e assumem a responsabilidade pela salvaguarda da dignidade da Constituição e pela garantia da aplicação deste instrumento. Os partidos democráticos são íntimos amigos em união e cooperação com o PCCh e participantes da administração dos assuntos estatais. Não são oposições, nem partidos de oposição. Eles participam dos poderes estatais, participam das consultas sobre as linhas gerais de ação governativa e da seleção dos chefes de Estado. Participam da administração dos assuntos estatais, bem como da elaboração e aplicação das diretivas, políticas, leis e regulamentos estatais.

A CCPPCh, organização da frente única patriótica do povo chinês, é um órgão importante do sistema de cooperação e consultas políticas multipartidárias sob a direção do PCCh e uma importante forma da democracia na vida política chinesa. A Comissão Nacional da CCPPCh é composta pelos representantes do PCCh, partidos democráticos, personalidades sem-partido, organizações populares, minorias étnicas e diversos setores sociais, representantes das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau, representantes de compatriotas de Taiwan e chineses de ultramar retornados ao país, bem como personalidades convidadas, dividindo-se em vários grupos setoriais.

A CCPPCh trabalha sobre a base da unidade e da democracia, exercendo suas funções de consultas políticas, supervisão democrática e participação e avaliação dos assuntos estatais. A direção do PCCh é a direção política, ou seja, direção dos princípios políticos, orientação política e importantes diretivas e políticas.

A autonomia regional étnica ocupa importante posição no sistema político da China, país multinacional unificado de 56 etnias, sendo um dos sistemas políticos fundamentais para garantir a igualdade entre os grupos étnicos e os direitos das minorias étnicas. Ela tem por base a realidade, incluindo o desenvolvimento histórico, características culturais, bem como as relações étnicas e a distribuição das etnias no país.

Sob o comando unificado do Estado, criam-se os órgãos autônomos que exercem a autonomia regional nas zonas de concentração das diversas minorias étnicas, com uma divisão administrativa em três níveis: Região Autônoma, Zhou Autônomo e Distrito Autônomo. A Constituição e a Lei da Autonomia Regional Étnica estipulam que a assembleia popular e o governo, na região, zhou e distrito, são os órgãos autônomos destas localidades.

Estes órgãos exercem a autonomia, assim como os poderes dos órgãos estatais regionais do mesmo escalão:

- (1) administram os assuntos internos da própria etnia e da própria região, nos termos da lei;
- (2) desfrutam o direito de elaborar os regulamentos autônomos e específicos;
- (3) usam e desenvolvem a língua da própria etnia;
- (4) respeitam e protegem a liberdade de crença e religião das minorias étnicas.

Além disso, exercem a autonomia para manter ou reformar os hábitos e costumes étnicos; planejar, administrar e promover o desenvolvimento econômico; administrar as finanças regionais e desenvolver os empreendimentos sociais como, por exemplo, educação, ciência e tecnologia, cultura, saúde pública e esportes.

A autonomia da população nas unidades de base urbanas e rurais também é parte importante do sistema político chinês, um dos principais sistemas da política democrática do socialismo de características chinesas. O sistema de autonomia democrática das unidades de base abrange principalmente o Comitê de Aldeãos Rurais, o Comitê de Moradores Urbanos e o Congresso de Representantes de Empregados.

Nestas organizações, as massas populares exercem a autonomia democrática, participam diretamente das eleições, decisões, administração e supervisão democráticas, nos termos da lei. Além disso, exercem seus direitos de autoadministração, autosserviço, autoeducação e autosupervisão dos empreendimentos públicos e dos benefícios sociais nas unidades de base a que pertencem, participando das mais diretas e mais amplas práticas democráticas na atualidade chinesa.

O regime político chinês corresponde à realidade do país e possui suas próprias características e vantagens. Desde a adoção da política de reforma e abertura, a China impulsiona positiva e prudentemente a reforma do regime político, com a política democrática socialista evidenciando uma vitalidade ainda mais exuberante. Como importante parte integrante da reforma do país, a reforma do regime político da China se aprofundará paralelamente ao desenvolvimento socioeconômico e se adaptará com a iniciativa cada vez mais elevada da população na participação dos assuntos políticos.

Funções do Estado na China

As funções do Estado na China são determinadas pela natureza do socialismo deste país. A Constituição chinesa estipula que a República Popular da China é um país socialista com a ditadura democrática popular dirigida pela classe operária e baseada na aliança operário-

camponesa. O sistema socialista é o sistema fundamental da República Popular China. A estipulação da Constituição sobre a natureza do Estado determina a responsabilidade e as funções do Estado na administração política e social, sua orientação básica, os fins e tarefas fundamentais, e o papel desempenhado pelas ações do Estado.

As funções do Estado na China se dividem em funções internas, que são as principais, e funções externas, que são a extensão das funções internas. Ambas mantêm as relações de interação e dependência mútuas.

A China se encontra na fase inicial do socialismo, em que as tarefas fundamentais do Estado residem em desenvolver fortemente as forças produtivas, com o fim de satisfazer as demandas materiais e culturais do povo, que aumentam a cada dia. Por isso, a prioridade dos trabalhos do Estado volta-se para a modernização socialista, tendo como núcleo o desenvolvimento econômico, parte importante das funções internas do Estado, sem prejuízo de suas funções relacionadas aos assuntos políticos, culturais e sociais.

A função política do Estado consiste em:

- (1) consolidar, desenvolver e aperfeiçoar o sistema político básico socialista, administrar o país nos termos da lei e construir um Estado de direito socialista;
- (2) desenvolver a política democrática socialista, garantir os direitos do povo como dono do país, respeitar e garantir os direitos humanos e salvaguardar a unidade, dignidade e autoridade do sistema de direitos socialista;
- (3) servir ao povo, tratar adequadamente as contradições no seio do povo, salvaguardar a equidade, justiça, a estabilidade e unidade sociais e promover a harmonia social;
- (4) combater, nos termos da lei, as atividades de sabotagem das

forças e elementos hostis, assim como as atividades criminosas, proteger os direitos e interesses legítimos do Estado, da coletividade e dos cidadãos e garantir que estes direitos e interesses não sejam violados, assim como proteger a modernização socialista e salvaguardar a unidade do Estado.

A função econômica consiste em:

- (1) criar, consolidar e aperfeiçoar o sistema econômico, baseado na predominância da propriedade pública e no desenvolvimento paralelo das múltiplas formas de propriedade;
- (2) desenvolver e aperfeiçoar o sistema de economia de mercado socialista, criar e aperfeiçoar o sistema de macrocontrole e o sistema de mercado moderno;
- (3) organizar e dirigir a construção econômica e melhorar o padrão de vida da população, através do desenvolvimento e aumento da riqueza material social e a otimização das forças produtivas;
- (4) construir o sistema de planejamento estatal, elaborar a estratégia e as táticas de desenvolvimento econômico;
- (5) criar o sistema de inovação autônoma estatal;
- (6) criar e aperfeiçoar o sistema da indústria moderna;
- (7) planejar o desenvolvimento coordenado dos meios urbanos e rurais;
- (8) planejar o desenvolvimento nacional e a abertura ao exterior e promover o crescimento do sistema da economia aberta;
- (9) planejar o desenvolvimento harmonioso entre os seres humanos e a natureza, proteger o ambiente ecológico e promover o desenvolvimento sustentável.

A função cultural consiste em:

- (1) criar uma sociedade harmoniosa socialista;
- (2) planejar o desenvolvimento socioeconômico, garantir e melhorar a vida da população e prestar os serviços públicos;
- (3) criar e aperfeiçoar o sistema de administração social;
- (4) criar e aperfeiçoar o sistema de educação nacional, o sistema básico de serviços médicos e saúde pública, e o sistema de seguridade social;
- (5) criar e aperfeiçoar as instalações públicas;
- (6) promover e ampliar o emprego e criar o sistema de distribuição da renda razoável e ordenado.

As funções externas se concentram em dois setores:

- (1) defender a segurança estatal, ou seja, salvaguardar a soberania, a integridade territorial e desenvolver seus interesses, criar e aperfeiçoar a estratégia e o sistema da segurança nacional, proteger firmemente o país contra todo tipo de atividade de secessão, infiltração e subversão; e,
- (2) fazer intercâmbio e cooperação com o exterior, persistir firmemente na política diplomática pacífica de independência e autodeterminação e seguir o caminho de desenvolvimento pacífico, fomentar a amizade e cooperação com todos os países com base nos cinco princípios de coexistência pacífica, salvaguardar a paz mundial, promover o desenvolvimento comum, impulsionar e buscar a harmonia mundial com a paz duradoura e a prosperidade comum, bem como impulsionar o elevado empreendimento da paz e progresso da Humanidade.

Na fase inicial do socialismo, em resumo, as funções do Estado na China visam realizar os interesses fundamentais das mais amplas massas populares da China. Concentram-se, principalmente, em priorizar a construção econômica, persistir na reforma e abertura ao exterior, libertar e desenvolver as forças produtivas, consolidar e aperfeiçoar o sistema socialista, construir a economia de mercado socialista, a política democrática socialista, a cultura avançada socialista e uma sociedade harmoniosa socialista, e construir um Estado socialista moderno, próspero, democrático, culto e harmonioso.

**Zhang Shujun* é diretor do Depto. da Administração da Pesquisa Científica do Gabinete de Estudos da História Partidária do Comitê Central do PCCh

Economia socialista de mercado

*Wu Guoyou**

Após a 3ª sessão plenária do 11º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh), realizada em 1978, a China começou a passar gradualmente da economia centralmente planejada para a economia de mercado socialista. Em 1992, o 14º Congresso Nacional do PCCh determinou oficialmente o sistema de economia de mercado socialista como o objetivo da reforma no futuro. Criado, preliminarmente, até 2000, esse sistema de economia de mercado socialista na China entrou, a partir desse ano, paulatinamente, em seu período de aperfeiçoamento.

Que papel o governo desempenha na economia de mercado socialista? Qual o papel desempenhado pelos capitais privados e estrangeiros? Estas questões têm sido os pontos quentes da discussão da comunidade acadêmica e são, ao mesmo tempo, provavelmente, do interesse dos amigos estrangeiros. Abaixo, uma breve apresentação sobre essas questões.

Papel do governo chinês na economia de mercado socialista

Que papel o governo chinês deve desempenhar na economia de mercado socialista? Esta é uma das questões de maior destaque na comunidade acadêmica da China, há muitos anos. Conhecer o papel do governo na economia de mercado socialista é importante para conhecer a especificidade da economia de mercado socialista. De um modo geral, a economia de mercado socialista da China faz parte da economia de mercado moderna, mas não é uma economia anárquica. Nela, o governo desempenha vários papéis.

Após a fundação da República Popular da China, o governo chinês desempenhava de maneira direta ou indireta o papel de operador na construção econômica. No novo período da reforma e abertura ao exterior, especialmente depois do 14º Congresso Nacional do PCCh determinar a criação da economia de mercado como o objetivo da reforma, a função do governo chinês começou a passar gradualmente de operador direto ou indireto, para a de servidor. Atualmente, o governo chinês desempenha principalmente os seguintes papéis na economia de mercado socialista:

1) Defensor da ordem no mercado

Nas condições de economia de mercado socialista, a ordem do mercado constitui premissa de primordial importância em busca da maximização geral dos interesses da economia nacional. Tal como numa competição esportiva, é necessário um conjunto de regras de jogo que garantam, tanto o desenvolvimento do potencial pessoal de todos os atletas, sem prejuízo aos interesses de outrem, quanto a execução rigorosa das regras cem por cento. O governo, como representante dos interesses públicos, deve elaborar e executar as regras

de jogo correspondentes à economia de mercado, garantindo o funcionamento ordenado do mercado. Basear-se no sistema de mercado, através da legislação, do processo judicial e de políticas viáveis, é a função econômica fundamental do governo sob as condições da economia de mercado socialista.

2) Equilibrador da macroeconomia

O desenvolvimento econômico constitui um processo de passagem do desequilíbrio ao equilíbrio e de constante expansão da qualidade à quantidade. Geralmente, a principal função do mercado reside em realizar a passagem do desequilíbrio ao equilíbrio, através de parâmetros reguladores, como o preço. A função equilibradora do governo chinês neste processo se reflete principalmente em dois pontos:

- (1) alcançar o equilíbrio estático, incluindo a promoção do pleno emprego, controlar a inflação e a deflação, aumentar o nível da procura efetiva, alcançar o equilíbrio relativo do balanço internacional, aliviar as contradições na estrutura econômica etc;
- (2) alcançar o equilíbrio dinâmico, incluindo a eliminação, em certo nível, do ciclo econômico, e concretizar o crescimento estável e o desenvolvimento sustentável. Estes dois “equilíbrios” visam otimizar a distribuição e a eficiência dos recursos de toda a sociedade, melhorando finalmente a qualidade e o rendimento do crescimento econômico.

3) Regulador da distribuição justa

A economia de mercado é, essencialmente, uma economia livre. Ela reflete plenamente o espírito dos empresários e a soberania dos consumidores, o que explica exatamente porque a economia de mercado pode resolver a questão da eficiência. Além da eficiência, o

reajuste oportuno da estrutura da microeconomia, através da lei do valor, é outra vantagem da economia de mercado.

Mas o mercado não é perfeito. A economia de mercado, enquanto realiza a eficiência, conduz sem dúvida ao surgimento e à ampliação da disparidade da renda, porque a eficiência do mercado tem como premissa a diferença das capacidades e outras condições, incluindo habilidade pessoal, conhecimento, capitais e outros recursos econômicos. A diferença das capacidades e recursos determina a diferença das rendas. Em certo sentido, a economia de mercado traz a eficiência através da concorrência e do incentivo, justamente gerados por aquela diferença. Embora o mercado possa resolver de maneira relativamente boa a questão da eficiência, não soluciona o problema da igualdade, que precisa das políticas governamentais de distribuição e redistribuição das receitas.

O governo, por um lado, pode fazer reajustes diretos, por intermédio de suas políticas de remuneração salarial dos funcionários públicos e de outros membros sociais, para reduzir a diferença entre os assalariados. Por outro, o governo pode diminuir, através da cobrança de impostos, do sistema de seguridade social e de outros meios de assistência social, a diferença entre as receitas dos membros sociais para atingir a igualdade relativa.

4) Fornecedor dos produtos públicos

No contexto da economia de mercado socialista, o papel do governo não se limita ao aspecto macro de “regulador da macroeconomia”. Ele também alcança o aspecto micro, como “participante da microeconomia”. A “participação micro” refere-se ao fornecimento de produtos públicos (incluindo materiais e serviços públicos) e à participação direta no processo de produção em determinado âmbito, até possuindo certo número de empresas estatais e instalando os projetos públicos.

O governo pode fornecer os produtos públicos em dois aspectos:

- (1) fornecer as infraestruturas públicas produtivas, como o transporte nacional, centrais hidráulicas e elétricas, canalização de gás, transmissão elétrica, ordenamento dos rios, bem como a proteção das florestas, do ar e de todo tipo de meio ambiente; e,
- (2) fornecimento das infraestruturas públicas voltadas aos seres humanos, principalmente, o bem-estar social favorável à subsistência da população.

5) Administrador da economia com o exterior

Na globalização econômica do século XXI, com a liberalização do comércio e a liberalização da circulação dos capitais, salvaguardar os interesses nacionais e procurar a posição de igualdade nas atividades de comércio exterior é uma responsabilidade indispensável de qualquer governo. Consequentemente, é natural que o governo represente seu papel como participante, administrador e interventor nessas atividades. Neste momento, o governo é, por um lado, o elaborador e executor das estratégias comerciais estatais e o fundador e defensor da ordem, regras e sistemas do comércio exterior, e por outro lado, tem que trabalhar como regulador dos parâmetros do bom ambiente macroeconômico internacional, para manter o equilíbrio dinâmico do balanço internacional.

Além disso, como um país em transformação, o governo chinês ainda assume outras funções especiais:

- (1) exerce funções transitórias na criação e aperfeiçoamento dos mecanismos do mercado e das organizações intermediárias de mercado, assim como na reforma acionária das empresas estatais. Durante a transformação, o desenvolvimento do mercado chinês é condicionado pela forte indolência baseada nas condições históricas e sociais, especialmente na tradição da econo-

mia centralmente planejada. Para eliminar todos os obstáculos e criar as condições políticas favoráveis ao desenvolvimento da economia de mercado, o governo tem que desempenhar o papel de abrir caminho;

(2) exerce as funções de supervisionar e administrar os ativos estatais. A preservação e o aumento do valor dos vultosos bens estatais, formados na época da economia centralmente planejada, do mesmo modo que o fornecimento dos produtos públicos, são da responsabilidade do governo;

(3) como governo de um país em desenvolvimento, assume ainda a responsabilidade pela eliminação da pobreza e pelo fomento ao desenvolvimento econômico, tendo ainda, nestes trabalhos, que adotar os mecanismos de mercado como instrumentos fundamentais em busca do crescimento econômico.

Papel do capital privado na economia de mercado socialista

Na China, o capital privado se refere tanto à parte dos capitais estrangeiros, quanto à parte dos capitais nacionais não-estatais. Atualmente, a economia privada, forma econômica com investimentos privados, tornou-se criadora de riqueza material socialista, construtora da economia de mercado socialista e promotora da estabilidade social, além de ser uma importante força na solução do problema, cada vez mais grave, do emprego e na promoção de urbanização do país. Podemos dizer que a economia privada é uma força nova na construção do socialismo de características chinesas.

Na atualidade, os capitais privados, ou seja, a economia privada, desempenha seu papel principalmente em seis aspectos da economia de mercado socialista da China:

1) Importante força para otimizar o poderio nacional

A ascensão e engrandecimento da economia autônoma privada têm se transformado em novo ponto de crescimento da economia nacional chinesa. As economias autônomas privadas representam mais de um quarto do PIB do país. Ocupam por volta de 40% do valor industrial agregado nacional e do rendimento das vendas, mais de 60% do valor total das vendas de mercadorias a varejo e mais de 50% da contribuição tributária total do país, tornando-se ainda uma importante força na obtenção de divisas através da exportação.

2) Principal canal de emprego

Entre 1992 e 2002, o número de trabalhadores nas empresas privadas saltou de 2,32 milhões para 34,093 milhões, o que equivale a um aumento de quase 15 vezes. Nesse decênio, o número de trabalhadores nas empresas privadas aumentou ao ritmo anual de 31,2%. Até 2002, verificou-se um aumento líquido anual de 6,95 milhões de trabalhadores nas empresas privadas de todo o país, significando que, a cada dia, cerca de 19 mil pessoas encontraram emprego. Este grupo de dados demonstra que as empresas privadas desempenham importante papel não só na criação da riqueza social, aumento de impostos do governo, prosperidade do mercado e facilitação da vida da população, como também na promoção do emprego e na salvaguarda da estabilidade social.

3) Força principal do desenvolvimento da indústria terciária

A indústria terciária serve como um dos importantes índices para avaliar o nível de desenvolvimento socioeconômico. Em 1990, as empresas privadas chinesas se concentravam principalmente na indústria secundária, com uma participação de 71,77%, enquanto na indústria terciária participava apenas com 28,23%, não havendo qua-

se nenhuma participação na indústria primária. Após os 10 anos posteriores de desenvolvimento, a percentagem das empresas privadas na indústria secundária se reduziu gradualmente de 71,77% para 37,82%, até o final de 2001, enquanto na indústria terciária, ao contrário, sua participação subiu de 28,23% para 60,34%. Na indústria terciária, as empresas privadas estão em primeiro lugar no número de investidores, número de pessoas registradas, capital registrado e número de empregados, tornando-se a força principal nesta indústria.

4) Fundador do sistema da economia de mercado socialista e promotor da reforma das empresas estatais

A economia não-pública é a pioneira e vanguardista do desenvolvimento da economia de mercado da China. Sua expansão tem criado um ambiente de concorrência favorável à formação do sistema e dos mecanismos da economia de mercado. O modelo flexível de gestão, o alto rendimento econômico e o rápido desenvolvimento das empresas privadas proporcionam as experiências de referência para as empresas estatais, exercendo sobre elas tanto a pressão, quanto a força motriz de promoção e aprofundamento de sua reforma.

5) Importante contribuinte da receita dos habitantes urbanos e rurais

O desenvolvimento da economia privada fornece oportunidades de emprego a uma parte da população e eleva diretamente a renda dos habitantes. Segundo estatísticas da província de Hunan, em 1994, o salário médio dos agricultores nas empresas rurais era de 316,8 yuans, equivalente a 24,4% da renda líquida *per capita* do ano, a maioria dessas empresas pertencendo às economias autônomas privadas. De acordo com os dados publicados pelo Departamento de Trabalho da

província de Hunan, em 1993, os trabalhadores migrantes que estavam fora da província, trabalhando principalmente em empresas privadas, enviaram à terra natal um total de mais de 4 bilhões de yuans, pelos correios, cifra esta equivalendo a um terço da receita financeira provincial.

6) Principal fornecedor dos artigos de uso diário à população

O antigo sistema da propriedade única, antes da reforma e abertura, causou a escassez de mercadorias no mercado. A oferta não satisfazia a procura e a rede comercial mostrava-se insuficiente, situação esta que dificultava aos habitantes o acesso às mercadorias de uso diário.

Após a reforma e abertura, a diversificação dos componentes econômicos tem contribuído para a prosperidade do mercado, e as economias privadas se dedicam principalmente aos setores intimamente ligados ao cotidiano da população. Por mais rara que seja a mercadoria, mais empresas se dedicam à sua produção. Assim, as mercadorias se enriquecem e atendem a todas as necessidades. O desenvolvimento da indústria terciária obteve grande progresso, com o surgimento de novos setores de serviços, um após o outro, fazendo com que o mercado satisfaça não só às necessidades do consumo material, como também às necessidades dos serviços, facilitando consideravelmente a vida da população.

A economia privada também desempenha grande papel na comercialização, industrialização e urbanização das zonas rurais.

Papel do capital estrangeiro na economia de mercado socialista

Após a adoção da política de reforma e revitalização da econo-

mia interna e de abertura ao exterior, voltada tanto aos mercados e recursos internos quanto externos, a economia chinesa atingiu um crescimento econômico anual de 9%, garantindo ao mesmo tempo a estabilidade básica dos preços. O padrão da vida do povo melhorou notavelmente e o sistema da economia de mercado socialista foi estabelecido e aperfeiçoado.

Neste processo, a reforma e abertura, políticas básicas do país, desempenharam grande papel, o uso de capitais estrangeiros constituindo uma parte importante. Desde 1979, quando foi criada a primeira zona econômica especial, até 2006, a China utilizou US\$ 882,7 bilhões em capitais estrangeiros, dos quais US\$ 691,9 bilhões foram investimentos diretos. Nos últimos 30 anos, o capital estrangeiro desempenhou principalmente seis papéis na economia aberta da China:

1) Fornecer vultosos fundos de construção

O capital estrangeiro compensou a escassez de fundos para a construção do país, especialmente na década de 80 e 90 do século XX. De 1979 a 2006, a China utilizou uma média anual de cerca de US\$ 30 bilhões em capitais estrangeiros. Em 2007, o país recebeu US\$ 74,8 bilhões em investimentos diretos estrangeiros. Por 15 anos consecutivos, a China liderou os países em desenvolvimento no aproveitamento de capitais estrangeiros, que se tornaram uma importante fonte de recursos para a construção econômica da China, sobretudo no desenvolvimento rápido da economia das zonas litorâneas.

2) Introduzir tecnologias e experiências administrativas avançadas

Os investimentos diretos estrangeiros preencheram as lacunas tecnológicas em alguns setores chineses, aceleraram a renovação e

a atualização tecnológicas, e reduziram a distância do país em relação às tecnologias estrangeiras avançadas. Até julho de 2007, as empresas estrangeiras instalaram cerca de mil centros de pesquisa e desenvolvimento na China, dos quais 700 pertencem às empresas fabris de aparelhos eletrônicos, equipamentos de telecomunicações, de transporte e às indústrias farmacêuticas, sendo esta uma situação única nos países em desenvolvimento.

As empresas de capitais estrangeiros, especialmente as famosas 500 maiores transnacionais do mundo, foram à China, levando uma série de experiências administrativas avançadas sobre produção, venda, qualidade, finanças e recursos humanos, que contribuem positivamente para a gestão das empresas chinesas.

3) Promover o reajuste da estrutura industrial

Inicialmente, a maioria dos capitais estrangeiros se concentrava nas indústrias manufatureiras de mão-de-obra intensiva, razão pela qual a China foi considerada “fábrica do mundo”. Nos últimos anos, a China tem estimulado a participação dos capitais estrangeiros nos setores de alta tecnologia e na transformação tecnológica de setores tradicionais, de modo que o investimento estrangeiro começou a mudar-se das indústrias manufatureiras para as indústrias fabris e de serviços modernas, o que não só favorece a otimização da estrutura de capitais estrangeiros, como também ajuda o país na atualização industrial.

4) Aumentar a receita financeira e o emprego

Nos últimos anos, as contribuições tributárias das empresas estrangeiras aumentaram rapidamente e tornaram-se importante fonte de receitas financeiras, centrais e regionais. Segundo estatísticas, os impostos pagos pelas empresas de capitais estrangeiros totalizaram

990 bilhões de yuans, equivalentes a 20% do total dos impostos arrecadados pelo país. A introdução de investimentos estrangeiros cria muitas oportunidades de emprego e as empresas estrangeiras se tornaram um importante canal na busca de soluções para a questão do emprego do país.

5) Impulsionar o desenvolvimento do comércio exterior

As empresas criadas com o investimento estrangeiro na China possuem as vantagens de acesso à rede internacional de vendas, às informações do mercado internacional, aos créditos internacionais e aos recursos do desenvolvimento tecnológico, que promovem suas exportações e desenvolvem o comércio exterior do país. A participação da economia voltada ao exterior é cada vez maior no comércio do país. A exportação de mercadorias das empresas de capitais estrangeiros na China aumentou de 5,6% em 1987, para 58,86%, em 2006.

6) Promover a reforma e o desenvolvimento da economia de mercado

A reforma e a abertura estão intimamente ligadas. Diante da nova competitividade causada pela entrada dos capitais estrangeiros, as empresas nacionais têm que aperfeiçoar constantemente seus mecanismos de gestão e produção. A fim de criar um ambiente justo de concorrência para todas as empresas, o governo chinês tem dedicado grandes esforços para o desenvolvimento rápido dos sistemas de investimento e financiamento, e do mercado de capitais, como componentes da construção da economia de mercado.

Além disso, os capitais estrangeiros impulsionam a integração da China na economia mundial. Sobretudo depois da adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), as leis e regulamentos chi-

neses têm se adaptado gradualmente às normas internacionais, melhorando o ambiente de investimento do país. O governo chinês incentiva ainda a participação de capitais estrangeiros na reforma das empresas estatais chinesas, trabalhando para introduzir capitais estrangeiros no processo da reforma acionária das empresas estatais e definir razoavelmente os direitos de propriedade.

Em resumo, os capitais estrangeiros têm contribuído efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico da China há 30 anos.

**Wu Guoyou* é vice-diretor do Terceiro Depto. de Investigação do Gabinete de Estudos da História Partidária do Comitê Central do PCCh

Estratos sociais e desigualdades

*Zhang Qihua**

Antes da adoção da política de reforma e abertura, a estrutura dos estratos sociais de nosso país era relativamente simples. Em relação às propriedades dos meios de produção, existiam apenas duas formas: economia estatal e economia coletiva. Quanto à divisão do trabalho social, a população se dividia em três grandes grupos: operários, agricultores e funcionários no sentido geral. O regime de distribuição de renda conforme o trabalho era o modelo dominante. Com base nisso, a estrutura dos estratos sociais era simples e estável, ou seja, havia apenas duas classes básicas – operária e camponesa – e uma camada – os intelectuais. A conjuntura de interesses era, conseqüentemente, simples, enquanto as contradições não se destacavam.

Em virtude das transformações estruturais da economia e do reajuste das indústrias, bem como os conseqüentes reajustes de políticas ocorridos nas últimas três décadas, houve uma profunda mudança na participação econômica, com a divisão do trabalho social

cada vez mais detalhada. Surgiu um grande número de novas indústrias, ocorreu a diversificação dos modos e meios de vida e a ampliação da disparidade de renda, possibilitando significativas transformações nas relações e posições sociais. Emergiram grupos de diferentes interesses e a estrutura de estratos sociais tornou-se muito mais complexa do que antes. Paralelamente às mudanças da conjuntura dos interesses e das relações mútuas, as contradições entre as diferentes camadas vêm se complicando e se ampliando, algumas delas ganhando destaque em termos de confrontações, exercendo um profundo e amplo impacto sobre todas as áreas da sociedade.

Situação geral da atual estrutura de estratos sociais

A atual estrutura dos estratos sociais tem as características seguintes:

1) Permanece uma estrutura social básica de duas classes, mas houve grandes mudanças no seio de cada classe

Operários e camponeses continuam formando as duas principais classes da sociedade, situação idêntica à existente antes da 3ª sessão plenária do 13º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh). Mas, em virtude do aprofundamento das reformas, do desenvolvimento da economia de mercado socialista e do reajuste estratégico da estrutura industrial, uma parte dos operários se deslocou de seus postos de trabalho e a classe camponesa vem mostrando seu papel moderno na industrialização agrícola, industrialização rural e urbanização.

Grande número de camponeses se converteu em operários ou passou a integrar outras camadas sociais. Os intelectuais, antes classificados como uma camada independente, passaram a fazer parte

da classe operária, como empreendedores das forças produtivas avançadas, graças ao seu alto nível educacional. Em geral, o contingente dos operários se ampliou e continua sendo a força motriz principal para o desenvolvimento das forças produtivas avançadas e a base de classe do Partido Comunista da China (PCCh).

2) Surgiram novos estratos sociais

São os fundadores e técnicos de empresas privadas de ciência e tecnologia, administradores e executivos contratados pelas empresas de capital estrangeiro, proprietários autônomos, empresários privados, profissionais das sociedades intermediárias e profissionais liberais, entre outros. Eles atendem à necessidade do desenvolvimento das forças produtivas na fase inicial do socialismo e desempenham papel importante na criação do sistema de economia de mercado socialista, contribuindo para a reforma e abertura e para as modernizações socialistas.

3) Surgiram grupos com diferentes interesses

Em razão das enormes mudanças ocorridas nas relações sociais e econômicas, a simples divisão da sociedade em estratos já não reflete de forma plena e precisa as posições sociais e as relações de interesses da população chinesa. Por isso, dividir a sociedade, de acordo com seus interesses, pode ser utilizada como uma forma complementar. Por exemplo, em relação às fontes de renda, a sociedade consiste tanto de assalariados, tais como os operários, camponeses, intelectuais etc, quanto daqueles que lucram através dos insumos, tais como os detentores de capitais não-estatais, tecnologias e informações, incluindo, com exceção da mão-de-obra, sócios e membros do conselho de diretores das empresas acionárias e cooperativas acionárias, proprietários das empresas privadas, benefi-

ciários de dividendos, investidores provenientes de Hong Kong, Macau e Taiwan, proprietários de patentes, tecnologias e informações etc.

Quanto à natureza do trabalho, a sociedade é composta por trabalhadores comuns, executivos de empresas e funcionários das instituições do Partido e do Estado, entre outros. Em relação ao grau de enriquecimento, a população pode dividir-se em grupo que enriqueceu primeiro, grupo de vida suficientemente abastada, grupo que ainda não se enriqueceu e grupo dos menos favorecidos. Ao mesmo tempo, existem blocos de interesses diferentes, entre os quais, os blocos formados por pessoas de um mesmo grupo, que compartilham certos interesses especiais, ou individuais, provenientes de diferentes grupos por motivo de seus interesses comuns. Em comparação aos grupos de interesse, estes blocos de interesse são pequenos, mas as relações de interesse entre seus membros são mais estreitas. Podem permanecer e manter-se estáveis durante longo tempo, e também podem ser efêmeros ou ter as mudanças e seu desenvolvimento.

Essa é a situação geral da atual estrutura dos estratos sociais da China.

Mas deve-se notar que a divisão dos estratos sociais não é eterna. O mercado de empregos vem sendo marcado pelo pluralismo e um crescente número de pessoas passou a trocar de emprego (ou de profissão), em vez de exercer uma só profissão ao longo de toda a vida. Algumas pessoas possuem entre duas e três profissões, outras têm várias identidades. Por exemplo, com a promoção do sistema acionário e do sistema cooperativo acionário, algumas pessoas são ao mesmo tempo, empregados e acionistas de suas empresas, e algumas pessoas são assalariados e portadores de certos insumos como tecnologias e informações.

Assim, a população em cada camada social não é eterna e muitas camadas apresentam sua característica transitória devido à insuficiência da nova ordem para a divisão social.

Papel da mudança na estrutura dos estratos sociais

A profunda mudança na estrutura dos estratos sociais no âmbito da reforma e abertura resulta não apenas da expansão econômica, mas também é parte importante do desenvolvimento social, além de exercer certas influências positivas sobre o aprofundamento da reforma, o desenvolvimento econômico e o progresso total da sociedade.

1) As mudanças favorecem o desenvolvimento da economia

A antiga estrutura de estratos sociais é fruto do sistema econômico planejado altamente centralizado e não atende às necessidades do atual desenvolvimento da economia de mercado socialista. A transformação da estrutura tradicional para a estrutura moderna dos estratos sociais favorece a criação da economia de mercado socialista, a elevação da eficiência econômica e a emancipação e o desenvolvimento ainda maior das forças produtivas.

A política e o modelo de distribuição de renda de “dar prioridade à eficiência e tomar em consideração a equidade” constituem, sem dúvida nenhuma, o principal motivo das mudanças da estrutura das camadas sociais. E estas mudanças garantem e promovem a realização da eficiência, além de refletir o princípio da equidade, dinamizando os membros de diferentes camadas sociais e possibilitando que os membros sociais com diferentes características e habilidades podem pôr em jogo sua inteligência e talento em diferentes estratos sociais.

A diferença entre os diversos estratos sociais estimulou a concorrência e o mecanismo de ativação, e mobilizou ao máximo a iniciativa de todos os setores. O aumento da circulação dos membros entre diferentes camadas sociais favorece a racionalização da disposição de recursos sociais, impulsionando o crescimento econômico.

2) As mudanças favorecem a estabilidade social a longo prazo

As mudanças, desde a reforma e abertura, são de fato um reajuste das diferentes relações sociais e aperfeiçoam o mecanismo social. As relações entre as diferentes camadas sociais, bem como sua complementaridade e o grau de dependência mútua, vêm se intensificando, enquanto os membros de diferentes camadas sociais desempenham seus respectivos papéis em defesa do funcionamento coordenado dos diversos sistemas sociais. Neste processo, a estrutura social realiza seu próprio reajuste e alcança a estabilidade. As novas camadas sociais exercem sua função de atenuação e reajuste no equilíbrio dinâmico da estrutura social e a atenção e reajuste são alcançados através da circulação social destas novas camadas. A circulação social, sobretudo o movimento para cima, é sinal de progresso social.

Desde a implantação da reforma e abertura, o fluxo das camadas sociais em direção para cima é um fenômeno geral em nosso país, o que demonstra a direção principal e as demandas objetivas do desenvolvimento social e serve como “válvula de segurança”, que garante a estabilidade social. A elevação constante do nível de vida das massas populares, que acompanha o desenvolvimento social, é uma boa prova disso. Ao mesmo tempo, a psicologia pluralista e o aumento da tolerância da população, no novo período, favorecem a estabilidade social.

Os conceitos dos chineses vêm se atualizando passo a passo. As pessoas são cada vez mais capazes de enfrentar com razão as dificuldades temporárias na vida particular e os revezes surgidos no período de transição econômica, na perspectiva de conseguir, através de seus esforços e luta, suas posições correspondentes nos estratos sociais mutantes e exibir seus próprios valores sociais. Verificou-se a diminuição das pessoas que aceitam o *status quo* e o aumento crescente das pessoas que buscam as realizações individuais. A consciência sobre a concorrência e a inovação, cada vez mais tende a conduzir as práticas sociais entre a população. Apesar das incertezas de curto prazo no atual reajuste, o sistema social segue a tendência de evolução coordenada e estável, em geral e a longo prazo.

3) As mudanças beneficiam a libertação e desenvolvimento profissional

A estrutura das camadas sociais, cada dia mais pluralista e aberta, a desintegração profissional e a flutuação dos empregos e profissões sociais abrem maiores margens para a livre escolha e o livre desenvolvimento a todos os membros da sociedade. A camada social a que cada um pertence jamais é determinada inatamente, mas resulta dos esforços individuais. A administração por identidade dos trabalhadores foi mudada para a administração por contratos, o que impulsionou a emancipação e o desenvolvimento das forças produtivas.

O papel da origem familiar diminuiu. O “empregado de uma entidade” passou a ser o “profissional social”, e a posição social de cada um é determinada principalmente por seus esforços e experiências pessoais. Com a iniciativa subjetiva, pode-se romper algumas restrições temporárias e dedicar-se à realização de objetivos de longo prazo. A circulação entre os estratos sociais quebrou a

estrutura superestável das profissões sociais e favorece a mudança dos papéis individuais, revigorando a nação e o Estado.

Ao mesmo tempo, o pluralismo dos critérios para a divisão das camadas sociais e para a avaliação social cria as condições para que os membros da sociedade exibam seus próprios caracteres, suas vantagens e especialidades. Neste processo de transformações, as opções sociais se tornam mais razoáveis. Caso uma sociedade consiga selecionar e nomear os talentos através de seu mecanismo razoável, e introduza os grupos competentes ao corpo principal da população, poderá acelerar seu próprio desenvolvimento e progresso.

Desigualdades causadas pelas mudanças e soluções

Ao mesmo tempo em que exerce influência positiva no desenvolvimento econômico e no progresso social da China, a mudança na estrutura dos estratos sociais provoca também uma série de novos problemas como, por exemplo, o deslocamento de empregados de seus postos de trabalho, dificuldades financeiras de alguns habitantes e ampliação da disparidade de renda. Todos estes problemas refletem a questão da desigualdade social. Sem as soluções adequadas, estes problemas poderão influenciar, de maneira negativa, as relações entre as diferentes camadas e a estabilidade social, bem com o andamento da modernização socialista.

1) Desigualdade provocada pela mudança da estrutura social

A desigualdade se reflete principalmente na disparidade dos interesses econômicos e materiais, conforme explicitado abaixo:

(1) conflitos de interesses entre operários e camponeses, que se

apresentam por meio das contradições existentes entre as zonas urbanas e rurais, a exemplo da desigualdade nas relações de troca entre o meio urbano e o meio rural, da desigualdade de acesso às oportunidades etc. A onda de trabalhadores camponeses migrantes agravou, em certo sentido, estas contradições;

(2) contradições entre o funcionalismo e outras camadas sociais. Por exemplo, a elaboração e a execução das políticas podem afetar os interesses de algumas camadas sociais e alguns indivíduos, a burocracia entre alguns funcionários provoca a antipatia das massas populares, e a corrupção agrava as contradições entre os administradores e os administrados;

(3) contradições entre as camadas de trabalhadores autônomos, camadas de empresários privados e outros estratos sociais. Por exemplo, há contradições nas operações entre os poucos profissionais de qualidade insatisfatória e os membros de outras camadas sociais. Também há contradições entre o patronato e os assalariados, em virtude das condições laborais. Há atritos e contradições entre o proprietário e o trabalhador contratado, causados pelos problemas de interesses próprios, inclusive a redução forçosa dos salários, o atraso de pagamento, o prolongamento abusivo do horário de trabalho, a humilhação, o maltrato e a agressão física ao trabalhador, não assinar contrato nos termos da lei, a violação do contrato e as condições péssimas de trabalho em algumas empresas autônomas etc.

O núcleo das contradições acima referidas é a desigualdade de interesses, base material e econômica de todas as contradições. “Tudo pelo que as pessoas lutam tem a ver com seus interesses”¹, disse Karl Marx. “Negligenciar os interesses materiais é tolerável para os elementos avançados em número reduzido, mas não tolerável para

as amplas massas populares; é tolerável em curto período, mas não tolerável por longo prazo”², disse também Deng Xiaoping.

Os conflitos de interesse resultam do relativo atraso das forças produtivas, da economia mercantil subdesenvolvida e da insuficiência da riqueza material na fase inicial do socialismo de nosso país. Ao mesmo tempo, alguns mecanismos existentes, como os sistemas de seguridade social e os sistemas de cobrança tributária não conseguem ainda acompanhar a diversificação dos componentes da economia e dos modos de distribuição, e suas deficiências evidenciam ainda mais as contradições pelos interesses materiais.

2) Principais soluções para a desigualdade social

Em geral, a população de todas as camadas sociais na China tem os interesses comuns, pois são todos construtores da causa socialista. Em virtude disso, os conflitos de interesses podem ser resolvidos corretamente com atitude científica, ativa e pragmática. As principais soluções são as seguintes:

Concentrar todas as forças em busca do desenvolvimento das forças produtivas, isto constituindo a base para coordenar as relações entre as diferentes camadas sociais e entre os diferentes grupos populacionais. Como todos sabem, o único meio é fazer um bolo maior para que todo o mundo obtenha uma fatia maior.

O desenvolvimento das forças produtivas pode intensificar constantemente o poderio econômico do PCCh e do governo para coordenar as contradições entre as diferentes camadas sociais, por exemplo, adotando a política de grandes benefícios sociais para conciliar as contradições na distribuição de rendas. Por isso, destacamos a união de toda a sociedade em busca do crescimento econômico e o melhoramento total da vida do povo. Trata-se de um pré-requisito

para solucionar de forma adequada as contradições de interesse entre as diferentes camadas e grupos.

Estabelecer um mecanismo regulador de interesses, isto significando integrar as iniciativas do governo e do mercado, por plenamente em prática as funções do governo na coordenação dos interesses, respeitar o princípio da equidade e justiça sociais e promover a criação de uma estrutura razoável e ordenada para a distribuição de renda.

A prosperidade comum é a característica essencial do socialismo, enquanto a economia de mercado requer o princípio de equidade e justiça, princípio que se adota para lidar com as contradições entre os estratos sociais e coordenar razoavelmente as relações de distribuição de interesses materiais e toda a conjuntura de interesses.

No contexto da economia de mercado, a distribuição razoável da receita nacional contém os seguintes conteúdos: a distribuição da receita deve favorecer a mobilização plena das iniciativas dos participantes das atividades econômicas e elevar a eficiência econômica; e a distribuição de receita deve ser justa e garantir as necessidades básicas de todos os membros da sociedade, evitando a excessiva concentração da riqueza social a uma pequena parcela da população. Para tanto, é necessário criar um mecanismo regulador de interesses, integrando as iniciativas do governo e do mercado e reforçando o macrocontrole sobre a distribuição da receita.

É necessário desenvolver plenamente o papel fundamental do mercado na disposição de recursos, capitais e mão de obra. Na microeconomia, é necessário introduzir os recursos humanos, investimentos e mercadorias no mercado e buscar a disposição destas matérias através da concorrência e da lei de oferta-procura, de modo a garantir um ambiente de abertura, equidade e justiça para a con-

corrência de todos os membros da sociedade e realizar a primeira distribuição e a regularização do volume total dos interesses sociais.

Nesta base, o governo realiza a segunda distribuição e a regulação por meio de macrocontroles, tais como os impostos, créditos e taxas de juros. Para tanto, é necessário:

a) criar um sistema tributário rigoroso e obstruir as brechas em diversos sistemas. É necessário aplicar rigorosamente o sistema da cobrança do imposto de renda das pessoas físicas; regularizar, ao mesmo tempo, as receitas demasiadamente altas; cobrar o imposto progressivo sobre a parte super alta da receita e cobrar, quando necessário, os impostos sobre a receita super alta, sobre a herança e sobre a oferta, para restringir a percentagem da distribuição segundo a participação de capitais. É necessário, ainda, criar um sistema de registro rigoroso sobre os ativos e receitas de pessoas físicas para informar ao público todas as “receitas invisíveis” e combater o enriquecimento por meios ilegais.

b) pôr em prática as funções do governo de reajustar as relações de distribuição, através da transferência do pagamento de impostos. Na área de produção, o Estado deve reforçar os investimentos e a assistência às regiões pobres e atrasadas (principalmente ao Oeste e ao campo), acelerar seu desenvolvimento econômico e elevar o nível da renda da população local. Na área de consumo, o governo deve destinar uma parte volumosa da receita financeira para a seguridade social, bem-estar social e assistência social (incluindo tratamento médico, pensão da aposentadoria, assistência de desemprego e garantia de subsistência mínima).

Afinal de contas, é necessário, através da intervenção governamental, racionalizar a formação das receitas e evitar a disparidade

abusiva entre as receitas das pessoas física, para que a distribuição dos interesses sociais seja justa e razoável. Além disso, deve-se racionalizar, em passos paulatinos, as relações de interesse entre os diversos estratos sociais e criar finalmente o modelo com as características chinesas para a coordenação dos interesses, que atenda às necessidades do desenvolvimento do mercado socialista, para que a população de renda média seja a majoritária, e os fenômenos da pobreza absoluta sejam eliminados.

Aperfeiçoar o sistema de seguridade social, incluindo os seguros, a assistência social, o bem-estar social, os cuidados especiais aos militares inválidos e a assistência mútua, é o modelo de realização das relações de interesses no seio do povo com as funções específicas de coordenação da administração social, e a forma principal de distribuição integrada da receita nacional e da receita das pessoas físicas.

Através do sistema de seguridade social, os gastos da receita nacional e da receita das pessoas físicas tomam em conta os interesses atuais e os interesses em longo prazo, razão pela qual este sistema demonstra justiça social. Também através das diversas formas da seguridade social, integram-se as necessidades de consumo comum, consumo pessoal e distribuição a curto e longo prazos, funcionando como formas reguladoras das relações entre o Estado, a coletividade e as pessoas físicas, ampliando-se os empregos e dando-se à população a garantia de subsistência básica.

Tratar adequadamente as relações de interesse entre a população que enriqueceu primeiro e a população a enriquecer, permitindo-se que uma parte da população enriqueça primeiro, caso contrário a pobreza geral impossibilita a concretização da prosperidade comum e as modernizações, metas e tarefas do socialismo.

As contradições entre a população que enriqueceu primeiro e a população a enriquecer, são inevitáveis na fase inicial do socialismo, período em que o povo chinês se esforça para livrar-se da pobreza e dirigir-se à prosperidade. Tratam-se de contradições não-antagônicas no seio do povo, mas é necessário prestar a atenção para a solução de três questões:

a) a concorrência é justa? A economia de mercado exige a justa concorrência entre os seus participantes. Caso não respeitem o princípio da concorrência justa e procurem enriquecer-se através das políticas preferenciais, monopólio, poderes e posições sociais, acontecerão sem falta contradições entre a população privilegiada e a população sem acesso a estas condições.

b) os meios de enriquecimento são legítimos e razoáveis? Os meios ilegítimos incluem a corrupção, roubo, suborno e aceitação de suborno, contrabando, sonegação de impostos, apropriação de bens estatais, pirataria e má qualidade de produtos, entre outros. Tal maneira de enriquecimento provoca, sem dúvida, o forte descontentamento da população, especialmente da população a enriquecer.

Entre as pessoas que se enriqueceram legalmente, algumas, apesar de não adotarem os meios ilegítimos, recorreram a meios não razoáveis, aproveitando-se de sua posição, seus poderes e suas relações pessoais no sistema de duplos trilhos na definição de preços e no período de locação e concessão de terrenos urbanos, ou aproveitando-se das brechas nas leis e regulamentos, o que também provoca o descontentamento da população.

c) A diferença de renda é adequada? Uma disparidade adequada tem dois sentidos: i) a renda da pessoa física corresponde ao seu trabalho e aos méritos de operação. Se a receita é abusiva, ela pode causar reclamações de outras pessoas. E a receita demasiadamente baixa pode causar a insatisfação do trabalhador. Am-

bos os casos podem motivar as contradições sociais; ii) é adequada a diferença entre o meio urbano e o meio rural, entre as regiões, entre setores, entre os trabalhadores intelectuais e manuais, entre os empregados sobre diferentes sistemas de propriedades. Uma diferença demasiadamente grande ou pequena provocará a insatisfação da população e agravará as contradições.

Resolver bem as questões relacionadas com os camponeses, envolvendo quatro aspectos:

- a) otimizar a eficiência produtiva através da modernização agrícola, mecanização e aplicação ampla de resultados científicos, convertendo os camponeses que se dedicam à produção manual de pequena escala em agricultores prontos para a produção de escala moderna.
- b) transformar os agricultores de subsistência em produtores de mercadorias, e elevar o seu padrão de vida, através da comercialização e mercantilização da agricultura.
- c) impulsionar a transformação da população agrícola em população não-agrícola, através das indústrias não-agrícolas nas áreas rurais e o desenvolvimento das pequenas vilas e povoados, elevando o nível de urbanização do país, aumentando significativamente o volume econômico rural e a renda dos agricultores e melhorando a qualidade de sua vida.
- d) reduzir os encargos dos agricultores, aumentar a sua renda, bem como diminuir a diferença entre as cidades e o campo.

Implementar a estratégia de desenvolvimento do Oeste, composta de regiões relativamente atrasadas da China e de concentração das minorias étnicas chinesas. Por isso, Deng Xiaoping afirmou, em 1992, que era necessário priorizar e resolver, nos finais do século XX, o pro-

blema da disparidade entre as regiões costeiras e as regiões interiores, através do aumento das contribuições tributárias das regiões desenvolvidas e da transferência de tecnologias às regiões subdesenvolvidas, enquanto se mantinha o desenvolvimento das regiões desenvolvidas.

De acordo com esta ideia de Deng Xiaoping e com o processo real das modernizações do país, o PCCh lançou a estratégia de desenvolvimento do Oeste e elaborou uma série de políticas para acelerar a expansão das regiões do Oeste. Tudo isso exercerá profunda influência sobre a coordenação das relações entre as diferentes camadas sociais e entre os diferentes grupos populacionais de nosso país.

Tomar medidas eficazes e conter e proibir as receitas ilegais, visto que as contradições entre as classes e as camadas sociais se destacam na forte insatisfação com as rendas ilegais. O maior problema da distribuição de renda reside na existência das rendas ilegais, nomeadamente a corrupção e a aceitação de suborno, sonegação e fraude de impostos, contrabando, apropriação de bens estatais, entre outros. Muitos casos de enriquecimento súbito têm a ver com as rendas ilegais. Por isso, devemos obstruir todos os canais que conduzam ao enriquecimento súbito, proibir firmemente as receitas ilegais e combater as atividades ilegais, através da reforma do sistema e da instituição do sistema de direitos.

Essa é a situação geral da estrutura dos estratos sociais da China, e as medidas preliminares frente à desigualdade social.

**Zhang Qihua* é sub-diretora geral do Gabinete de Estudos da História do Comitê Central do PCCh

Notas

¹ *Obras Completas* de Karl Marx e Frederick Engels, vol. 1, Ed. Peopel Press, 1961, p.82.

² *Obras Seleccionadas* de Deng Xiaoping, Ed. Peopel Press, 2001, p.146.

Socialismo de características chinesas

*Zhang Qihua**

O que significa o socialismo de características chinesas?

Em termos gerais, o socialismo de características chinesas se refere à teoria e ao caminho do socialismo que o Partido Comunista da China (PCCh) elaborou, combinando a teoria básica do marxismo com as circunstâncias que correspondem à realidade chinesa. Gostaria de fazer uma explanação sobre esta questão a partir dos ângulos econômicos, político, cultural e social, dando ênfase às características dos sistemas econômicos e políticos.

Fase inicial, base da teoria do socialismo de características chinesas

O socialismo real se diferencia do socialismo da fase relativamente avançada, previsto por Marx. Lenin e Mao Zedong estavam cientes dessa situação. Lenin disse: “a passagem direta para a economia e distribuição do socialismo puro está fora do nosso alcan-

ce”, formulando os conceitos de “tipo inicial do socialismo” e “socialismo sem base estável”. No entanto, eles não chegaram a um entendimento maduro sobre a questão.

Após a 3ª sessão plenária do 11º Congresso Nacional, o PCCh sintetizou suas experiências históricas e estudou as circunstâncias próprias do país. Levando em consideração o baixo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas na China, determinou um novo lineamento para observar e considerar a questão. Partindo do nível de desenvolvimento das forças produtivas, formulou implicitamente que “nosso sistema socialista encontra-se ainda na fase inicial”, e lançou a base para a criação da teoria do socialismo de características chinesas.

Economia de mercado socialista, objetivo da reforma econômica

Exatamente por encontrar-se na fase inicial do socialismo, a China necessita da economia de mercado socialista. A prática têm comprovado que, no processo da evolução da sociedade humana, o pleno desenvolvimento da economia mercantil é uma fase intransponível no desenvolvimento socioeconômico. Para a China, país relativamente atrasado do ponto de vista econômico, é preciso uma fase inicial do socialismo bastante longa para alcançar a industrialização, bem como a socialização, mercantilização e modernização de sua economia.

Trata-se de uma fase histórica infranqueável. A combinação entre o socialismo e a economia de mercado é uma invenção de nosso Partido. O Congresso Nacional de nosso Partido determinou claramente o objetivo da reforma da estrutura econômica tendente à criação da economia de mercado, o que corresponde às necessidades do

desenvolvimento das forças produtivas e à lei objetiva do desenvolvimento socioeconômico. A prática comprova que a reforma voltada para a criação da economia de mercado têm contribuído, por um lado, para o desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, para evidenciar a superioridade do sistema socialista, ao alavancar a expansão da economia nacional e lançar uma sólida base para o progresso integral da sociedade.

Sistema econômico tendo por base a propriedade pública

Este sistema depende da natureza do socialismo e da realidade da fase inicial do socialismo de nosso país. A China é um país socialista e tem que persistir na propriedade pública, como base do sistema econômico socialista. Porém, encontrando-se na fase inicial do socialismo, necessita desenvolver a economia de múltiplas propriedades, tendo a propriedade pública como a principal.

1) A propriedade pública ocupa a posição dominante da economia na fase inicial do socialismo de nosso país

Nesta fase, a economia pública não é o único componente econômico. É necessário buscar o desenvolvimento da economia de diversas formas de propriedade. No entanto, é imperativo persistir na posição dominante da economia de propriedade pública, em busca da expansão da produção socializada em grande escala e do enriquecimento comum a passos paulatinos.

Por esta razão, nossas tarefas na atualidade residem em aprofundar a reforma acionária das empresas estatais, aperfeiçoar o sistema empresarial moderno, otimizar sua distribuição e estrutura, intensificar seu dinamismo, capacidade de controle e influência. É preciso aprofundar a reforma das indústrias monopolistas, introduzir o me-

canismo da concorrência e fortalecer a supervisão do governo e da sociedade. E, paralelamente, acelerar a criação de um sistema de orçamento e gerenciamento dos bens estatais, aperfeiçoar todos os tipos de estruturas e sistemas de gestão dos bens estatais, bem como impulsionar a reforma das empresas de propriedade coletiva e desenvolver todo tipo de economias coletivas e cooperativas.

2) Definição da economia de propriedade pública

A economia de propriedade pública não se limita às economias estatais e coletivas. Abrange ainda os componentes de propriedade estatal e de propriedade coletiva dentro das economias de propriedade mista. Paralelamente à circulação e à reorganização dos bens, durante a reforma e abertura ao exterior, surgiram diversos tipos de economias de propriedade mista. Os componentes estatais e coletivos nestas economias pertencem também à economia de propriedade pública.

3) Teor do conceito de “propriedade pública como a principal”

Persistir na economia de propriedade pública como a principal não implica em adotar a economia estatal como a principal, nem significa que, no quadro econômico, quanto maior a participação da economia de propriedade pública, melhor.

A posição da propriedade pública como a principal reflete-se, essencialmente, em dois aspectos: posição vantajosa dos ativos públicos no ativo total social e no controle sobre as artérias da economia nacional, e seu papel orientador para o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, a posição dominante da economia de propriedade pública é geral em todo o país, mas em algumas regiões e algumas indústrias, há certa diferença, em vista da busca de vantagens qualitativas pelos ativos públicos, além das vantagens quantitativas.

4) Papel orientador da economia estatal

A economia estatal tem que controlar as artérias da economia nacional e desempenhar seu papel orientador para o desenvolvimento econômico. Trata-se de uma questão relacionada não apenas com o desenvolvimento estável e seguro da economia nacional, mas também com a sorte dos esforços pela criação do sistema de economia de mercado socialista.

Por isso, é necessário reajustar estrategicamente a distribuição da economia estatal, que tem de predominar nas indústrias importantes e nos setores cruciais das artérias da economia nacional. Em outros terrenos, pode-se fazer a reorganização de ativos e o reajuste estrutural em busca da otimização da qualidade integral dos bens estatais. Só com a persistência na propriedade pública como a principal e no controle das artérias da economia nacional, serão fortalecidas a capacidade de controle e a competitividade desta. Nesta pré-condição, a redução da participação dos bens estatais na economia nacional não influenciará a natureza do socialismo de nosso país.

5) Posição e papel da economia de propriedade coletiva

A economia de propriedade coletiva, como um tipo da economia pública de grandes perspectivas, evidencia os princípios de enriquecimento comum, absorve amplamente a participação dos fundos dispersos da sociedade, alivia a pressão do emprego e aumenta os fundos de acumulação pública e as cobranças tributárias. Estas são as razões pelas quais os diversos tipos da economia de propriedade coletiva devem ser apoiados, estimulados e ajudados em seu desenvolvimento, que se reveste de grande importância para colocar em ação o papel principal da economia de propriedade pública.

6) Economia de propriedade pública não-estatal

O desenvolvimento das economias públicas não estatais, sob as condições de predominância da economia de propriedade pública, é exigência objetiva para o desenvolvimento das forças produtivas, na fase inicial do socialismo. Esse desenvolvimento desempenha papel importante para satisfazer as necessidades diversificadas da população, em sua vida material e cultural, ampliar os empregos e promover a expansão de toda a economia nacional.

Só persistindo na posição predominante da economia de propriedade pública, no sistema democrático popular e na direção do Partido Comunista da China, o desenvolvimento das economias públicas não estatais escapará da privatização. Por isso, o Estado protege, nos termos da lei, os direitos e interesses legítimos das economias públicas de propriedade não estatal, assim como das economias autônomas privadas. Ele estimula, apoia e orienta seu desenvolvimento sadio e persiste na proteção dos direitos reais em pé de igualdade, com a finalidade de criar um novo quadro da concorrência e fomento mútuo dos diversos tipos das economias.

Em relação às *joint ventures* entre empresas chinesas e estrangeiras, empresas de gerenciamento cooperativo sino-estrangeiro e empresas de capital estrangeiro exclusivo, a maioria delas é constituída de economias de propriedade mista sino-estrangeira. Nestas empresas, as participações das propriedades estatal e coletiva são componentes da economia de propriedade pública.

Mesmo as empresas de capital estrangeiro exclusivo estão sujeitas às leis e às políticas econômicas de nosso país. O desenvolvimento das empresas destes três tipos é proveitoso para nós em diversos aspectos. Por exemplo, o Estado cobra impostos, operários ganham seus salários e nós aprendemos as técnicas, assimilamos tecnologias e experiências avançadas, obtemos informações e avan-

çamos ao mercado internacional. No fim de contas, esse desenvolvimento empresarial beneficia a construção socialista.

7) Diversificação dos modelos da propriedade pública

As relações da propriedade pública com seus modelos de realização são dialéticas. A propriedade pública se refere à natureza do sistema, enquanto os modelos de sua realização se referem às formas concretas de organização e gerenciamento dos bens públicos. Um bom modelo do sistema relaciona-se ao desempenho das vantagens, à posição e ao papel da propriedade pública na concorrência do mercado.

Não se deve confundir ambas as partes, caso contrário pode-se pensar, erroneamente, que os modelos de realização da propriedade pública visem à privatização. Neste sentido, pode-se entender mal o arrendamento, empreitada, conglomeração e fusão de empresas, bem como o sistema acionário e o sistema de cooperação acionária, ao se confundir a propriedade pública com os modelos de sua realização, e não entender que os diferentes sistemas de propriedade podem ter múltiplas formas e diferentes modelos.

Por isso, nosso Partido defende que a realização da propriedade pública pode e deve ter múltiplas formas. E que todas as formas de gerenciamento e organização, correspondentes à lei de produção socializada, podem ser aproveitadas, sendo necessário buscar os modelos de realização da propriedade pública que promovam o desenvolvimento das forças produtivas.

Coexistência de múltiplas formas de distribuição

Persistimos na distribuição de renda segundo o trabalho, como sua principal forma, assim como na coexistência de múltiplas for-

mas de distribuição e na sua integração com a distribuição segundo os insumos.

Este sistema de distribuição resulta da natureza e realidade da fase inicial do socialismo de nosso país. O marxismo considera que o modo de produção determina o modo de distribuição e que a distribuição dos materiais de consumo resulta das próprias condições de produção. Na fase inicial do socialismo, o sistema econômico que se baseia no sistema de propriedade pública como o principal, e no desenvolvimento comum das economias de múltiplas propriedades, determina o regime de distribuição atual, isto é, um sistema de distribuição segundo o trabalho, como o principal, e a coexistência de múltiplas formas de distribuição.

1) Sistema de distribuição provoca certa diferença da renda

Os motivos são:

- a) a diferença entre as técnicas e as habilidades de trabalho;
- b) os desequilíbrios no desenvolvimento econômico entre as diversas regiões;
- c) o fato de que, sob as condições da economia de mercado socialista, o valor criado pelo trabalhador só se realiza através da troca no mercado.

Por estas razões, os membros da sociedade não podem alcançar o enriquecimento simultânea e igualmente. A diferença, entretanto, é razoável e importante para incentivar a iniciativa de produção do trabalhador e promover o progresso social. De fato, a população relativamente pobre tem diminuído enormemente e a vida do povo, incluindo a alimentação, habitação, transporte e consumo de mercadorias de uso diário, tem melhorado notavelmente.

2) Problemas da área da distribuição

Apesar das melhorias na vida do povo, existem ainda vários problemas na área da distribuição em nosso país. As relações entre as rendas e a distribuição não têm sido coordenadas, a diferença entre indústrias, profissões e regiões são notáveis, e parte dos habitantes urbanos e rurais levam vida difícil. Estes problemas, se não forem tratados adequadamente, poderão conduzir a graves consequências.

3) Medidas para a solução dos problemas na distribuição

Nosso país sempre considerou os problemas relacionados com a distribuição como parte de toda a conjuntura do país e adotou, em diferentes circunstâncias, diferentes medidas em busca de solução, nos termos da lei:

- a) a proteção à renda legítima permite e incentiva uma parte da população a enriquecer-se primeiro, através de seu trabalho honesto e gerenciamento legal, assim como permite e estimula a participação de parte dos insumos como, por exemplo, capitais e técnicas, na distribuição dos rendimentos;
- b) a proibição das rendas ilegais e punição firme das delinquências, como defraudação de fundos públicos, sonegação de impostos e negócios entre o poder e a riqueza;
- c) a retificação da renda não razoável e do abuso de rendimento individual, obtidos através do monopólio setorial e de condições específicas;
- d) a regularização da renda demasiadamente alta, aperfeiçoando paulatinamente o sistema da declaração da renda da pessoa física, reajustando o imposto de consumo e criando novos tipos de impostos, como imposto de herança;
- e) a garantia da subsistência básica à população de baixa renda e da assistência social à população menos favorecida.

Em resumo, a distribuição da renda é regulada para manter a diferença de renda em nível razoável e evitar a disparidade em dois extremos.

Desenvolvimento da política democrática socialista

O sistema democrático popular é a vida do socialismo. Desenvolver a política democrática socialista é exigência da natureza do socialismo e garantia importante das modernizações socialistas, bem como a ideia política e o objetivo da luta constante de nosso Partido. Desde a reforma e abertura ao exterior, impulsionamos positiva e seguramente a reforma do sistema político e determinamos inequivocamente a construção de um moderno país socialista com prosperidade, democracia e civilidade, como nosso objetivo da luta.

1) Povo, dono do país

O povo é o dono do país e todos os poderes do Estado pertencem ao povo. Esta é a natureza e o núcleo da política democrática socialista. O governo do PCCh tem como objetivo dirigir e apoiar o povo para dominar o poder de Estado, fazer eleições, tomar decisões, realizar a administração e a supervisão democráticas, garantir ao povo, nos termos da lei, os direitos amplos e as liberdades às informações, à participação, à expressão e à supervisão, e respeitar e garantir os direitos humanos. A democratização da vida política do Partido e do Estado, a democratização da administração econômica e a democratização da vida social são importantes garantias às modernizações socialistas.

Em geral, exigimos persistência na combinação integral entre direção do PCCh, povo ser dono do país, administração do Estado segundo a lei, e aperfeiçoamento dos sistemas de assembleia popu-

lar, cooperação e consultas políticas multipartidárias sob a direção do PCCh, autonomia regional étnica, e autonomia das unidades de base da população, em busca do aperfeiçoamento próprio e do desenvolvimento do sistema político socialista.

2) Persistir e aperfeiçoar o sistema de assembleia popular

Nos empenhamos em melhorar e aperfeiçoar o sistema de eleições. Passamos a eleger os delegados populares através de votações, não mais com o mesmo número de candidatos e cargos, mais sim com mais candidatos do que os cargos disponíveis. E ampliamos as eleições diretas dos delegados populares para os distritos.

Ampliamos as competências do Comitê Permanente da APN e fortalecemos sua organização, criando comissões específicas para estudar, deliberar e produzir os projetos de lei concernentes. Criamos comitês permanentes nas assembleias populares das localidades superiores, até ao nível distrital. Fortalecemos o poder de supervisão do governo popular, tribunais e procuradorias do mesmo nível. E conferimos o direito de elaborar leis regionais às assembleias populares dos municípios centrais, regiões autônomas e províncias, bem como das capitais provinciais, e das cidades grandes sob a autoridade do Conselho de Estado e de seu comitê permanente.

O 17º Congresso Nacional do PCCh formulou a necessidade de apoiar as assembleias populares a exercer suas funções nos termos da lei. Trata-se de transformar as ideias do Partido em vontade do Estado, através de um processo jurídico que garanta aos delegados das assembleias populares os direitos estabelecidos em lei, estreitando as relações entre os delegados populares e o povo, e sugerindo que os delegados populares sejam eleitos conforme as proporções populacionais iguais nos meios urbanos e rurais. Isto reforçará a construção do sistema de comitê permanente da assembleia popu-

lar e otimizará a estrutura de conhecimentos e de idades de seu quadro pessoal.

3) Persistir e aperfeiçoar o sistema de cooperação e consultas políticas multipartidárias, sob a direção do PCCh

Trata-se de persistir nas diretivas de “coexistência duradoura, supervisão mútua, sinceridade recíproca, solidariedade na glória e na miséria”, fortalecer a cooperação com os partidos democráticos e consolidar a aliança entre o PCCh e as personalidade não filiadas ao Partido.

Trata-se, ainda, de desenvolver o papel da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPCh) para a supervisão democrática, participação na administração e avaliação, e transformar a CCPPCh em um importante canal para unir os diversos círculos sociais e consolidar e desenvolver a ampla frente única patriótica. Muitas personalidades dos partidos democráticos e personalidades sem partido assumem cargos dirigentes nas instituições estatais em diversos escalões.

Quanto à elaboração de políticas e nomeações importantes, o PCCh sempre mantém consultas plenas com os partidos democráticos e ouve suas opiniões com sinceridade. O 17º Congresso Nacional do PCCh formulou ainda a necessidade de apoiar a CCPPCh a exercer suas funções a respeito dos grandes temas da unidade e da democracia, impulsionando a construção do sistema de consultas políticas, supervisão democrática, participação na administração e avaliação, pondo em prática seu importante papel na coordenação das relações de união das diversas forças, e na formulação de propostas que sirvam à situação geral.

4) Persistir no sistema de autonomia regional étnica

Nosso país persiste sempre na igualdade entre os grupos étnicos e na garantia de que as regiões de autonomia étnica exerçam sua autonomia. O governo aprovou a Lei da Autonomia Regional Étnica, garantindo por lei o direito das minorais étnicas administrarem seus próprios assuntos e conferindo a elas maior autonomia.

O Estado ajuda financeira, material e tecnicamente às minorias étnicas no desenvolvimento da economia e dos empreendimentos culturais, ajuda às regiões autônomas étnicas na formação de grande número de funcionários e pessoal técnico em todos os níveis, consolida e desenvolve as relações étnicas socialistas de igualdade, unidade e ajuda mútua, e promove a prosperidade e progresso comum de todas as etnias.

5) Desenvolver a democracia nas unidades de base e garantir ao povo maiores e mais efetivos direitos

O Estado promulgou a Lei de Organização da Comissão de Aldeões e a Lei da Organização da Comissão de Moradores, para aperfeiçoar os sistemas das comissões de aldeões e das comissões de moradores. Procura, com isso, o desenvolvimento da autonomia das unidades de base da população, de modo que os habitantes participem da discussão e tomada de decisão sobre os assuntos públicos e de bem-estar social.

Nas empresas e instituições, foi restabelecido o sistema de congresso de representantes dos empregados e funcionários, que os organiza para participarem da reforma, gestão e salvaguarda de seus direitos e interesses legítimos.

Através deste esforço, o povo pode exercer diretamente seus direitos democráticos nos termos da lei, administrar os assuntos públicos e de bem-estar social nas unidades de base, realizar a auto-

administração, autosserviço, autoeducação e autossupervisão, bem como fazer a supervisão democrática sobre os funcionários.

Trata-se da via mais eficaz e ampla para demonstrar o princípio de que o povo é o dono do país. Esta é uma prioridade a que nos dedicamos, como trabalho básico, em busca do desenvolvimento da política democrática socialista.

6) Aperfeiçoar o sistema do Estado de direito socialista

Administrar conforme a lei é uma exigência básica da política democrática socialista. Com base nas experiências históricas de construção socialista, persistimos em elaborar uma legislação científica e democrática e não poupamos esforços no aperfeiçoamento do sistema de direitos do socialismo de características chinesas.

Atualmente, a China possui um sistema jurídico socialista baseado na Constituição, que abrange uma série de importantes leis relacionadas com as instituições estatais, assim como leis civis, comerciais, penais, processuais e sobre economia e administração. Isto estabeleceu uma base jurídica para os principais aspectos da vida política, econômica e social de nosso país.

Os serviços judiciais e jurídicos têm se fortalecido e aperfeiçoado, enquanto os departamentos governamentais em todos os escalões têm melhorado sua administração nos termos da lei. Criou-se um sistema de direitos com características chinesas, incluindo legislação completa, execução justa da lei, trabalho judiciário rigoroso, divulgação ampla das leis e supervisão legal eficaz.

7) Impulsionar a reforma dos órgãos governamentais

Atendendo principalmente às necessidades de criação do sistema da economia de mercado socialista e de acordo com os princípios de “separar a responsabilidade do governo e das empresas” e

de “seleção e simplificação, união e eficácia”, trabalhamos para transformar paulatinamente as funções do governo, havendo obtido resultados notáveis. Ao mesmo tempo, o Conselho de Estado tem envidado grandes esforços para simplificar os órgãos governamentais e reduzir o quadro de pessoal, com o fim de satisfazer às necessidades de desenvolvimento da economia de mercado socialista.

8) Impulsionar, planejada e paulatinamente, a reforma do sistema do funcionalismo

Revogou-se o sistema de cargos vitalícios e adotou-se o sistema de períodos para o mandato dos cargos públicos. Foram elaboradas as leis e regulamentos, como Regulamento dos Funcionários Públicos, criando mecanismos para a administração dos funcionários públicos, com abertura, equidade e concorrência, de modo a impulsionar a padronização e sistematização na seleção dos quadros e intensificar sua administração e supervisão, especialmente dos quadros dirigentes.

Em resumo, nos cerca de 30 anos desde a reforma e abertura, temos obtido significativos resultados em busca do desenvolvimento da política democrática socialista e acumulamos experiências. No entanto, estamos cientes de que é uma tarefa árdua, de longo prazo, e ainda teremos muito a fazer para aperfeiçoar o sistema democrático, fortalecer o sistema de direitos, impulsionar a reforma de órgãos, aperfeiçoar o sistema da supervisão democrática e salvaguardar a estabilidade e unidade do país.

A cultura do socialismo de características chinesas

Ela visa formar, sob a orientação do marxismo, cidadãos com ideal, integridade moral, boa educação e alto senso de disciplina.

Pretende desenvolver a cultura científica e popular, voltada para a modernização, o mundo e o futuro. Persistimos em instruir todo o Partido e o povo com a teoria do socialismo de características chinesas, esforçando-nos para otimizar a qualidade ideológica e moral, bem como o nível educacional, científico e cultural de toda a população.

Persistimos em servir ao povo, ao empreendimento socialista e aos princípios de “Deixar que cem flores desabrochem e cem escolas de pensamento contendam”, em busca da prosperidade da ciência, literatura e arte e da criação de uma civilização espiritual socialista, com base na realidade chinesa, na continuidade das suas excelentes tradições históricas e culturais, e na assimilação dos resultados proveitosos das culturas estrangeiras.

1) Conceito de desenvolvimento científico, princípio orientador do desenvolvimento sócio-econômico

O conceito de desenvolvimento científico foi formulado baseando-se na realidade da fase inicial do socialismo, nas práticas do desenvolvimento de nosso país e nas experiências estrangeiras, e atendendo às novas necessidades do desenvolvimento. Quanto a seu teor, o desenvolvimento é o aspecto mais importante, a população é o seu núcleo, as exigências básicas residem no desenvolvimento coordenado sustentável, e seus meios fundamentais consistem numa planificação global que tome em consideração todos os aspectos.

Tomar o desenvolvimento como o mais importante significa persistir, como centro do trabalho, na construção econômica e na libertação e desenvolvimento das forças produtivas, a fim de construir uma sólida base para o socialismo de características chinesas.

Levar em consideração a população como núcleo significa persistir nos princípios fundamentais de nosso Partido, de servir ao povo e considerar sua felicidade e a realização de seus interesses funda-

mentais como a base e o fim de todos os trabalhos de nosso Partido e do Estado. Significa respeito à posição do povo como dono do país, desenvolver sua criatividade, garantir seus direitos e interesses legítimos, seguir o caminho de enriquecimento comum e promover seu desenvolvimento integral como seres humanos. O desenvolvimento é pelo povo, apoia-se no povo e o povo desfruta de seus resultados.

Persistir no desenvolvimento coordenado sustentável significa a necessidade de promover, conforme a distribuição geral dos empreendimentos do socialismo de características chinesas, as construções econômica, política, cultural e social. Significa, ainda, promover a coordenação entre os diversos elos e segmentos das modernizações, entre as relações de produção e as forças produtivas e entre a superestrutura e a base econômica. Significa, também, persistir no caminho de desenvolvimento da produção, abundância de vida e bom ambiente ecológico, construir uma sociedade amigável com o meio ambiente e de eficiência energética. Significa, finalmente, buscar a coordenação entre ritmo, qualidade estrutural e rendimento, e a coordenação entre o crescimento econômico, a população, os recursos e o ambiente, para que o povo viva e trabalhe em ambiente ecológico agradável e a expansão socioeconômica seja sustentável.

Persistir em fazer a planificação global, tomando em consideração todos os aspectos, significa que se deve entender corretamente e tratar adequadamente as principais relações no empreendimento do socialismo de características chinesas. Ou seja, planificar e coordenar o desenvolvimento urbano e rural, o desenvolvimento regional, o desenvolvimento socioeconômico, o desenvolvimento de harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente, e o desenvolvimento nacional e a abertura ao exterior; planificar e coordenar as relações entre as autoridades centrais e as regionais; fazer a coordenação entre os interesses privados e coletivos, entre os interesses

parciais e gerais e entre os interesses atuais e os de longo prazo; mobilizar plenamente as iniciativas de todos os segmentos; e coordenar as conjunturas nacionais e internacionais, adotar a visão mundial, fortalecer o pensamento estratégico e criar um bom ambiente internacional.

2) Criar uma sociedade harmoniosa socialista

O desenvolvimento científico e a harmonia social têm laços intrínsecos. Sem o desenvolvimento científico não haverá a harmonia social, e vice-versa. Através do desenvolvimento, aumentamos o tesouro material social e melhoramos constantemente o padrão de vida do povo. Através do desenvolvimento, também garantimos a justiça social e a harmonia social.

Conforme a exigência geral sobre o sistema democrático de direitos, justiça e equidade, honestidade e solidariedade, dinamismo, segurança e ordem e coexistência de harmonia entre os seres humanos e a natureza, e conforme os princípios de construção conjunta e comunhão de seus resultados, priorizamos a solução dos problemas dos maiores, mais íntimos e mais reais interesses da população. Esforçamo-nos pela criação de uma situação harmoniosa, em que todo o povo trabalhe conforme sua capacidade e receba o merecido.

A harmonia social é a natureza essencial do socialismo de características chinesas. Nosso Partido ampliou a distribuição geral dos empreendimentos socialistas de “três em um” para “quatro em um”. Eles agora abrangem a construção econômica, a construção política, a construção cultural e a construção social. Ao mesmo tempo, ampliamos as metas das modernizações socialistas de nosso país de “três em um” para “quatro em um” incluindo a prosperidade, democracia, civilidade e harmonia. A construção da sociedade harmoniosa socialista é uma tarefa histórica de longo prazo.

As construções econômica, política, cultural e social do socialismo de características chinesas representam um conjunto íntegro inseparável. Fortalecê-las visa a mobilizar plenamente a iniciativa das massas populares, impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas sociais e o progresso total da sociedade, garantindo o crescimento coordenado da economia, política e cultura. Este é nosso novo entendimento sobre a teoria do progresso social em todos os sentidos, sob as novas condições históricas e desenvolvimento do socialismo de características chinesas.

**Zhang Qihua é sub-diretora geral do Gabinete de Estudos da História do Comitê Central do PCCh*

Influências do neoliberalismo no Brasil

*Iole Ilíada**

O neoliberalismo, padrão de acumulação hegemônico no mundo durante as últimas décadas, parece estar com seus dias contados. A crise econômica que, a partir dos EUA, irradiou-se pelo mundo nos últimos meses de 2008, expôs mais uma vez as contradições do capitalismo, a incapacidade do mercado de se autorregular e o papel do Estado na economia e na organização da sociedade.

Diante de uma crise de tais proporções, ainda não se sabe ao certo que ordem econômica e política emergirá, depois que seus efeitos mais imediatos forem enfrentados. Mas parece haver um certo consenso em torno da ideia de que mudanças mais profundas no sistema financeiro e econômico internacional serão incontornáveis. Em meio às distintas análises e interpretações sobre a crise, torna-se lugar-comum a ideia de que estamos diante do fim de um ciclo. Muitos falam agora em um “período pós-neoliberal”.

No entanto, é preciso cautela ao comemorar a vitória sobre o neoliberalismo. Se é verdade que seus fundamentos econômicos e

políticos foram postos em questão pela crise, também é verdade que seu impacto e influência nos diversos países em que foi implantado ultrapassam em muito o simples manejo da política macroeconômica. Nesse sentido, conhecer esses impactos e influências torna-se fundamental para construir as saídas da crise, apontando no sentido da superação do modelo neoliberal, que não é senão a forma assumida pelo capitalismo em sua atual fase histórica.

Cabe assinalar que, se o programa neoliberal tinha um receituário geral, baseado nas ideias produzidas no chamado “Consenso de Washington”, em cada país ele assumiu feições particulares, em razão das especificidades históricas. Vejamos agora com maior detalhamento como esse impacto e influência se fizeram sentir no Brasil.

Antecedentes históricos do neoliberalismo no Brasil

1) Antecedentes políticos

Se no cenário mundial a implantação do modelo neoliberal começa a se processar já na década de 1980, no Brasil esta se inicia de forma tardia, em relação ao ocorrido em outros países. Isso se explica pelas características históricas do processo de redemocratização do país, após a vigência do período ditatorial que se instalou com um golpe de Estado, em 1964.

Os anos 1980 serão, no Brasil, um momento de importante ascensão das lutas sociais, e de uma grande participação da sociedade brasileira na vida política. Data desse período a fundação de várias organizações dos movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984. Também foi nessa década que se deu a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e a

legalização dos partidos de esquerda que estavam na clandestinidade, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1985.

É neste período também que se instalará o Congresso que aprovará, em 1988, a nova Constituição Brasileira, considerada bastante avançada em termos sociais, justamente como reflexo desse momento de mobilização política. Podemos dizer que esse processo culmina, em 1989, com a primeira eleição direta para a Presidência da República após os anos de ditadura, na qual o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, lançado pelo PT e apoiado no segundo turno por todas as forças de esquerda do país, quase chega à vitória, com um programa bastante radicalizado para a época. Lula obteve 47% dos votos, contra 53% do candidato vitorioso, Fernando Collor de Mello.

Mas essa derrota por poucos votos, se por um lado consolidou um partido de esquerda – o PT – como polo aglutinador das forças progressistas, com condições reais de disputar os rumos políticos do país (o que era um fato inédito em nossa história), por outro abriu caminho para a aplicação, em nosso território, das políticas neoliberais. A década de 1990 pode ser, assim, chamada de a “década neoliberal” no Brasil. E seus efeitos se fizeram sentir de forma profunda sobre a sociedade brasileira.

2) Antecedentes econômicos e sociais

A crise do regime político instalado após o golpe de 1964 e a crise de acumulação do capitalismo brasileiro, fenômenos interrelacionados que se originaram em meados da década de 1970, produziram um cenário econômico na década de 1980 marcado, do ponto de vista econômico, por altas taxas de inflação e baixo crescimento da economia. Se, nos anos 1970, a economia brasileira teve um crescimento médio de 8,8% do PIB, nos anos 1980 essa taxa caiu para 3,0%.

Não obstante esse quadro econômico, o país permanecia, em grande medida, isolado do circuito financeiro mundial e protegido da concorrência internacional. Isto ocorre, sobretudo após a crise da dívida externa brasileira, já no início da década, quando se tornou escasso o fluxo de financiamento vindo do exterior. A redução do mercado de trabalho, assim, apesar do cenário de piora dos indicadores macroeconômicos, não era muito significativa, e nem o crescimento do chamado “trabalho informal” (emprego da força de trabalho em pequenas atividades econômicas não registradas, como vendedores ambulantes, serviços domésticos etc.).

Do ponto de vista social, com todas as deficiências das leis trabalhistas ou a possibilidade de seu descumprimento por parte dos empresários, ainda assim uma parte expressiva de trabalhadores registrados gozava de um importante sistema de direitos e benefícios. No setor público esses benefícios eram ainda maiores, e os servidores que nele ingressavam através de concursos contavam com carreiras estáveis.

Na última metade dos anos 1980, sob o governo de José Sarney, sucessivos planos de estabilização monetária (planos Cruzado I e II e Verão) foram tentados e fracassaram. O agravamento da crise tornava imperativa para a burguesia brasileira a reestruturação da economia e do Estado, bem como uma mudança no seu modo de inserção no sistema mundial – seguindo os passos e o modelo que já estavam sendo implantados em vários lugares no mundo, no que viria depois a ser chamado de “neoliberalismo”. E a vitória eleitoral das elites liberal-conservadoras, em 1989, a que nos referimos acima, criou as condições necessárias para a realização de tais reformas do capitalismo brasileiro.

A seguir, analisaremos mais detidamente as características que a implantação desse modelo assumiu no Brasil, buscando avaliar seus impactos econômicos, sociais e políticos.

A implantação do neoliberalismo no Brasil

1) Os impactos econômicos

A década de 1990 inicia-se assim, no Brasil, com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, que se comprometeu desde o início com as políticas neoliberais. Depois do fracasso de seus planos de estabilização econômica (Planos Collor I e II), que buscavam sobretudo deter a hiperinflação do período – e que jogaram o país em uma recessão, com uma queda de 10% do PIB, entre 1990 e 1992 – o governo deu início à abertura comercial, através da eliminação das barreiras não-tarifárias e de uma gradativa redução das alíquotas de importação, seguindo claramente as orientações pró-liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Paralelamente, Collor criou o Programa Nacional de Desestatização, cujo objetivo era a privatização das empresas públicas brasileiras.

A incapacidade de Collor em dar respostas aos problemas econômicos mais graves do país, sua dificuldade política em cumprir o papel de articulador nacional das reformas neoliberais, somados aos escândalos de corrupção nos quais ele se envolveu, levaram a seu *impeachment*, em 1992. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco, em um movimento que acabou por gerar as condições políticas para o lançamento de um novo plano de estabilização macroeconômica: o Plano Real. Sustentado basicamente por um programa de financiamento externo, esse plano foi bem sucedido no que se refere ao controle da inflação no país. E o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, valendo-se da popularidade conferida ao Plano Real por esse sucesso, elegeu-se Presidente da República, em 1994, apoiado por uma aliança política liberal-conservadora bastante ampla.

A vitória de Cardoso abriu caminho para a consolidação de uma nova hegemonia burguesa, capaz de articular as elites políticas e econômicas em torno do projeto neoliberal. Criaram-se novas perspectivas para investimentos privados, internos e externos, através de uma política de estabilização monetária e de reforma do Estado, que visava basicamente sua privatização. Em um primeiro momento, esse impulso de investimentos e, sobretudo, a queda drástica da inflação (de 46,60% em junho de 1994, para 3,34% em agosto do mesmo ano), produziram uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira – ainda que não de forma contínua, uma vez que esse crescimento era bastante afetado, sempre que havia um período de instabilidade na economia mundial. Mas a paridade entre o dólar e a moeda brasileira (o Real), um dos alicerces do plano econômico, começou a se mostrar impraticável, sobretudo após a crise dos países do sudeste asiático e da Coreia do Sul, assim como a da Rússia, em 1997.

Para não perder popularidade e visando ser reconduzido ao cargo de presidente, Cardoso manteve artificialmente essa paridade até 1998, ano em que foi reeleito. Tão logo assumiu o segundo mandato, entretanto, em janeiro de 1999, ocorreu a desvalorização do Real. De qualquer modo, a política neoliberal do governo Cardoso criou as condições macroeconômicas para um novo ciclo de acumulação no Brasil, aproveitando-se da liquidez do mercado financeiro internacional e do crescimento da economia norte-americana no período.

As medidas econômicas adotadas, baseadas na privatização e na abertura ao capital internacional, eram justificadas ideologicamente como inevitáveis, em razão da pretensa “globalização”. Áreas até então sob controle público foram abertas ao investimento privado. O Programa Nacional de Desestatização entrou em plena execução. Se nos governos Collor e Itamar Franco foram vendidas principal-

mente as empresas de bens de produção (siderurgia, fertilizantes, petroquímica), no governo Cardoso a ênfase foi dada às áreas de transporte, mineração e telecomunicações.

Os empreendedores internacionais realizaram grandes negócios. Entre 1994 e 1997, as fusões e aquisições na indústria e no setor de serviços, com presença significativa do capital estrangeiro, cresceram cerca de 22% ao ano no Brasil. A política de abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado contribuíram para a falência de muitas empresas brasileiras. Aprofundou-se a desnacionalização da economia brasileira. O capital estrangeiro que, em 1991, correspondia a apenas 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do país, passou para 53,5% no final de 1999. A participação estrangeira no faturamento das maiores empresas do país subiu 146% entre 1991 e 1999.

Mas ao contrário do que ocorria até então, quando os capitais privados estrangeiros instalavam novas empresas no país, sendo um fator de geração de empregos, nesse período neoliberal eles foram incentivados a adquirir as empresas nacionais já existentes, em um processo a um só tempo de concentração e desnacionalização da cadeia produtiva instalada no território brasileiro.

A contraface desta política era a manutenção de taxas de juros elevadíssimas, bastante atraentes ao capital especulativo internacional, que visavam manter a estabilidade dos indicadores macroeconômicos, mas que tornavam praticamente inviável para o capital nacional a realização de investimentos produtivos. O mau desempenho das empresas nacionais, derivado portanto dessa inserção dependente na chamada globalização, foi no entanto tratada pelo governo como um problema de “gestão”. Programas que apontavam novas diretrizes de “eficiência”, “produtividade” e “competitividade” foram instituídos, em geral induzindo essas empresas a cortar

gastos com a força de trabalho. A partir de 1994, essa política, como veremos adiante, cobrará seus reflexos no mercado de trabalho, com um aumento dos índices de desemprego e a ampliação das formas precarizadas de contratação (terceirização, trabalho temporário etc).

Após 1997, o padrão de acumulação neoliberal imposto ao mundo começará a enfrentar seus maiores desafios, com a sucessão de crises econômicas e sociais verificadas em vários países. Diante desse quadro, a saída proposta pelos EUA para a situação latino-americana será um aprofundamento da liberalização econômica e da relação de dependência, com a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A intenção do governo de Cardoso era aderir à ALCA, o que provavelmente induziria as demais economias da região a tomar uma decisão semelhante. A resistência popular a essa iniciativa, associada a uma crescente perda de popularidade do presidente – tendo em vista a piora das condições sociais de grande parte da população e a insatisfação de parcela da burguesia nacional com as dificuldades impostas ao capital produtivo –, impediram que ele levasse essa ideia adiante. Registre-se que a vitória de Lula e dos demais governos de esquerda na América Latina acabaram por sepultar de vez esse projeto norte-americano.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, durante a década neoliberal de 1990 as taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foram medíocres. Se nos anos 1980 tivemos uma taxa média anual de crescimento de 3%, nos anos 1990 o crescimento anual médio do país atingiu apenas 1,7%. Apesar do controle da inflação, a distribuição de renda permanecia sendo uma das mais desiguais do mundo. A concentração de riqueza e capital aumentou, assim como a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia e

Estatística (IBGE), se em 1992 a diferença entre a renda mais alta e a mais baixa era de cerca de treze salários mínimos, em 1999 passou a ser em torno de dezessete salários mínimos.

Pesquisas produzidas por institutos como a Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP) e a Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisas de Mercado (ABIPEM) mostraram que, em 2002, havia 137 milhões de brasileiros nas classes C, D e E¹, com rendas mensais brutas inferiores a R\$1.125,00, e baixíssima capacidade de consumo. Aliás, uma das características deste período neoliberal foi a diminuição contínua da renda dos trabalhadores, além de uma piora significativa nas condições de trabalho. Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostrou que na década de 1990 o salário médio real do trabalhador caiu 18,8% na região metropolitana de São Paulo, onde se concentra o maior contingente de assalariados do país, como consequência do aumento do desemprego e da informalização² crescente do trabalho (em meados de 2000, por exemplo, dos 822 mil empregos criados nas seis regiões metropolitanas, apenas 62 mil foram com carteira assinada). Outro dado importante é que a participação dos salários no PIB, de 45% em 1990, caiu para 37% em 1999.

Essa piora nas condições de emprego e renda dos trabalhadores brasileiros refletiu-se também em outros indicadores sociais, tais como o aumento dos níveis de criminalidade nos centros urbanos, consequência da incapacidade do modelo econômico de absorver força de trabalho, por um lado, e da forma como o neoliberalismo afetou o Estado e sua capacidade de implementar políticas sociais, por outro. Sobre esse segundo fenômeno, trataremos a seguir.

2) Os impactos sociais

Do ponto de vista social, os anos 1990 consagraram-se como uma década de contínua transformação não apenas das condições objetivas, mas também da subjetividade dos trabalhadores, com impactos negativos sobre sua consciência de classe.

Em primeiro lugar, o “choque de competitividade” imposto pela abertura ao comércio internacional e a consequente reestruturação produtiva por que passou o capitalismo brasileiro, sobretudo no setor industrial – com a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização da produção, tais como o *just-in-time*, a terceirização, o “trabalho em equipe”, os “programas de qualidade total” e os sistemas de remuneração flexível –, além de uma intensificação da exploração do trabalho, via ampliação do número de horas trabalhadas, fez aumentar a produtividade da força de trabalho, que se fez acompanhar, como já dissemos acima, por uma redução dos postos de trabalho e dos salários pagos.

No setor bancário, por exemplo, a introdução de novas tecnologias microeletrônicas voltadas para o auto-atendimento, assim como o incremento da prática da terceirização e das novas formas de gerenciamento do trabalho, contribuíram para uma drástica redução da força de trabalho ali empregada. Se, em 1989, a categoria bancária no Brasil era constituída por aproximadamente 811 mil trabalhadores, em 2001 esse número caiu para 394 mil. Ao mesmo tempo, cresceu intensamente o número de empregados em trabalhos temporários e de trabalhadores domésticos, inseridos no mercado de trabalho de forma precária, prestando serviços para a indústria, os bancos e o comércio por tempo parcial e determinado, em sua maioria sem contar com nenhuma seguridade social, nem com os benefícios trabalhistas previstos na lei.

Esses processos em massa, de constantes demissões e de admissões através de contratos precários, geraram um clima de instabili-

dade permanente entre os trabalhadores, minando as formas de convivência, integração e sociabilidade no interior da empresa. Podemos mesmo dizer que uma nova linguagem foi introduzida no mundo do trabalho, na qual conceitos como “produtividade”, “eficiência”, “novas habilidades”, “corte de custos”, “remuneração variável”, entre outros, passaram a fazer parte não só do ideário dos capitalistas, mas também do chamado “mundo do trabalho”.

Esse novo discurso produtivista mascarava a crescente exploração da força de trabalho e dificultava a construção de uma identidade e de uma solidariedade de classe. E mesmo aqueles que não eram convencidos por essa ideologia, acabavam subordinando-se a sua lógica pela insegurança e medo gerados por essa política sistemática de demissões imotivadas e pela precarização das relações de trabalho. Aliás, nesse período, o governo Fernando Henrique Cardoso buscou por vários mecanismos introduzir uma política de desregulamentação do mercado de trabalho, através de uma reforma das leis que asseguravam os direitos trabalhistas. Se não obteve pleno sucesso nessa empreitada, foi graças à resistência dos trabalhadores e das forças de esquerda no Brasil, com especial destaque para o papel cumprido pela CUT e pelo PT.

Outro dado importante dessa desagregação do mundo do trabalho está no aumento do pequeno comércio chamado “ambulante” e do trabalho autônomo de baixa remuneração nos centros urbanos médios ou grandes, que são na verdade formas ocultas de desemprego, às vezes não registradas nas estatísticas. A degradação das relações de trabalho, na década de 1990, atingiu não apenas o setor privado da economia brasileira, mas também o setor público. O governo Collor iniciou e o governo Cardoso aprofundou uma série de medidas neoliberais de desmonte do Estado, com um corte substantivo dos recursos para custeio e contratação, que prejudicou a qua-

lidade do serviço público, desvalorizou salários e reduziu a capacidade do governo de realizar investimentos sociais. Entre 1995 e 1997, dados apontam para uma redução de cerca de 140 mil empregos no setor público. E com as privatizações ocorridas em 1998 e 1999, esse número cresceu ainda mais.

Assim, se a Constituição promulgada em 1988 havia garantido à população brasileira, nos marcos jurídicos e legais, um conjunto de direitos sociais relativos à seguridade social, educação, cultura, saúde, entre outros, as políticas neoliberais significaram um retrocesso no usufruto desses direitos, com a implantação, a partir principalmente de 1995, de um novo conceito de Estado, cuja função seria apenas a de “gestor” das políticas sociais. Esse novo modelo tinha como características principais a focalização sobre a pobreza extrema e a oferta de serviços apenas a algumas camadas sociais, no lugar da universalização prevista na Constituição; e a privatização da oferta de serviços públicos, incluindo saúde e educação, com o aumento da participação não-governamental na sua provisão.

Um exemplo claro dessa política deu-se no setor da educação superior. Entre 1994 e 2000, o número de alunos matriculados em instituições privadas cresceu em 86%. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2002, do total de vagas oferecidas no ensino superior brasileiro, 83,4% eram nas instituições privadas, e apenas 16,6% nas públicas. Desse modo, embora no Brasil não se tenha completado o desmonte da educação, da saúde e da previdência públicas, como ocorreu em outros países – em grande parte em razão das lutas empreendidas pelos setores populares –, houve sem dúvida um encolhimento do Estado e uma redução significativa da parte do orçamento público destinado às políticas sociais. A lógica era priorizar o pagamento das dívidas públicas, que haviam sido profundamente elevadas pela dependência ao capital externo e pela política de juros altos então praticada.

Essa gestão pública, orientada por um modelo monetarista, acabou por aumentar os índices de pobreza e a desigualdade social no país, disseminando a lógica segundo a qual uma vida digna e justa nunca seria possível para todos. Apenas os mais aptos e capazes teriam direito a ela. Essa lógica levava a sociedade a crer que a dificuldade de acesso a bens e serviços básicos não era culpa do Estado, mas um resultado do fracasso individual. Esse sentimento, aliado às outras características do modelo neoliberal, também resultou em graves consequências para a vida política das classes trabalhadoras, como veremos a seguir.

3) Os impactos políticos

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, a hegemonia do pensamento neoliberal e as alterações objetivas e subjetivas provocadas por esse novo padrão de acumulação, conforme buscamos apontar, trouxeram como consequência, paralelamente às teses do fim da história e do fim do Estado, a ideia do “fim da política”.

Essa ideia do fim da política estava relacionada a algumas das características centrais do neoliberalismo, entre as quais citamos:

a) o aumento das desigualdades sociais, que fragmentou profundamente o tecido social e ampliou o abismo entre as maiorias empobrecidas e as minorias que enriqueceram ainda mais. Esse fenômeno acentuou as contradições entre as necessidades dos primeiros e os interesses dos últimos, o que afetou a ideia de “bem comum”, de “interesse coletivo”, fundamentos tradicionais da atuação política. Ao mesmo tempo, a lógica da *privatização*, invadindo todos os setores da vida social, enfraqueceu o sentido da representação política, que só pode ser exercida nos espaços *públicos*.

b) a ideia de que a sociedade deve ser organizada pelo mercado, o que significa que quanto mais fortes são os interesses privados, maior sua capacidade de se impor sobre o conjunto da população. Incapaz de encontrar assim os canais para ver suas demandas atendidas, a maioria dos indivíduos acaba por desacreditar completamente dos poderes públicos e da representação política;

c) a ideia de que as medidas tomadas pelos governos neoliberais eram inevitáveis e indiscutíveis, uma vez que se justificavam por argumentos “técnicos”. Assim, fazia-se crer que os Estados não tinham nenhuma alternativa na tomada de decisões na área econômica, o que ampliava a sensação de que a política era impotente, e de que a alternância de poder não seria capaz de mudar efetivamente nada.

Aliás, esse esvaziamento dos espaços públicos e sua substituição por formas mediatizadas de fazer política, aliados à perda de força, na sociedade, das ideias socialistas, empurraram os partidos de esquerda para a luta institucional e as disputas eleitorais, atuando negativamente sobre sua capacidade de promover a mobilização social. Cabe destacar, nesse sentido, os efeitos do neoliberalismo sobre a organização dos trabalhadores, que acabou impactando também os partidos políticos que se propunham a representá-los, como o PT.

Ao longo da “década neoliberal”, houve no Brasil uma verdadeira ofensiva do capital sobre as principais categorias organizadas, tais como metalúrgicos e bancários. A perda de postos de trabalho, a nova cultura “empresarial” introduzida no ideário dos trabalhadores, a precarização das formas de contratação, e a disseminação do medo como forma de coação, resultaram em uma redução das bases dos sindicatos, enfraquecendo o potencial de mobilização e luta

dessas organizações. Essa redução atingiu também os sindicatos no setor público, tendo em vista as privatizações realizadas e a introdução da lógica do mercado em seu funcionamento.

É importante ressaltar que a debilitação relativa da força dos trabalhadores não foi um efeito colateral das medidas neoliberais. Tratou-se na verdade de um de seus elementos centrais, pois nela residia a possibilidade de ampliar a exploração da força de trabalho sem enfrentar a resistência organizada dos sindicatos. Assim, de uma posição política ofensiva, no final da década de 1970 e início da década de 1980, as organizações sindicais passaram, nos anos 1990, a uma postura defensiva. Tratava-se de tentar conservar os direitos e manter seus filiados, cujo número tendia a reduzir-se consideravelmente. O número de greves, assim como a adesão a elas, diminuiu significativamente, sobretudo no setor privado.

Se os sindicatos maiores, apesar disso, conservaram algum poder de negociação, a situação era mais dramática para aqueles trabalhadores que, ao serem submetidos a contratos precários, sequer podiam organizar-se formalmente. Isso explica porque, entre 1994 e 2000, os que recebiam acima de vinte salários mínimos obtiveram até 41% de reposição salarial, enquanto os que ganhavam cinco salários mínimos tiveram, ao contrário, 7,2 % de queda no salário.

Isso não significa que a capacidade de resistência da classe trabalhadora na década de avanço do neoliberalismo no país tenha desaparecido. Mas houve, sem dúvida, uma grande fragmentação, além de um enfraquecimento das visões mais estratégicas. Muitas das lutas assumiram uma dimensão tática, específica e contingente. Trabalhava-se, naquele momento, mais para garantir a manutenção de certos direitos, do que para avançar na conquista de poder para a classe.

Essa escalada de implantação do neoliberalismo no Brasil, conforme a descrevemos acima, foi de certo modo interrompida com a

vitória de Lula, em 2002. No entanto, como assinalamos anteriormente, seus efeitos afetaram estruturalmente o país, e representam uma pesada herança com a qual o atual governo e a sociedade ainda se defrontam cotidianamente. Assim, se a crise internacional coloca em cheque os pressupostos desse padrão de acumulação, suas influências ainda se fazem sentir. Daí a importância e a necessidade de avançar no processo de transformação do Brasil iniciado com o governo Lula, aproveitando inclusive a crise para superar definitivamente o neoliberalismo e instaurar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico no país.

* *Iole Ilíada* é diretora da Fundação Perseu Abramo

Notas

¹ Classes C, D e E são classes populacionais de renda, estabelecidas a partir de uma relação com o salário mínimo estipulado por lei. Essas são as classes de renda baixa e muito baixa.

² Informalização refere-se aos trabalhadores empregados, mas cujas carteiras de trabalho não são assinadas pelos patrões, violando a lei. A ausência de assinatura na carteira de trabalho impede que os trabalhadores tenham acesso aos benefícios trabalhistas, como pensão por acidentes de trabalho, férias, aposentadoria etc.

Fontes consultadas

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, nº 19. Curitiba: UFPR, novembro de 2002.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão*

internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POMAR, Wladimir. O modelo Collor-FHC. Portal eletrônico da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br. 15/04/2009.

Páginas eletrônicas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos: www.dieese.org.br.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais:
www.inep.gov.br.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: www.ipea.gov.br.

O debate sobre o socialismo

*Valter Pomar**

Para entender melhor a visão do PT acerca do socialismo, é importante atentar para certas diferenças existentes entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista da China.

A primeira diferença: o Partido Comunista da China construiu sua visão sobre o socialismo, ao longo de quase noventa anos de atuação, desde 1921. Já o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980 e não tem ainda trinta anos de vida. Portanto, o PT tem menos tempo de vida e passamos por menos experiências que o PCCh, que enfrentou uma guerra mundial, uma guerra contra a ocupação e uma guerra popular prolongada.

A segunda diferença: o Partido Comunista da China dirigiu uma grande revolução e está no poder há quase 60 anos. Já o Partido dos Trabalhadores não dirigiu uma revolução e não estamos no poder. Nós ganhamos uma eleição presidencial em 2002 e ganhamos outra eleição presidencial em 2006. Estamos no governo, que é uma parte do poder, mas não é todo o poder. No Brasil, parte importante do

poder é controlado por partidos que fazem oposição ao nosso governo; outra parte do poder no Brasil é controlado pelos grandes empresários e pelos meios de comunicação. A segunda diferença, portanto, é que comparativamente o PCCh tem mais poder na China do que o PT tem no Brasil.

A terceira diferença: os chineses estão há sessenta anos tentando construir o socialismo. Nós estamos há sete anos tentando fazer reformas democráticas e populares, no interior de uma sociedade capitalista. A terceira diferença, portanto, é que vocês do PCCh têm uma grande experiência concreta de melhorar a vida do povo através da construção do socialismo, enquanto nós do PT temos uma experiência de lutar por melhoras na vida do povo, mas por enquanto dentro do capitalismo.

Uma quarta diferença é que o PCCh foi formado numa época em que havia mais certezas do que dúvidas, acerca do que é o socialismo. Já o PT foi formado numa época em que havia mais dúvidas do que certezas, acerca do que é o socialismo.

A construção do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1980, deu-se em um quadro internacional de crise dos países da Europa do Leste e da União Soviética. Essa crise não produziu uma renovação democrática do socialismo. Ao contrário, serviu de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países.

Nos anos 1980 e início dos anos 1990, enquanto ocorria a crise da URSS e do Leste europeu, também as experiências social-democratas da Europa ocidental entraram em crise. Em alguns casos, os próprios partidos social-democratas participaram do desmonte do chamado Estado de Bem-Estar Social, construído no pós Segunda Guerra Mundial. A crise dessas alternativas socialistas foi acompa-

nhada do fortalecimento, em grande parte do mundo, do pensamento e da prática neoliberal. Todo este ambiente internacional influenciou fortemente as reflexões do PT acerca do socialismo.

Uma quinta diferença importante: o Partido Comunista da China tem uma matriz teórica, composta por várias partes: o marxismo, as contribuições de Mao, de Deng, as quatro representatividades e o desenvolvimento científico. Já o Partido dos Trabalhadores possui, na sua formulação teórica, a contribuição de várias matrizes teóricas diferentes, por exemplo: o marxismo, a Teologia da Libertação, o anarquismo, correntes democrático-radicais e correntes nacional-desenvolvimentistas.

Ao estudar a visão do PT sobre o socialismo, é importante levar em consideração estas cinco diferenças. Pode ser que haja outras, mas acredito que ajudará muito se levarmos em conta pelo menos estas cinco diferenças.

O PT se afirma socialista desde sua criação, no ano 1980. As definições acerca do que seria este “socialismo petista” sofreram diversas alterações, ao longo dos quase trinta anos de vida do Partido. Essas alterações podem ser facilmente identificadas na leitura das resoluções dos três congressos (1991, 1999 e 2007) e dos 14 encontros nacionais que o PT fez até hoje. Destaca-se a resolução intitulada “O Socialismo Petista”, aprovada pelo 7º Encontro Nacional, em 1990.

Outra fonte importante de consulta acerca do socialismo petista são as publicações resultantes de dois ciclos de debates sobre o socialismo, realizados a partir de abril de 2000, pela Fundação Perseu Abramo. A formulação mais recente acerca do “socialismo petista” foi aprovada pelo 3º Congresso do PT (2007).

A seguir, reproduzimos trechos da resolução sobre socialismo, aprovada nesse 3º Congresso¹:

1. Origens das convicções socialistas no PT

“A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas, na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza (...)”

“A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas “revoluções de veludo”, no Leste Europeu, e a posterior dissolução da URSS, não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial.”

“A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo ‘neo’ que se acoplou a esse liberalismo requentado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas.”

“O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um indivi-

dualismo radical, que substituíra o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o “fim da história”, que se transformava em um eterno presente (...)”

“Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos...” “As idéias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os princípios neoliberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas (...)”

“Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neoliberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países (...)”

2. A experiência de governo num país capitalista

“A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.”

“A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das ideias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das ideias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.”

“A crise que afeta os mercados financeiros mundiais – de imprevisíveis consequências – não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contrarrevolucionários. Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático (...).”

3. O socialismo petista

“Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a funda-

ção do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizavam um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.”

“Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrangendo ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica – persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas.”

“Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.”

“Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais.”

“O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.”

“O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.”

“O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego – para alguns, “obsoleta” – deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.”

“O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim

de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.”

“O socialismo petista articulará a construção nacional – que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso – com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Necessitamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências(...)” “Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.”

“Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos.” “Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia a dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.”

4. Principais traços do socialismo petista

“Os principais traços do socialismo são:

a) a mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-

organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

b) um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais de vem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

c) o planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas

do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

d) a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social (...)"

5. O conceito de sustentabilidade do socialismo petista

“O 3º Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º Congresso do PT e pelo 7º En-

contro Nacional, agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.”

“A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas – conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo – foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.”

“Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza – estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável (...)”

6. Estratégia do socialismo petista

“O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo (...)”

“Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.”

“Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento a cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combi-

nação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra (...)”

“A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista.”

“A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.”

“A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstos nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no 5º Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no 7º Encontro (1990) e referendada no 1º e 2º Congressos (...)”

“A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).” “As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exige, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.”

“O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas antilatifundiárias, antimonopolistas e antiimperialistas com a luta pelo socialismo.”

“A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular.” “A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.”

“Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina(...)”. “Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa (...)”

“Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.”

Um resumo

Portanto, o objetivo estratégico do PT é o socialismo. A eleição do presidente da República faz parte do processo de acúmulo de forças, que tem por objetivo criar as condições para iniciar a construção do socialismo.

Com a eleição de Lula para a presidência do Brasil, em 2002, o Partido dos Trabalhadores passou a viver a experiência de ser governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar.

Nestes sete anos de governo, enfrentamos com maior ou menor êxito dois grandes desafios:

- 1) por um lado, enfrentar os problemas herdados dos governos anteriores ao nosso, o que exige principalmente derrotar a influência teórica e prática que o neoliberalismo ainda tem no Brasil;
- 2) por outro lado, criar as condições para que a presença no governo contribua, não apenas para melhorar a vida do povo, mas também nos ajude em nossa caminhada para o socialismo.

A crise internacional nos obriga a acelerar o passo e a enfrentar as insuficiências de nossa análise teórica. Para isto, achamos que segue sendo importante o que fizemos desde a criação do PT: manter um diálogo crítico e respeitoso com os diferentes partidos socialistas existentes no mundo.

**Valter Pomar é secretário de Relações Internacionais da Comissão Executiva Nacional do PT*

Nota

Os subtítulos são do Editor e os trechos suprimidos são indicados por (...).

As eleições presidenciais de 2010

*Joaquim Soriano**

Os dois anos finais do governo Lula, impulsionados pela deslegitimação do neoliberalismo e pelas medidas a serem tomadas no sentido de conter os efeitos da crise internacional, devem concluir a transição do paradigma neoliberal a um outro tipo de Estado. É preciso ganhar mais consciência, então, sobre o sentido e a dinâmica das mudanças em curso na cultura política brasileira, que se relacionam com aquelas mudanças na estrutura social do país.

Mudanças na cultura política brasileira

Quando falamos em cultura política estamos designando os fundamentos e perspectivas, os valores e as racionalidades, a práxis (a prática refletida e o pensamento prático) dos atores políticos em disputa. A cultura política fundamenta a legitimidade da ação política e, assim, o campo do possível na medida em que organiza uma dada correlação de forças.

É muito visível o processo de superação da cultura neoliberal no Brasil no campo dos valores, dos símbolos, das racionalidades. Se o período de domínio neoliberal foi marcado pelo elitismo político, pela aparação social, pela dissolução dos valores do mundo do trabalho, pelo culto à modernidade cosmopolita, e, sobretudo, pela apologia da forma mercantil, estes últimos anos têm sido marcados pelo aumento da participação política (inclusive pelo aumento da pressão sobre a corrupção e os vícios antirrepublicanos do sistema político), pela inclusão social, pela revalorização do emprego e dos direitos do trabalho, pela reconstrução da soberania nacional e pelo latino-americanismo e, enfim, por uma nova presença do Estado democrático e de sua regulação.

O processo de superação da cultura neoliberal pode ser também visualizado na mudança da agenda que organiza a cena política. A pregação das reformas neoliberais recuou de ênfase, audiência e legitimidade. O combate à fome, acesso à educação, desenvolvimento sustentado, emprego, combate à corrupção sistêmica e ecologia, agora vão ao centro da cena. São todas agendas de sentido democrático e anti-neoliberais. Nas eleições municipais de 2008, até os candidatos conservadores aderiram à pregação em torno à nova agenda social.

Uma dimensão decisiva da superação da cultura neoliberal e de formação de uma nova dinâmica democrática é o reposicionamento de setores oprimidos em busca de direitos : é o caso dos negros, das mulheres, dos homossexuais. Uma dinâmica de revolução democrática no Brasil necessariamente terá que ser mais fortemente feminista, antirracista e defensora dos direitos dos gays.

A superação da cultura neoliberal repõe, em uma certa medida, certas expectativas formuladas em torno à Constituição de 1988 e interrompidas no Brasil pelo ciclo neoliberal. Mas o faz em novo

contexto em que as forças do socialismo democrático encontram-se agora, não minoritárias, mas na liderança da coalizão política. De um ponto de vista histórico, portanto, uma dinâmica democrática está sendo retomada, mas com um novo potencial de transformações.

Todo o trabalho de oposição ao neoliberalismo, que foi liderado pelo PT, contou com o concurso de um conjunto de tradições do republicanismo brasileiro, do trabalhismo de Brizola à herança política do PSB de Arraes, do cristianismo popular e do comunismo histórico, de movimentos sociais anti-capitalistas até setores liberais de sensibilidade republicana ou de cunho social-democratizante. Neste período, o socialismo democrático, em uma posição defensiva diante da pressão neoliberal, compôs-se em frente, procurando o que havia de comum em torno a uma defesa básica de cidadania.

No Brasil, à diferença de outros países latino-americanos, em que a derrota do neoliberalismo deu-se em contextos de forte deslegitimação da própria estrutura constitucional do Estado e de intensa polarização, houve o que poderíamos chamar de uma transição, arbitrada por dentro das instituições democráticas vigentes, do neoliberalismo a um Estado que se afirma no sentido sócio-desenvolvimentista. Nestes países latino-americanos têm-se vivido o que poderíamos chamar de uma confrontação antagonista.

No Brasil, o que está em processo é uma confrontação hegemônica. Em parte, isto tem a ver como grau de desenvolvimento capitalista do país, o peso e a potência das forças burguesas aqui constituídas; em parte, com a outra medida de correlação de forças, de um governo de esquerda minoritário no Parlamento, nas Forças Armadas, nas redes midiáticas e nos governos estaduais. Mas, em grande medida, esta dinâmica se relaciona ao desafio mais clássico do socialismo de como elaborar a transição ao socialismo em contextos democráticos.

Em um processo de confrontação hegemônica, a agenda e o grau de conflitividade classista é democraticamente direcionada para sua superação, isto é, não é resolvido nos termos em que é colocado. É re-traduzida em outro campo de possibilidades. Na medida em que há um deslocamento da legitimidade e, conseqüentemente, da correlação de forças, o campo do possível se amplia. As eleições nacionais são um momento especial, em um contexto democrático, de condensação e mudança de patamar da dinâmica democrática.

As mudanças de cultura política, que acompanham o segundo governo Lula, exigem, assim, um esclarecimento de qual Estado democrático queremos como alternativa à proposta hoje completamente deslegitimada de um Estado neoliberal.

A revolução democrática e a construção de um Estado da Cidadania Ativa

Na construção de uma alternativa ao projeto de um Estado neoliberal, não se deve ter como paradigma o modelo de Estado nacional-desenvolvimentista, mesmo nas suas formulações mais avançadas, nem o Estado do Bem-Estar Social, até em suas experiências nórdicas mais estruturadas. Há, decerto, nestas formulações e experiências todo um riquíssimo manancial de conceitos e práticas a serem integradas. Mas a presença de um partido do socialismo democrático, na vanguarda da coalizão que hoje disputa a hegemonia no Brasil, e a capacidade crítica e reflexiva sobre o limite destes projetos e experiências, cobra ir mais além.

O governo Lula, em sua dinâmica atual, já incorporou criativamente muitas dimensões do nacional-desenvolvimentismo e da dinâmica de criação de um Estado do Bem-Estar Social. Se o projeto neoliberal de Estado previa a sua decisiva redução como produtor

direto e como provedor de serviços públicos, como financiador direto do desenvolvimento e também como um regulador forte do mercado, ele avantajava as suas funções de acumulação, capitalização e agenciamento para os grandes capitais privados e financeiros.

O governo Lula, não de modo integral – ver, por exemplo, a importante exceção da gestão do Banco Central – vem recuperando a função diretamente produtiva do Estado (em particular no campo energético), no financiamento público (novo patamar de provisão dos bancos públicos), na provisão de serviços públicos (na educação, na saúde, na transferência de renda aos mais pobres), na regulação (inclusive no mercado de trabalho) e no planejamento (com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC). Ao fazer isto, ele está incorporando, criativamente e no contexto de um país semi-periférico, certas dimensões estruturantes das tradições do nacional-desenvolvimentismo e do Estado do Bem-Estar Social. Uma reforma fiscal que tornasse a arrecadação tributária progressiva como nos países do Estado do Bem-Estar Social, de cunho universalista, ainda não foi realizada tendo em vista a correlação de forças muito desfavorável no Congresso Nacional.

O grande limite histórico, do Estado nacional-desenvolvimentista e das experiências do Estado do Bem-Estar Social, foi a ausência de uma concepção central e estruturante de democracia participativa ou radical de cidadania ativa, para usar um termo que foi retomado na cultura brasileira pelo belo livro de Maria Vitória Benevides. Este limite democrático, um ajustamento às formas da democracia parlamentar e aos arranjos corporativos, combinava-se funcionalmente com o horizonte capitalista reformado destas experiências. Isto é, o limite na socialização do poder político se vinculava estreitamente aos limites na socialização do poder econômico. Estes limites democráticos manifestaram-se historicamente em sé-

rias patologias, que foram criticamente utilizadas pelo neoliberalismo para demonizar estas experiências: a privatização funcional de agências estatais, a burocratização, o corporativismo, a corrupção, a ineficiência.

Em um projeto de Estado da cidadania ativa, é possível falar na construção de uma hegemonia da economia do setor público, diferenciada de uma economia puramente estatal, construída a partir das formas da democracia participativa. Chamamos de cidadania ativa o protagonismo dos trabalhadores e dos setores populares, capazes de fundar uma nova ordem republicana de direitos e deveres, através da combinação de democracia direta, semi-direta e representativa.

Hoje, no Brasil, há uma clara relação entre o desenvolvimento da democracia participativa e uma reforma política capaz de dar nova qualidade de representação e republicanismo à vida dos partidos e das eleições. Isto é, uma tradição baseada no financiamento privado de eleições e no agenciamento de interesses anti-republicanos no Estado age como trava no desenvolvimento do controle social do Estado e de suas agendas.

Este setor público seria composto de três esferas interconectadas, a partir de uma nova concepção de propriedade:

- a) um setor estatal democratizado em suas agendas e seu funcionamento;
- b) um setor privado mercantil regulado democraticamente segundo critérios universalistas;
- c) um setor propriamente público, nem estatal, nem privado, mas formado por novas formas de propriedade (fundos públicos, cooperativas, formas auto-gestionadas etc).

A proporção e o modo como estas três dimensões do setor público se combinariam dependeria de quão estratégico para o interesse

público, segundo decisões democráticas da sociedade, é a área econômica em questão. O setor de saúde, por exemplo, deveria ser basicamente regulado pelo setor público enquanto, por exemplo, o setor de bens ou serviços considerados supérfluos ou não essenciais à reprodução da vida social poderia ter um componente privatista mercantil mais desenvolvido. Em geral, há legitimidade democrática, hoje, para os socialistas defenderem que todos os bens e serviços, que dizem respeito diretamente à reprodução da vida social, devem ser universalizáveis a todos os cidadãos, e não ter o acesso restrito ou hierarquizado pelo critério mercantil do maior acesso à renda ou à riqueza. Quais bens e serviços compõem este universo, que deve ser estruturado, fundamentalmente, pelo critério de uma economia do setor público, é algo a ser definido pela sociedade democrática em cada momento histórico definido.

Quando se projeta um novo paradigma de desenvolvimento deveria se retomar as formulações de Celso Furtado, nos anos oitenta, quando ele reflete sobre o desenvolvimento a partir de uma perspectiva nitidamente civilizatória, isto é, claramente problematizando o paradigma dominante do capitalismo anglo-saxão. O desenvolvimento é o caminho para um novo patamar civilizatório da sociedade brasileira. Mas que civilização almejamos? Certamente uma civilização profundamente mais justa que a brasileira atual, inclusive e principalmente em relação às formas de propriedade dos meios de produção, que reveja seus fundamentos a partir de um fundamento ecológico, que reposicione em cidadania plena os negros e as mulheres, que supere o seu passado colonial, subdesenvolvido e dependente, em direção a uma soberania universalista e, que, principalmente, expanda o sentido da liberdade dos brasileiros. Esta civilização, por seus fundamentos, é incompatível com o domínio estruturante do princípio mercantil capitalista.

Superando mais outro limite fundamental do nacional-desenvolvimentismo e dos Estados do Bem-Estar Social, tal Estado deveria procurar um caminho de expansão internacional, isto é, vincular-se à formação de um sistema estatal latino-americano.

Um programa desta natureza certamente incentivaria uma tal elevação do discurso ético-político, de ativação de novas energias de mobilização social, de conformação de uma nova ampla frente política e social, já agora não apenas de luta contra o neoliberalismo, mas também de criação de um novo modelo de Estado, sob a liderança do socialismo democrático que tornaria muito estreita a margem de transformismo das forças de oposição ao governo Lula nas eleições de 2010.

Por que podemos ser derrotados em 2010?

Nenhuma vitória ou derrota político eleitoral é fruto apenas do acaso, do curso dos acontecimentos que a política enquanto ação consciente não pode controlar. E da mesma maneira que uma vitória significa exponenciar as condições e eventos favoráveis e diminuir ou neutralizar o impacto das condições desfavoráveis, a derrota significa operar no sentido contrário. Há, além disso, um campo de combinações entre os adversários em disputa de modo que o erro de um favorece o acerto do outro e vice-versa. Assim, pode ser dito que toda derrota, e não apenas a vitória, é construída mesmo quando o protagonismo do adversário parece exclusivamente ser o portador das razões que levaram ao desfecho da disputa.

Nas condições de hoje, é razoável afirmar que, num padrão de sete chaves – quase certa, muito provável, provável, incerta, pouco provável, improvável, quase nula – a vitória de uma candidatura que expresse a continuidade e o aprofundamento do governo Lula

é apenas provável. Isto significa dizer que há chances não desprezíveis de ela vir a ser derrotada em 2010. Como isto poderia acontecer?

O caminho mais aberto para esta possibilidade passa, em primeiro lugar, pelo erro de sub-avaliar as chances adversárias.

É certo que o PSDB, partido líder da oposição, passa por uma crise de identidade e programática em função da deslegitimação das vertentes liberais apoloéticas do mercado nas quais, a maior parte do tempo, se formou e se desenvolveu. Mas seria incorreto desconhecer que há, neste partido, inserção institucional – o governo de dois estados centrais do país, maior poder econômico, de mídia e candidaturas com potencial de expansão. Há certamente em seu interior, inteligências estratégicas operando por caminhos diferentes, mas que podem se combinar no cenário de 2010. Estas inteligências estratégicas foram capazes de impor às forças da esquerda uma derrota importante em São Paulo, e uma semi-derrota chave na capital de Minas Gerais, nas eleições de 2008.

Há, em primeiro lugar, a candidatura mais provável de José Serra¹. A operação transformista desta candidatura – a ação de apresentar-se como uma não descontinuidade do governo Lula, mas como seu aprimoramento, assim como antes buscou se apresentar como uma continuidade sem continuísmo do governo FHC² – desfruta de uma certa legitimidade.

Serra é, na verdade, um liberal-desenvolvimentista, isto é, um desenvolvimentista de origem, que migrou para o liberalismo sob a liderança política de FHC e que disputou publicamente com os neo-liberais mais radicais do governo FHC, como Gustavo Franco³ e Pedro Malan⁴. Esta condição liberal-desenvolvimentista, como se auto-denomina, não deixa de ser uma identidade ambígua. Isto é, historicamente o nacional-desenvolvimentismo foi antagonista das

tradições liberais brasileiras e formou-se na defesa de um papel estratégico do Estado.

Serra é hoje, antes de tudo, um liberal, isto é, alguém que nos anos oitenta e noventa navegou nas águas da crítica ao Estado, como está formulado no Manifesto de fundação do PSDB, que escreveu com FHC. O desenvolvimentismo aí comparece como adjetivo. Assim, Serra nunca se opôs à privatização. Antes, prosseguiu-a. Sua ação de governo está muito longe do espírito reformista, trabalhista e progressista da tradição nacional-desenvolvimentista. Mas é possível que a derrota de legitimidade dos liberais neoliberais com a crise facilite o curso de sua identidade ambígua, refletindo uma virada internacional do campo liberal para o keynesianismo.

Em uma disputa nacional, Serra certamente maximizará as componentes desenvolvimentistas de seu liberalismo, buscando neutralizar a popularidade daquilo que chamamos, na esteira de Guido Mantega⁵, de sócio-desenvolvimentismo. Sua passagem como Ministro da Saúde lhe confere também um certo ponto de contato com as políticas públicas sociais. Se conseguir deslocar partidos da base de sustentação do governo Lula, como já fez em São Paulo, poderá diminuir mais ainda o impacto da acusação de que interromperá as conquistas do governo Lula. Certamente não será marginal em sua campanha o tema ecológico, com a ajuda da liderança pública de Gabeira⁶.

Suas dificuldades residem na nacionalização, em particular no Nordeste, e no desafio de, ao mesmo tempo, derrotar as pretensões de Aécio Neves⁷ e ter o seu pleno apoio. Sua principal vulnerabilidade, o fato de não ter como se desvincular da herança de FHC sem colocar em risco a sua credibilidade e, ao mesmo tempo, não poder apresentar-se publicamente como vinculado a ela.

A liderança pública de Aécio Neves fez do transformismo a sua própria identidade, a ponto de carregá-lo publicamente como ban-

deira. É a tese de um caminho novo, entre a polarização histórica do PT e do PSDB. Há certa legitimidade nesta construção. Em Minas, nas eleições de 2002 e 2006, prevaleceu o voto majoritário favorável à Lula e a ele próprio. As tradições pessedistas do liberalismo mineiro favorecem uma retórica e atitude conciliatórias, que distanciaram a liderança de Aécio dos vetores mais agressivos de oposição ao governo Lula. Ele conseguiu, de fato, criar em Minas um sentimento público, muito além de sua base política própria, favorável às suas pretensões presidenciais, inclusive com o concurso decisivo de lideranças do PT.

Para que sua candidatura navegasse com mais credibilidade seria necessário que a força do governo Lula e do próprio PT fossem historicamente menores do que são, ao mesmo tempo em que o PSDB não tivesse força suficiente para ser majoritário, a ponto de a polarização PT/PSDB ter concluído seu sentido histórico. Não concluiu. Como vimos, ela tem nas eleições presidenciais de 2010 um sentido agônico decisivo. E, na verdade, a ilusão da candidatura Aécio tem que, ao contrário da função histórica do tancredismo⁸ na transição da ditadura militar para a democracia, não propriamente interpretar a história, mas reinventá-la, a partir de si mesmo.

Assim, os principais limites da candidatura Aécio são a força política-econômica da candidatura Serra em seu próprio partido e a força do PT, que pode ameaçar o seu domínio político em seu próprio estado. E é muito provável que a força de imantação dos dois pólos em conflito não lhe reserve muito espaço até para uma aventura em um caminho partidário alternativo. Mas se Aécio não parece ter hoje a força para vencer, tem certamente o poder de levar à derrota ou de influir decisivamente nas chances de vitória. E seus movimentos políticos, portanto, estão longe de ser irrelevantes para o resultado da disputa.

Partindo destas considerações, seria possível identificar três componentes decisivos que podem ajudar a candidatura da oposição a maximizar suas vantagens e neutralizar suas desvantagens.

Em primeiro lugar, o caráter institucional ou politicamente neutralizado, em suas componentes sociais, da disputa. O transformismo tem que operar em uma atmosfera de baixa mobilização social, pois ele é exatamente essa intenção de paralisar ou colocar em suspensão a pressão democrática que vem das bases classistas e populares da sociedade. A institucionalização da disputa política maximiza os poderes que agem à revelia das vontades democráticas: o poder da mídia empresarial, dos recursos financeiros, dos interesses incrustados no Estado. Sem um curso de mobilização social, o apelo a um “retorno sem volta” (aos tempos repudiados de FHC) ou a uma “descontinuidade sem ruptura” (com as conquistas do governo Lula) pode ganhar mais credibilidade.

Em segundo lugar, a dispersão da coalizão que sustenta o governo Lula, contribuindo para dissolver ou relativizar a sua projeção de continuidade ou aprofundamento. Há duas forças centrífugas mais fortes: a postura “independentista” do PCdoB e do PSB (em boa medida, o PDT vem se afastando destes movimentos) e o deslocamento do PMDB para a candidatura oposicionista. O primeiro deslocamento levaria a uma fratura no núcleo da coalizão, que contribuiu para sustentar o governo Lula mesmo nos momentos de maior crise. O segundo poderia agregar um fator decisivo de nacionalização e peso institucional à candidatura da oposição.

Em terceiro lugar, uma dificuldade da passagem da liderança histórica de Lula a uma candidatura que se apresentasse legitimamente como sua herdeira de realizações e esperanças. Esta construção é de extrema complexidade, mas não é impossível ou improvável.

A liderança histórica de Lula não é de tipo personalista, cesarista ou messiânica, como quer a oposição liberal, mas é tecida por mediações de partido, de coalizões, de movimentos sociais, de enraizamento institucional de governo. Mas está longe de ser automática a ocupação deste espaço de liderança pública, que as primeiras eleições diretas para presidente sem Lula abrem, desde a redemocratização. A oposição já diagnosticou a centralidade desta questão, afirmando-se como uma possibilidade “pós Lula”.

Um caminho para vencer em 2010

Para passar de uma vitória apenas provável para a condição de uma vitória muito provável, e chegar às vésperas das eleições com uma possibilidade de vitória quase certa, é necessário todo um processo de construção política, que feche os espaços para o transformismo da oposição liberal-conservadora.

O transformismo, teorizado por Gramsci no sentido macro-histórico, para conceituar a passagem da Itália para a modernidade capitalista sem revolução burguesa clássica, é uma estratégia política pragmática, que busca reduzir o potencial transformador de uma contradição histórica e acomodá-la em uma fórmula neutralizante, através do arranjo político conduzido por cima. No caso brasileiro atual, a utilização deste conceito visa denunciar uma estratégia que quer eternizar uma democracia sem fundamentos republicanos. Isto é, sem universalização de cidadania, neutralizando a potência transformadora da soberania popular. Para isto, é necessário desativar a cidadania ativa, ou seja, paralisar o potencial de uma revolução democrática.

Uma vitória do PSDB nas eleições de 2010 teria, então, este sentido histórico. Para alcançá-la, não se pode arremeter frontalmente

contra a dinâmica política em curso. É preciso dispersá-la, contorná-la, neutralizá-la, atribuindo-lhe uma razão apenas no sentido de desarrazoá-la, isto é, retirando-lhe o sentido histórico. E, neste sentido, seria uma violenta regressão.

Para que as eleições de 2010 deixem de ser um evento institucional sem vínculos com o movimento classista e popular seria necessário entender a complexa relação dos movimentos sociais, das redes populares e classistas de auto-organização na sociedade brasileira, com o governo Lula desde o seu início. Houve, claramente, uma primeira fase que chamaríamos de choque de expectativas. Limites muitos fortes e algumas opções de governo, nos dois primeiros anos, entraram em choque frontal com as demandas e expectativas dos movimentos sociais. Mas não chegou a acontecer, com nitidez e amplitude, uma cisão da base popular organizada do governo Lula. As rupturas foram muito minoritárias.

Ocorreu, em seguida, uma segunda fase de crescente interação do governo com as demandas dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que houve um maior acionamento dos formatos de participação interativa, com as conferências nacionais e conselhos. Passou-se, assim, a uma situação de crítica construtiva ou de demanda crítica, com o isolamento daquelas posições e movimentos que reiteraram uma postura ultimata e frontalmente crítica (ver, por exemplo, as campanhas sectárias contra o Reuni, nas universidades federais, ou certas atitudes sectárias do MST).

Este potencial de interação, entre ação de governo/pressão dos movimentos sociais, deve ir ao centro das eleições de 2010 através de um programa de revolução democrática, isto é, que valorize e integre este ativismo cidadão como força criadora e impulsionadora do programa de governo. É um programa de governo que, fundamentalmente, cria, efetiva e universaliza os direitos dos cidadãos

em uma escala histórica ampliada. E que pode programatizar demandas históricas reprimidas dos movimentos sociais, inclusive e principalmente no sentido da democratização do Estado.

A consolidação da coalizão que sustenta o governo Lula é uma construção de alta complexidade, que combina o plano nacional com projeções estaduais e regionais. A tendência da revolução democrática é ir fortalecendo o pólo socialista e de centro-esquerda, em uma dinâmica de conjunto, que aparece como uma grande coalizão de esquerda-centro, isto é, de uma coalizão com clara e crescente tendencialidade de esquerda, mas que isola os neoliberais e os setores mais conservadores do centro.

Hoje, a institucionalidade partidária do país, refletindo o sentido conservador do sistema político e o agenciamento que ele permite dos interesses econômicos privilegiados, abriga 1/3 de esquerda, 1/3 de centro e 1/3 de conservadorismo. Em algumas regiões ou estados, tal correlação de forças se altera relativamente.

O aprofundamento da revolução democrática deveria prever o crescimento da esquerda, em seu pluralismo, até se tornar uma força isoladamente majoritária, compondo com um centro progressista, atualizado em sua dinâmica e reduzindo fortemente o poder conservador.

O Brasil está longe de ter um sistema partidário consolidado. A revolução democrática tem o sentido de reformá-lo no sentido de torná-lo mais expressivo e vinculado às demandas populares e clasistas. A conquista de uma reforma política tem exatamente esta função decisiva. Enquanto não se acumula capacidade política para realizá-la, o que se pode fazer é ir forçando a correlação de forças no sentido da esquerda e das forças progressistas.

A construção de uma chapa majoritária para as eleições de 2010 é, finalmente, um grande desafio. É incorreto entender 2010 como as eleições que se darão na ausência da liderança histórica de Lula,

como fazem alguns analistas, interpretando o fato de não ser candidato com o seu absenteísmo. Lula é hoje uma multidão, certamente o maior líder político da história do povo brasileiro e uma forte liderança internacional.

As eleições de 2010 colocarão à prova a permanência ou a historicidade da sua condição. O carismático típico, por definição sociológica, fracassa no ato da sua sucessão, pois criou ao redor de si o vazio da sua excepcionalidade. Mas Lula, o sindicalista autêntico, o petista histórico, o estadista capaz de arbitrar conflitos de alta tensão, não é um homem só, que protege a sua liderança através da solidão.

A escolha, ao que tudo indica, de Dilma Rousseff⁹ para ser a candidatura apoiada pelo presidente Lula, não é arbitrária no sentido de que seu ministério foi o centro desde o segundo mandato. Cresce com o enfrentamento da crise. Tem ainda o valor histórico inestimável de afirmar uma nova condição feminina, da geração de milhões de novas mulheres brasileiras, que fizeram o seu caminho próprio na vida, que souberam exercer a sua inteligência e talento contra preconceitos machistas seculares. O seu caminho de construção, de centro do governo Lula para a consciência popular dos brasileiros, pode ser visto como um encontro que deve ganhar nitidez e grandeza histórica.

A candidatura Dilma, sozinha, não é ainda uma multidão, como é hoje a figura histórica de Lula. Mas ela tem todas as condições de ser portadora do mandato de uma revolução democrática, que universalize a condição cidadã dos brasileiros. Dilma Rousseff hoje fala toda a linguagem do sócio-desenvolvimentismo, que organiza a atual dinâmica do governo Lula. Para vencer em 2010, ela, cada vez mais, precisa falar a linguagem da revolução democrática.

**Joaquim Soriano é secretário de Formação Política da Comissão Executiva Nacional do PT*

Notas

¹ José Serra: governador do Estado de São Paulo, de 2007 a 2010.

² FHC: Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República.

³ Gustavo Franco: ex-presidente do Banco Central do Brasil, durante o governo FHC.

⁴ Pedro Malan: ex-ministro da Fazenda, durante os dois mandatos do governo FHC.

⁵ Guido Mantega: ministro da Fazenda do Governo Lula.

⁶ Fernando Gabeira: deputado federal pelo Partido Verde, opositor do governo Lula.

⁷ Aécio Neves: governador do Estado de Minas Gerais, em segundo mandato.

⁸ Tancredismo: corrente política relacionada ao ex-deputado Tancredo Neves, que foi eleito presidente da República pelo Congresso, em 1984, mas faleceu antes de tomar posse.

⁹ Dilma Roussef: atual ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula.

O presente texto é parte de um ensaio de Juarez Guimarães, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “Os desafios de 2010 e a revolução democrática”. Os subtítulos são de responsabilidade do Editor.

Teoria e prática do governo Lula

*Nilmário Miranda**

Desde de 1987, em seu 5º Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores optou pela *revolução democrática* como um processo de longo prazo. No decorrer deste processo, através da socialização da política, seriam incorporados milhões de trabalhadores da cidade e do campo, em alianças com as classes médias e com setores do capital produtivo.

Tendo como estratégia a chegada ao governo, através do processo eleitoral, combinado com ações de massas, o PT assumiu as lutas pelo fim da ditadura, pelas eleições diretas para presidente, pela constituição da CUT (Central Única dos Trabalhadores), por uma Assembleia Nacional Constituinte. Na década de 80, conquistou espaços em parlamentos municipais, estaduais e federal, assim como em governos municipais e, a partir dos anos 90, em governos estaduais. Disputou as eleições para a presidência do país em 1989, 1994 e 1998, com Lula encabeçando a frente democrático-popular.

O PT denominou de acumulação de forças esse processo de conquista de espaços em parlamentos e governos, disputa pela presidência e lutas sociais. Finalmente, em 2002, Lula alcançou a vitória nas eleições para a presidência da República, com ampliação das alianças, tendo como vice-presidente o empresário José Alencar, liderança do setor nacional desenvolvimentista, defensor da ampliação do mercado interno. Em 2006 Lula e José Alencar foram reeleitos, para liderar um governo de coalizão com forças de esquerda, centro-esquerda e de centro.

Reorganização do Estado

A vitória de Lula em 2002 interrompeu o processo de contra-reformas neoliberais, de redução do Estado, de desregulamentação do mercado, de retirada de direitos dos trabalhadores e de privatizações, e iniciou a reorganização do Estado e do modelo produtivo do país.

Em lugar de serem privatizados, os dois grandes bancos estatais – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – foram fortalecidos pelo governo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que sob o governo anterior financiava a privatização, foi transformado de fato em um grande banco de fomento. Estes três bancos são instrumentos que permitiram intervir no mercado nos anos de crescimento. E agora, no enfrentamento da crise, o BNDES, por exemplo, tinha 68 bilhões de dólares para investir e recebeu mais 100 bilhões, volume maior do que dispunham o Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento. Outras duas empresas públicas, que estavam na lista das privatizações, foram, são e serão fundamentais na reorganização do Estado para o modelo sócio-desenvolvimentista: a Petrobras e a Eletrobrás.

A reorganização do Estado objetiva resgatar seu papel de indutor do desenvolvimento econômico, com acento fortemente distributivo para a redução drástica das desigualdades sociais e regionais do país. Trata-se da implantação de um padrão de desenvolvimento capaz de promover empregos qualificados e uma rede de proteção social que amplie um mercado interno estável.

Desde o primeiro momento, o governo Lula buscou a melhoria da capacidade de planejamento e gestão do Estado. Núcleos de inteligência nos ministérios, bancos públicos, e empresas estatais prepararam planos, projetos, programas e ações de curto, médio e longo prazos.

Novos ministérios foram criados: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que coordenou o cadastro único das famílias pobres do país (pela primeira vez no país, as famílias com desnutrição grave ou moderada passam a ser conhecidas pelo Estado), que implantou o programa “Bolsa Família” para 11,5 milhões de famílias, retirando-as da miséria, e concedendo benefícios sociais, para as pessoas pobres com deficiência e idosos sem cobertura do sistema previdenciário. E administra o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a construção de dezenas de milhares de cisternas na região do semi-árido do Nordeste brasileiro e a construção de restaurantes populares.

Foi criado também o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desde 2003, meio milhão de famílias foram assentadas em projetos de Reforma Agrária. O financiamento da Agricultura Familiar cresceu de 2,4 bilhões de reais, em 2002, para 13 bilhões, em 2008. Mais de 300 mil casas foram construídas, foi dada assistência técnica, seguro da agricultura familiar, e construídas estradas rurais. Também foram realizados investimentos na educação, eletrificação, saúde, abastecimento de água. No segundo governo Lula foi

lançado o programa “Territórios da Cidadania”, de enfrentamento conjunto da pobreza rural.

O Ministério do Trabalho e Emprego combate o trabalho escravo, o trabalho em condições degradantes, o trabalho infantil e promove a formalização do emprego. O Ministério de Minas e Energia, além de sua missão no campo da energia (petróleo, etanol, gás, elétrica, eólica, solar e biocombustíveis) realizou o programa “Luz para Todos”, alterando a qualidade de vida e de produção de 2,5 milhões de famílias até então excluídas deste direito.

O Ministério da Previdência trabalha para o combate à sonegação e à fraude e expandiu as aposentadorias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais às expensas do Tesouro Nacional. 18 milhões de beneficiários recebem até 1 salário mínimo por mês. Foi criado o Ministério das Cidades, para garantir moradia adequada, infra-estrutura urbana, saneamento e água.

O governo Lula instituiu ainda o Ministério dos Esportes e o Ministério da Cultura para democratizar o acesso e a participação de todos e todas. Criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para coordenar as políticas de igualdade de gênero, a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Todas com status ministerial.

Estabeleceu pela primeira vez no país políticas específicas para a juventude e instituições voltadas a promoção da cidadania dos jovens.

O Ministério do Meio Ambiente deteve o avassalador avanço da degradação sobre a Amazônia, os manguezais, a região do Cerrado e a Mata Atlântica e estabeleceu parâmetros para o desenvolvimento sustentável. 9% do território brasileiro estão em unidades de conservação federais. O país conta com um Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e estabeleceu metas para reduzir queimadas, desmatamentos, e para dobrar o número de árvores plantadas.

Políticas públicas

O Brasil tem 220 nações indígenas, com mais de 180 línguas e 654 territórios (12,5% do total do país nacional). São 700 mil indígenas que tem direitos a qualidade de vida digna, a terem suas terras protegidas, suas culturas e modos de vida respeitados. Também são numerosos os programas de vários ministérios para garantir a promoção econômica, social e cultural dos povos indígenas.

Há também uma política pública para os quilombolas (população remanescente dos escravos). São milhares de comunidades com cerca de 1.700.000 quilombolas. O objetivo é regularizar suas terras e melhorar suas precaríssimas condições de vida (saneamento, atenção a saúde, ações de desenvolvimento local, apoio as suas manifestações culturais e tradições).

A instituição de cotas raciais, em 23 universidades federais, 25 universidades estaduais e três centros federais de educação tecnológica, garantiu o acesso de indígenas e quilombolas à educação.

No período neoliberal, o Estado foi sendo transformado em mero reprodutor de ações destinadas à regulação competitiva dos capitais. As políticas sociais se distanciaram cada vez do seu caráter universal, e se transformaram em políticas assistencialistas e “focalizadas” (restrita a grupos sociais mais pobres). Até mesmo no sistema único de saúde, conquista civilizatória de amplos movimentos sociais e da sociedade civil, houve tentativa de intervenção dos neoliberais, que tentaram transformar a saúde em produto financeiro, a exemplo da previdência complementar.

O governo Lula opera sempre com a proposta de universalização da proteção social, investindo em saúde, educação, assistência social e pleno emprego.

No campo da educação, considerado estratégico pelo governo Lula,

também estão ocorrendo transformações, que dão sustentabilidade ao modelo sócio-desenvolvimentista. No governo anterior só uma universidade foi criada em oito anos, enquanto no governo Lula, além da criação de 12 novas universidades, foram colocadas em funcionamento 61 novos campi. 434 mil estudantes pobres recebem bolsas integrais ou parciais para estudarem em universidades privadas.

As escolas técnicas – que não foram ampliadas no governo anterior – passaram a 214 entre novas e em implantação. Oito milhões de adultos e jovens foram e estão sendo alfabetizados em cursos de alfabetização e educação continuada. O plano de desenvolvimento da educação está implantando ações integradas que vão desde a melhoria dos salários e capacitação dos professores, passando pela educação à distância, pela avaliação da qualidade do ensino, pelo transporte escolar e pela melhoria da merenda, até o acesso à Internet por banda larga na escola.

Investimentos em ciência, tecnologia e inovação fortalecem as instituições de pesquisa, a capacidade inovadora das empresas e a inclusão social.

No governo Lula há uma política pública de apoio, incentivo, assistência técnica e fomento à *economia solidária*, com novas relações de propriedade, produção e consumo.

Entre 2003 e 2008, três milhões e 500 mil pessoas participaram de 53 conferências nacionais para debater e aperfeiçoar políticas públicas de direitos humanos, igualdade racial, mulheres, assistência social, saúde, meio ambiente, educação, idosos, pessoas com deficiência, juventude, segurança pública, povos indígenas, ciência e tecnologia, cidades, agricultura e pesca, e outros.

Existem 18 conselhos nacionais em funcionamento, com a tarefa específica de fiscalizar, monitorar e aperfeiçoar as políticas públicas. Há ainda um programa nacional de segurança pública com

cidadania, que articula políticas públicas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam a violência, com prioridade para as 18 regiões com mais altos índices de homicídios e criminalidade juvenil.

O governo opera para modernizar as instituições, investe na formação e na valorização dos profissionais.

Política externa

Outra mudança importante, verificada desde o primeiro mandato do presidente Lula, foi na condução da política externa. O governo anterior apoiava a ALCA, o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos e, a cada crise, recorria ao FMI, submetendo-se aos ditames daquela instituição. Com o governo Lula, o Brasil recuperou sua soberania. Priorizou o eixo Sul-Sul, a consolidação do Mercosul, a constituição do bloco UNASUL, as relações com a África (visitou 23 de seus países), com a Ásia, com o Oriente Médio e com a Rússia. Frente à crise, jogou todo seu peso no G-20, que rompe com o padrão de governança econômico-financeira global, em que medidas substantivas e reformas das instituições financeiras globais eram discutidas apenas no âmbito do G 6-7 ou do G-8

As exportações brasileiras bateram recorde em 2008, com a diversificação dos destinos. As maiores ampliações de destinos foram as da Ásia (+51%), especialmente a China (+ 55%), Europa Oriental (+ 36%) e Mercosul (+ 29%). Enquanto isso, com os parceiros tradicionais os aumentos foram de 17% (EUA) e 11% (Europa). Em abril de 2009, pela primeira vez, as exportações para a China superaram as exportações para os EUA.

O Brasil trabalha pelo desarmamento mundial (a América Latina é território livre de armas nucleares), pela paz com justiça, defe-

sa da multipolaridade, vigência dos direitos humanos e preservação ambiental global.

Política econômica

Até setembro de 2008, a economia brasileira cresceu a taxas expressivas, sendo uma das últimas economias mundiais a desacelerar. Nas crises anteriores, havia fuga de capitais, o país recorria ao FMI e entrava em recessão. Desta vez, o país estava melhor preparado. Tem *commodities* cuja demanda não cai. Tem três fortes bases estatais, que são instrumentos para intervir nos mercados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e duas grandes estatais de significativa importância (Petrobras e Eletrobrás).

O problema foi o crédito. 20% do crédito que movimentava a economia brasileira vinham do exterior, faltando crédito para financiar as exportações. Houve problemas internos, com os bancos pequenos e médios, que dependem de créditos externos para financiar suas carteiras. Houve também evasão de créditos: investidores e fundos de investimento estrangeiros foram cobrir os bancos em suas matrizes.

O Brasil teve instrumentos para enfrentar estes desafios. O país tem controles. Todo o sistema de crédito é controlado, inclusive o sistema de derivativos (o Conselho Monetário Nacional exige a demonstração das operações com derivativos no balanço trimestral), as operações de *hedge*, e a compra de contratos cambiais no mercado futuro. Só escapam ao controle as operações de empresas feitas no exterior e as operações “de balcão”, feitas à margem da Bolsa de Valores.

As empresas tiveram prejuízos, mas, como eram sólidas, havendo ganhado muito nos últimos cinco anos, nenhuma quebrou. O Bra-

sil não quebrou, nenhum banco quebrou. Empresas não quebraram. Para enfrentar a falta de crédito externo, o país usou os depósitos compulsórios (o Brasil exige depósitos compulsórios no Banco Central de 25% a 50%; nos EUA são 10%, e em outros países, 8%).

Nosso país tem reservas de 206 bilhões de dólares e, desde 2007, implantou o *Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)*, um programa macroeconômico completo. Em 2002, o investimento em infraestrutura era de somente 0,3% do PIB, enquanto, em 2007, chegou a 1% do PIB. A infra-estrutura é a espinha dorsal do desenvolvimento e o Brasil estava atrasado. O PAC investe em rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes, aeroportos, em energia fóssil e renovável, em infraestrutura urbana (metrô, saneamento, água), em um grande programa habitacional inclusivo e de grande efeito multiplicador.

Mesmo com a crise, o salário mínimo teve aumento superior à inflação pelo 7º ano consecutivo. O salário mínimo atinge a base da pirâmide social, pois remunera 18 milhões de aposentados rurais e 3 milhões de idosos e pessoas com deficiência, beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), e os empregos domésticos, entre outros. Em plena crise o governo reajustou a Bolsa Família, responsável em 21% pela redução das desigualdades no país.

A inflação está sob controle

O Brasil reúne condições para manter um ciclo duradouro de crescimento econômico acompanhado da redução das desigualdades sociais e regionais.

Além das reservas de 206 bilhões de dólares, o Brasil conquistou o grau de investimento, medido por agências de risco. Encerrada a fase aguda da crise internacional, poderá captar recursos com menores encargos financeiros e com prazos mais longos.

As empresas estatais e privadas (nacionais e multinacionais) obtiveram grandes lucros nos últimos 5 anos e podem investir com recursos próprios. Os fundos de pensão tem 155 bilhões de dólares, as instituições financeiras e os fundos mútuos de investimento obtiveram grande rentabilidade. Existem, pois, excedentes acumulados, que podem financiar investimentos e realizar parcerias com o Estado na infraestrutura.

As grandes reservas de petróleo do pré-sal são propriedade da nação. Exploradas de modo planejado, em parceria com capitais privados, devem constituir fontes de reservas para alavancar o desenvolvimento, financiando a infraestrutura básica e grandes projetos de educação, saúde, assistência social e de inovação.

Conclusões

O ciclo de desenvolvimento econômico e social do pós-guerra só incluiu 1/3 da humanidade e esbarrou na insustentabilidade ambiental do atual padrão de produção e consumo, além de produzir efeitos perversos na elevação da temperatura e nas drásticas mudanças climáticas

Este projeto de sociedade não é passível de universalização. As medidas de atenuação da crise são importantes: preservam empregos e forças produtivas, mas não atendem nosso projeto de distribuição de renda, riqueza, conhecimento, saber e do poder.

O governo Lula (e outros governos de esquerda e progressistas da América Latina) resgatou o papel do Estado como diretamente produtivo, financiador do desenvolvimento, provisionador de serviços de saúde, educação, transferência de renda, cultura e esporte, regulador do mercado de trabalho e planejador do crescimento na diversificação da matriz energética.

No entanto, o Partido dos Trabalhadores e as esquerdas são minoritárias no parlamento, nos governos estaduais, e na mídia controlada por poucos grupos privados, que detém 70% do controle do ensino do país.

Em prol da revolução democrática temos a emergência de novos sujeitos sociais: os pobres da cidade e do campo, as novas classes médias (31 milhões de pessoas passaram das classes D e E para a classe C), os jovens que podem novamente sonhar com um futuro melhor, as mulheres que vencem preconceitos e ocupam espaços novos, as centrais sindicais que foram legalmente reconhecidas e negociam com o governo o salário mínimo e o enfrentamento da crise, os movimentos sociais anti-capitalistas, e os ambientalistas.

Mas, sobretudo, contamos com o enorme prestígio do presidente Lula e com a aprovação de seu governo para dar continuidade e avançar no processo de revolução democrática.

**Nilmário Miranda é presidente da Fundação Perseu Abramo*

Nota

Os subtítulos são de responsabilidade do Editor.

O impacto da crise internacional no Brasil

*José Eduardo Cardozo**

O centro da conjuntura de 2009 é a crise econômica que, originada no núcleo do sistema capitalista mundial – os Estados Unidos –, se propagou a todo o planeta. Embora os impactos da crise não sejam da mesma natureza e magnitude em todos os países, a retração da atividade econômica e o aumento do desemprego, que se seguiram à desorganização do sistema de crédito e financiamento, são hoje fenômenos comuns a praticamente todos os países.

Panorama geral da crise

Nos Estados Unidos, os indicadores relativos a esses aspectos já atingem valores significativos, com tendência a agravarem-se no curto prazo. O recém empossado governo Obama apresentou um plano de recuperação da atividade econômica que, embora envolva considerável volume de recursos, não permite antecipar se será suficiente para reverter a trajetória regressiva da economia norte-americana.

A China, que depende fortemente das importações americanas, luta para manter um crescimento acima de 7%, o que representa forte desaceleração, em relação ao padrão registrado nas últimas décadas. As perspectivas de desemprego são, lá, igualmente preocupantes. Na Europa e no Japão, a recessão avança a passos largos, setores relevantes da indústria anunciam grandes prejuízos e demissões de dezenas de milhares de trabalhadores e as previsões de aumento do desemprego são alarmantes.

As repercussões sociais já se afiguram graves no mundo, ampliando a pobreza e a desigualdade, com a demissão em massa de trabalhadores, redução do investimento em programas sociais e de solidariedade internacional, recrudescimento de medidas duras contra os imigrantes, em especial na Europa, queda na renda das famílias e a dificuldade em manter o anterior padrão de vida.

A crise que começou e continua intensa no setor financeiro dos países mais desenvolvidos, espalha-se pelo restante da economia: com a suspensão de novos investimentos em grande parte do setor privado; redução do comércio internacional, segurando a produção em todo o mundo; anúncio de novas medidas protecionistas em países ricos, afetando as economias dos outros países; queda dos preços de produtos de grande importância na vida econômica dos países da América Latina, Ásia, Oriente Médio e África, as chamadas *commodities* (alimentos, minérios, petróleo); retirada de capitais destes países e seu retorno aos países centrais; e mudanças cambiais, que enfraquecem as moedas destes países e encarecem os produtos que adquirem.

A grave crise econômica atual, além de agravar a crise social e alimentar já antes dramática em várias partes do mundo, vem se somar à intensa crise ambiental para a qual o capitalismo não consegue dar resposta. Estamos diante de uma crise do sistema capita-

lista como um todo, na forma neoliberal, que assumiu nos últimos trinta anos. Tanto que ela teve seu início nos países centrais, em especial nos Estados Unidos, que foram o motor principal da política neoliberal que se expandiu pelo mundo todo.

A economia neoliberal se caracterizou por um novo processo de concentração de renda nas camadas mais ricas e pelo estímulo ao consumo das camadas mais pobres e das classes médias, através do sistema financeiro que lhes emprestava recursos impagáveis; por deixar a regulação da economia nas mãos dos agentes privados do mercado, em especial os grandes bancos, grandes corporações e grandes especuladores; pelo enfraquecimento do papel do Estado, retirando-o da regulação da economia e dos investimentos produtivos e sociais; pela onda de privatizações, que pôs em mãos privadas setores estratégicos da economia; pela imposição da liberdade de comércio internacional, ao mesmo tempo em que se mantinham medidas protecionistas no território dos países mais ricos.

A ausência de um conhecimento preciso da magnitude dos ativos podres ainda em poder dos bancos e das perdas patrimoniais das empresas não permite ainda vislumbrar a extensão que podem adquirir esses processos regressivos, lançando sobre o futuro uma densa sombra de incertezas.

Governos de todos os continentes rasgam as cartilhas neoliberais e recorrem à intervenção estatal, para reduzir a catástrofe provocada pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela especulação. O desequilíbrio nas contas externas de vários países e o aumento do desemprego propiciam esse tipo de iniciativa que coloca em risco o comércio internacional, e cuja multiplicação conduzirá, como ocorreu no passado, a um agravamento da crise. Renascem na Europa brotos de um nacionalismo primário – manifesto na discriminação de trabalhadores estrangeiros – e começam a se ge-

neralizar fenômenos de insatisfação e instabilidade social. Ao mesmo tempo, teve início uma onda neo-protecionista, provocada pela “nacionalização” crescente dos mercados financeiros, pelo desequilíbrio nas contas externas de vários países, pelo aumento do desemprego e pela tentativa de proteger as grandes empresas nacionais da concorrência estrangeira. O exemplo mais recente é a emenda “buy american”, acrescida ao pacote de Obama na Câmara dos Deputados dos EUA.

Em síntese, estamos diante da maior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, originada em 1929, cujos efeitos se prolongaram por mais de uma década e desembocaram em uma das mais trágicas páginas da história da humanidade. Nesse contexto, a intervenção do Estado desmoraliza o discurso conservador hegemônico nos últimos 25 anos – o que equivale, na disputa político-ideológica, à queda do “muro de Berlim” neoliberal.

O governo brasileiro tem uma presença forte na cena mundial, onde defende reformas radicais e urgentes dos organismos econômicos e financeiros multilaterais. Há menos de dez anos, vivíamos sob a hegemonia das idéias e das práticas neoliberais, com o governo dos Estados Unidos se colocando como metrópole absoluta de um mundo unipolar. Então, lutávamos contra o senso comum para afirmar que “outro mundo é possível”.

Hoje assistimos ao declínio simultâneo da hegemonia dos EUA e do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, a América Latina e Caribenha vive um momento especial de sua história. Nunca tantos países foram governados por forças de esquerda e progressistas, onde estamos criando as condições para um desenvolvimento e uma integração de novo tipo, capazes de enfrentar e superar a crise em benefício das maiorias.

Desdobramentos políticos da crise

É importante ressaltar, entretanto, que os desdobramentos da crise econômica, com seus efeitos sociais e políticos, terão decisiva incidência nas eleições de 2010 e em outros processos sucessórios que se avizinham na América do Sul.

Este momento difícil para os povos do mundo exige de nós, militantes da esquerda, revigorar a nossa presença política e a nossa mobilização. É o momento de ofensiva contra a ideologia dos senhores do capitalismo mundial, que passa pelo melhor entendimento do que ocorreu e ocorre no mundo, pela proposta de alternativas ao capitalismo neoliberal e pela ação. De maneira similar ao que se passou nos anos 1930, assistimos a uma disputa entre diferentes projetos: forças conservadoras, progressistas e socialistas competem para definir o desenho do mundo pós-crise.

Neste sentido, é fundamental que os partidos de esquerda e os movimentos sociais vinculados aos trabalhadores realizem um amplo e qualificado debate sobre a crise e, principalmente, sobre as alternativas.

As medidas adotadas pelo governo Lula para enfrentar a crise estão no rumo certo: mais investimento público, mais mercado interno, mais Estado e mais integração continental. É o caso da redução da vulnerabilidade externa da economia, da criação de bases sólidas para a elevação do ritmo de crescimento econômico, da consolidação da estabilidade macroeconômica e dos significativos avanços na distribuição da renda e na ampliação do mercado interno, mediante o aumento do emprego, a elevação do salário real e os programas de transferência de renda. Embora tudo isso não impeça, principalmente em uma economia mundial globalizada e desregulamentada, como a atual, que sejamos afetados pela crise, sem dúvida

aumenta nossa capacidade de absorção de seus efeitos e cria condições favoráveis para uma subsequente retomada do crescimento.

A retração da demanda externa, a diminuição dos preços de produtos relevantes na nossa pauta de exportações, a redução das linhas de financiamento externo e as mudanças nas expectativas dos empresários e consumidores produziram, no último trimestre de 2008, efeitos negativos sobre nossa economia. Caiu ou desacelerou-se a produção em alguns setores – especialmente na indústria automobilística, que vinha crescendo a taxas extraordinariamente elevadas –, diminuiu em dezembro, além do habitual, a geração de empregos formais, contraiu-se e encareceu o crédito interno e desaceleraram-se as vendas ao varejo. Tendências que já vinham se manifestando anteriormente – o forte crescimento das remessas de lucros para fora do país e o mais rápido aumento das importações em relação às exportações – acentuaram-se e elevaram significativamente o déficit em nossas transações correntes com o exterior. Em janeiro de 2009, a crise já se refletiu na balança comercial, com um déficit que pode ser momentâneo, mas que merece a atenção do nosso governo.

O governo Lula reagiu com firmeza aos impactos da crise. As medidas para restaurar a normalidade no mercado de crédito surtiram efeito, apesar da atitude inaceitável dos grandes bancos, que retraíram a concessão de crédito e aumentaram muito as taxas de juros, apesar da forte redução dos compulsórios. A atuação dos bancos públicos foi ampliada, contribuindo para garantir a liquidez e, de maneira similar ao que vem fazendo os países desenvolvidos, para reforçar, com a presença do Estado, a solidez do setor financeiro.

A estratégia do governo Lula de enfrentar a crise com uma visão anti-cíclica, buscando ao mesmo tempo amortecer seus impactos e pavimentar o caminho para a retomada, em outro patamar, do pro-

cesso de crescimento, manifesta-se na decisão de aumentar em R\$ 100 bilhões os recursos do BNDES para financiar investimentos, na manutenção e ampliação do programa de investimentos da Petrobrás, na criação do Fundo Soberano, e no fortalecimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Manifesta-se, também, nas medidas adotadas para preservar a demanda interna e proteger os setores de menor capacidade econômica, como a redução do IPI do setor automotivo, do IOF das operações de crédito e do Imposto de Renda da Pessoa Física, a proposta de construção de 500 mil casas populares, o aumento do salário mínimo em mais de 6% acima da inflação e a preservação dos benefícios do Bolsa-Família. Destoa, nesse contexto, a postura do BC, que demorou demasiadamente para reduzir a taxa Selic e não atua de forma decidida para induzir a redução do spread bancário.

Os neoliberais que nos antecederam no governo do Brasil, e ainda governam Estados brasileiros e cidades muito importantes, tem forte presença no Congresso Nacional, e tem o apoio da grande mídia, precisam responder solidariamente pelo que acontece no mundo. A sua derrota nacional, em 2002 e em 2006, foi decisiva para que o Brasil estivesse em outro patamar ao eclodir a crise mundial. Agora, eles se recolhem silenciosos, a despeito de sua irresponsabilidade e submissão anteriores, e ficam inertes nos governos que exercem, ou criam obstáculos às políticas nacionais antiliberais.

É nosso momento de entrar firme na luta política e ideológica, no debate nacional e local, reafirmando a correção das medidas anti-neoliberais dos dois governos do presidente Lula, que criaram as condições para o Brasil e o seu povo estarem mais bem posicionados nesta conjuntura. É o momento de defender as medidas tomadas pelo governo federal e de explicitar, aplicar e defender as medidas anti-crise dos nossos governos estaduais e municipais. É o momen-

to de revigorar a nossa luta sindical e social em defesa dos mais pobres, dos trabalhadores e das classes médias. É o momento de encarar os políticos do PSDB e do DEM, seus ideólogos e propagandistas, mostrar que eles não têm condições de dirigir o país, e cobrar deles políticas anti-crise nos Estados e cidades onde ainda detêm o poder.

A disputa política no país deve ser concentrada na gestão da crise. A liderança política do presidente Lula, cada dia mais consolidada, será questionada pela maneira como o governo enfrenta os desafios de uma conjuntura econômica mundial, muito mais difícil e complexa do que a vivida pelo país desde o pós-guerra.

O PT apóia a postura decidida do presidente e saúda a forma como o ministro Mantega tem se posicionado, dentro e fora do país. Mas, reafirmamos que a redução rápida e forte da taxa Selic é fundamental para reduzir o custo da dívida no Orçamento da União e estimular os investimentos. Não há razão técnica justificável para manter juros reais de mais de 7%, quando os principais bancos centrais do mundo praticam taxas próximas de zero ou negativas.

A política anti-crise do Governo Federal, para manter alta a taxa de investimento, deve se guiar por critérios sócio-ambientais: a) geração de emprego; b) atendimento preferencial aos segmentos de renda mais baixa da população; c) menor impacto ambiental.

As políticas de crédito, subsídios e incentivos fiscais devem favorecer de forma diferenciada os processos produtivos amigáveis ao meio ambiente e os produtos que incorporem serviços ambientais.

Porém, o enfrentamento da crise não pode estar circunscrito à responsabilidade do governo federal. É necessário um movimento nacional envolvendo os três poderes nas suas diversas esferas.

O governo Lula neste segundo mandato e, em especial, com o advento do PAC, constituiu um novo patamar nas relações entre os

entes federativos, principalmente no que tange à transferência de recursos e financiamentos de projetos e obras estruturais.

A emergência de impulsionar os investimentos públicos no sentido de dinamizar a economia nacional tem nesta nova relação um instrumento imprescindível para o sucesso das medidas anti-cíclicas. Contudo, o arcabouço jurídico e a estrutura burocrática do Estado brasileiro, herdadas do período de absoluta hegemonia neoliberal, onde a ordem era impedir investimentos e escassear as políticas públicas, são entraves que, muitas vezes, atrasam ou inviabilizam a execução da nossa estratégia de desenvolvimento. É urgente ao país adequar-se às suas novas necessidades e ao projeto de desenvolvimento que buscamos implementar.

O PT se posiciona contra as propostas de flexibilização de direitos trabalhistas que estão sendo defendidas por parte do empresariado brasileiro, com apoio de setores da mídia. O PT repudia a postura de setores empresariais que lucraram muito nos últimos anos e, diante das primeiras dificuldades, recorrem às demissões como forma imediata de ajuste. Em especial, as empresas que especulavam com derivativos e se atolaram em dívidas a partir da irresponsabilidade de seus gestores. Que o BNDES faça constar nos contratos de empréstimos às empresas cláusulas que impeçam a demissão de trabalhadores.

O PT, nos estados e em cada cidade, deve estar presente na luta dos trabalhadores contra as demissões e reafirmar sua histórica solidariedade com o movimento sindical.

A disputa de 2010

A disputa que se travará em 2010 será entre dois projetos. De um lado, as forças progressistas e de esquerda, que querem dar conti-

nuidade à ação do governo Lula, reduzindo desigualdades sociais e regionais, ampliando o investimento público, fortalecendo o papel indutor e planejador do Estado, gerando empregos e distribuindo renda, fortalecendo a saúde, a previdência e o ensino público, exercendo uma política externa que fortalece a soberania e a integração continental. De outro lado, as forças neoliberais, conservadoras e de direita, que de 1990 até 2002 privatizaram, desempregaram e arrojaram o povo brasileiro, implementando em nosso país as mesmas políticas que estão na raiz da crise mundial.

A vitória do projeto progressista e de esquerda começa a ser construída, desde já, na reação do governo, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, especialmente o PT, frente à crise. É preciso impedir que a crise jogue o país na recessão. Mais do que isto, é preciso transformar a crise numa oportunidade para acelerar a transição, já iniciada pelo governo Lula, em direção a outro modelo econômico-social.

É preciso que os governos municipais e estaduais progressistas e de esquerda também implementem políticas anticrise. Onde somos oposição, é preciso enfrentar as medidas conservadoras adotadas por governos estaduais e municipais do PSDB e do DEM. Neste sentido, o PT deve estar na linha de frente de toda a mobilização social contra as tentativas de governos e empresários que busquem fazer os trabalhadores pagar a conta da crise. É necessário defender o emprego, exigir a redução dos juros e do spread bancários e agilizar a execução orçamentária.

A vitória do projeto progressista e de esquerda dependerá, em grande medida, da articulação do campo democrático-popular e da construção de um programa para o próximo mandato presidencial, que articule o que fizemos desde 2003 com nosso projeto democrático-popular de horizonte socialista.

Nosso programa deve desmascarar a proposta dos partidos conservadores e de direita fazem, que combina neoliberalismo com desenvolvimentismo conservador. O Brasil já experimentou fortes surtos de desenvolvimento, mas sempre marcados pelo conservadorismo político, pela desigualdade social e pela dependência externa. Não queremos isto de volta. Queremos um desenvolvimentismo popular, que exigirá aprofundar o que foi feito nos últimos anos, com destaque para as reformas tributária, política, urbana, agrária, o apoio à pequena e média empresa e a democratização da comunicação social, entre outras medidas.

Cabe à militância petista e às direções partidárias em todo o país fazer esse debate, reforçando o caráter pedagógico da experiência prática vivida por milhões de brasileiros que aprovam o governo Lula e que desejam que o Brasil continue a se desenvolver.

**José Eduardo Cardozo é secretário geral da Comissão Executiva Nacional do PT*

Nota

Os subtítulos são de responsabilidade do Editor.

Protocolo de cooperação PT-PCCh

Considerando que: o Brasil e a China são países importantes respectivamente na América Latina e na Ásia, que desempenham papéis de extrema importância nos assuntos regionais e mundiais. Considerando que o Partido dos Trabalhadores do Brasil e o Partido Comunista da China (doravante designados como os dois partidos) assumem, em seus respectivos países, as mesmas tarefas no sentido de defender a independência e soberania nacional, desenvolver a economia nacional, melhorar a vida do povo, assegurar a paz tanto regional como mundial e lograr o desenvolvimento em conjunto. Com base nos princípios de independência e auto-determinação, plena igualdade, respeito mútuo e não interferência nos respectivos assuntos internos, os dois partidos estão dispostos a continuar a consolidar e desenvolver o relacionamento amistoso de cooperação entre si, a fim de promover o desenvolvimento profundo de cooperação entre o Brasil e a China nas áreas política, econômica, diplomática, cultural, entre outras.

Os dois partidos acordam o seguinte:

Artigo I

Manter a troca de visitas entre os dois partidos, sobretudo dos altos dirigentes partidários. Realizar consulta política anual entre os dirigentes dos dois partidos, através da qual intercambiarão as experiências na administração do país e gestão política, visando estimular o desenvolvimento econômico e social dos dois países.

Artigo II

Comunicar, de forma não periódica, as posições dos dois partidos sobre as principais questões regionais e internacionais, de forma a reforçar o entendimento mútuo e coordenação entre as duas partes nas questões que interessem aos dois países e povos, defendendo, assim, os interesses e direitos de amplos países em desenvolvimento.

Artigo III

Trocar os documentos, materiais e publicações dos dois partidos, para favorecer um melhor conhecimento mútuo.


Artigo IV

Continuar a incentivar e promover o intercâmbio amistoso entre as organizações de massa e as comunidades sociais dos dois países, como os sindicatos, organizações de jovens, mulheres etc.

Artigo V

O presente protocolo é elaborado em dois exemplares originais, cada um nas línguas portuguesa e chinesa, sendo ambos os textos igualmente válidos.

23 de abril de 2004, Beijing.



Representante do Partido
dos Trabalhadores do Brasil



Representante do Partido
Comunista da China

Brasil & China em debate foi impresso na cidade de São Paulo, em janeiro de 2010, pela Prol Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo, com tiragem de 1.000 exemplares. O texto foi composto em fonte Times, no corpo 10,5/13,9. A capa foi impressa em Supremo 250g; o miolo foi impresso em offset 75g.

A Fundação Perseu Abramo (FPA) e o Partido dos Trabalhadores (PT) realizaram, entre 21 e 23 de maio de 2008, em São Paulo, um seminário com o Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista da China (PCCh), para debater um temário que incluía a estrutura política e o funcionamento do Estado chinês; a configuração das classes sociais, o enfrentamento das desigualdades e o socialismo de mercado; o papel que o Estado, o capital privado nacional e estrangeiro jogam nessa economia.

Em maio de 2009, uma delegação da FPA e do PT foi a Beijing, desta vez para debater um temário que incluía os impactos do neoliberalismo e da crise internacional no Brasil, a teoria e prática do governo Lula; o socialismo petista, a estrutura do PT e as perspectivas para 2010.

Este livro, que será publicado também em chinês, reúne as apresentações realizadas nos dois seminários.

ISBN 978-85-7643-075-9



9 788576 430759